

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

**CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS
E DE TECNOLOGIAS – CEATEC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ARQUITETURA E URBANISMO**

ANTONIO CARLOS RODRIGUES LORETTE

**PRAÇA LONGA DA PAIXÃO:
PRÍNCIPIOS SACRO-URBANÍSTICOS NAS CIDADES
SUL MINEIRAS NOS SÉCULOS XVIII E XIX**

CAMPINAS

2020

ANTONIO CARLOS RODRIGUES LORETTE

**PRAÇA LONGA DA PAIXÃO:
PRÍNCIPIOS SACRO-URBANÍSTICOS NAS CIDADES
SUL MINEIRAS NOS SÉCULOS XVIII E XIX**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como requisito para obtenção do título de Doutor em Urbanismo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.”

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Ivone Salgado

PUC-CAMPINAS

2020

Ficha catalográfica elaborada por Vanessa da Silveira CRB 8/8423

Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

720.9 L869p Lorette, Antonio Carlos Rodrigues

Praça longa da paixão: princípios sacro-urbanísticos nas cidades sul mineiras nos séculos XVIII e XIX / Antonio Carlos Rodrigues Lorette. - Campinas: PUCCampinas, 2021.

213 f.

Orientador: Ivone Salgado.

Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2021. Inclui bibliografia.

1. Arquitetura - História. 2. Praças. 3. Minas Gerais, Sul. I. Salgado, Ivone. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD - 22. ed. 720.9

ANTONIO CARLOS RODRIGUES LORETTE

**"PRAÇA LONGA DA PAIXÃO: PRINCÍPIOS SACRO-
URBANÍSTICOS NAS CIDADES SUL MINEIRAS NOS SÉCULOS
XVIII E XIX"**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção do título de Doutor em Urbanismo.

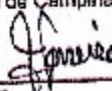
Área de Concentração: Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Ivone Salgado

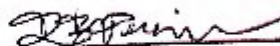
Tese defendida e aprovada em 25 de setembro de 2020 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:



Profa. Dra. Ivone Salgado
Orientadora da Tese e Presidente da Comissão Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Profa. Dra. Jane Victal Ferreira
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Profa. Dra. Renata Baesso Pereira
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Prof. Dr. Fernando Atique
Universidade Federal de São Paulo



Prof. Dr. Cicero Ferraz Cruz
Escola de Cidade

AGRADECIMENTOS

Entreí nesta aventura alucinante da pesquisa histórica há 35 anos, enquanto dava os primeiros passos na graduação. Embarquei na Iniciação Científica, continuei na Especialização e aguardei, pacientemente, a criação do Mestrado na PUC Campinas. Agora, finalizo o Doutorado, pela mesma instituição que me profissionalizei. Todo este percurso deve-se a uma pessoa incrível, a Prof^a Dr^a Ivone Salgado, minha eterna orientadora. Agradeço sua parceria, dedicação e incentivo!

Agradeço, também, o auxílio da CAPES, dando condições favoráveis ao desenvolvimento da pesquisa;

A todos professores e funcionários do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo;

Aos professores e colegas do Grupo de Pesquisa “História das Cidades: Ocupação Territorial e Ideários Urbanos”;

À PUC Minas, *campus* Poços de Caldas, pelo apoio através do PPCD – Programa Permanente de Capacitação Docente;

Aos meus companheiros de Docência, em especial Adriane Matthes e Larissa Pereira, que souberam ouvir as inquietações e ampliaram minha visão;

Aos conselhos valiosos e instigantes dos pesquisadores Eduardo Pires de Oliveira, Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira e Olinto Rodrigues dos Santos Filho;

À equipe do Museu de Arte Sacra da Diocese de São João da Boa Vista, em especial Mana Batista, Padre Claudemir Canela, Leonardo Beraldo e Jaime Splettstoser, que não mediram esforços para viabilizar as pesquisas;

Aos colaboradores dos Arquivos Diocesanos e Arquidiocesanos, de Campanha, Pouso Alegre, Mariana e São Paulo, em especial, Ivan Roberto Danhoni, Padre Hiansen Vieira Franco e Maria Cristina de Souza Faria;

Às colaborações de Alisson Silveira Souza e Padre Diovany Roquim Amaral, nos territórios de Oliveira e Campo Belo.

Aos meus ex-alunos, agora atuais colegas, Alisson Tavares, Rafael Augusto Ferreira e Paulo Tonon, que cooperaram nas aventuras e viagens de investigação por este extenso país chamado Minas Gerais.

Aos meus pais, Osvaldo e Odette, aos meus irmãos e sobrinhos, pelo incentivo incondicional à minha carreira acadêmica, no respeito às minhas ausências e na recarga de minhas energias;

E a todos que, de alguma maneira, colaboraram com este trabalho.

Muito obrigado!

RESUMO

LORETTE, Antonio Carlos Rodrigues. *Praça Longa da Paixão: princípios sacro-urbanísticos nas cidades sul mineiras nos séculos XVIII e XIX*. 2020. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Exatas, Ambientais, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Campinas, 2018.

Esta pesquisa tem como objetivo investigar e analisar as extensas praças centrais existentes nas cidades do sul de Minas Gerais, que neste trabalho denominamos “Praça Longa da Paixão”: sua origem e caracterização morfológica. Apresenta investigação das influências religiosas cristãs nestes espaços, como sacros-montes, capelas dos Passos, templos e adros; e de sua condição pública, como campos e rossios, vias e ruas “Direita”. Analisa os espaços matrizes da antiga Vila Rica, como a Praça Tiradentes e os adros e fachadas das capelas de Ordem Terceira, e o sacro-monte do Santuário de Bom Jesus do Matosinhos, em Congonhas do Campo. Revela parte da obra do arquiteto português Francisco de Lima Cerqueira, sua produção em Vila Rica e cercanias de São João del-Rei, e sua possível filiação à Escola do Norte Português, da arte de edificar e de arruar, representada por Nicolau Nasoni, José de Figueiredo Seixas e André Soares. Investiga as derivações do modelo “Praça Longa da Paixão” em direção ao sul mineiro, priorizando as cidades de Campanha, Oliveira e Campo Belo, e exemplificando a circulação desta tipologia nas cidades de Lavras, Pouso Alegre, Caldas, Cabo Verde, Varginha e Muzambinho.

Termos de indexação: História Urbana, Espaço Sagrado, Cidades Sul Mineiras, Praça Longa, Francisco de Lima Cerqueira

ABSTRACT

LORETTE, Antonio Carlos Rodrigues. *Praça Longa da Paixão: sacro-urbanistic principles in southern Minas Gerais cities in the 18th and 19th centuries*. Thesis (Doctorate Degree) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Exatas, Ambientais, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Campinas, 2020.

This research aims to investigate and analyze the extensive central squares existing in the cities of southern Minas Gerais, which in this work we call “Praça Longa da Paixão”: its origin and morphological characterization. It presents an investigation of Christian religious influences in these spaces, such as holy mountains, chapels of the Passos, temples and churchyard; and its public condition, such as fields and rossios, roads and streets “Direita”. It analyzes the headquarters spaces of the old Vila Rica, such as Praça Tiradentes and the churchyard and façades of the chapels of the Third Order, and the holy hill of the Bom Jesus do Matosinhos Sanctuary, in Congonhas do Campo. It reveals part of the work of the Portuguese architect Francisco de Lima Cerqueira, his production in Vila Rica and surroundings of São João del-Rei, and his possible affiliation to the School of the Northern Portuguese, of the art of building and landscaping, represented by Nicolau Nasoni, José Figueiredo Seixas and André Soares. It investigates the derivations of the “Praça Longa da Paixão” model towards the south of Minas Gerais, prioritizing the cities of Campanha, Oliveira and Campo Belo, and exemplifying the circulation of this typology in the cities of Lavras, Pouso Alegre, Caldas, Cabo Verde, Varginha and Muzambinho.

Indexing terms: Urban History, Sacred Space, Southern Minas Gerais Cities, Long Square, Francisco de Lima Cerqueira

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1.** Jerusalém no Mapa de Madaba, chão da Igreja Bizantina de São Jorge, em Madaba, Jordânia, século VI d.C. Esta é a representação mais antiga preservada em mapa de Jerusalém como Terra Santa, destacando em pedras brancas a delimitação da muralha e as antigas vias romanas *cardus* e *decumanus*. A via dolorosa (traçado vermelho), firmada no século XIV, correspondia à via *cardus*, truncada pelo relevo acidentado, terminando no Santo Sepulcro. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Mapa_de_Madaba#/media/Ficheiro:Madaba_map.jpg..32
- Figura 2.** Mapa de Jerusalém, c. 1187d.C. Nesta reconstituição de Jerusalém, os locais sagrados já estão marcados por templos bizantinos, tendo como principal referência o Santo Sepulcro acessado pela Via Dolorosa, antigo *cardus* romano (traçado vermelho). Fonte: *Historical Atlas* de William Shepherd (1923-26)32
- Figura 3.** Mese em Constantinopla, atual Avenida Divanyolu, Istambul. Esta reconstituição da capital do Império Romano Oriental, no ano de 1000 d.C, demonstra a monumentalidade da avenida Mese (traçado vermelho), construída em 330 d.C. Conectada pelo Fórum Constantino e outras praças quadradas e circulares, de representação militar, de feiras e festas populares, percorre toda a extensão da cidade, do porto ao pórtico de saída da muralha. Fonte: <https://imgur.com/r/Mapporn/beWFfc7>.....33
- Figura 4.** Vista de Roma a partir da Piazza del Popolo, séc. XVIII. Em 1585, o Papa Sisto V promoveu uma série de transformações urbanas, em continuidade de seus antecessores, os papas Alexandre VI (1492-1503) e Júlio II (1503-1513). Foram rasgadas extensas avenidas pela cidade antiga romana, conectando em perspectiva marcos monumentais e igrejas sobre sepultamentos santos, transformando-a num roteiro de peregrinação. Fonte: courses.cit.cornell.edu.....33
- Figura 5.** Santuário de Varallo, Piemonte italiano. O sacro monte de Varallo foi construído pelo padre Bernardino Caimi, entre 1486 e 1493, em princípio para reproduzir os passos da Via Dolorosa de Jerusalém. Porém, até o século XVIII, somaram-se 45 capelas com cenas do velho e novo Testamento. Fonte: <https://www.sacromontedivarallo.org/wp/>37

Figura 6. Planta do complexo de capelas do sacro monte de Varallo. No topo da montanha, as capelas pontuam o serpentear das vias, com ápice na basílica da Assunção da Virgem Maria. Fonte: Santuari d'Italia.....	37
Figura 7. Santuário do Bom Jesus de Braga, em 1789. Detalhe do desenho de Carlos Amarante, com a antiga capela circular escorada, aguardando a finalização da construção do novo templo. Fonte: Acervo Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira	38
Figura 8. Escadaria do Santuário do Bom Jesus do Monte, Braga. O grande complexo arquitetônico-paisagístico se desenvolve a partir da via sacra de Cristo, em meio ao bosque natural. Fonte: Google Earth.....	39
Figura 9. Escadaria do Santuário Nossa Senhora dos Remédios, Lamego. Implantada sobre o Monte de Santo Estevão, a igreja culmina uma escadaria rococó construída de 1750 a 1905. É um dos mais belos sacro-montes de Portugal. Fonte: Ana Gonçalves Photography.....	39
Figura 10. Santuário de Nossa Senhora dos Remédios, Lamego. O complexo é considerado a mais belo sacro-monte de Portugal, com obras de Nicolau Nasoni, José Figueiredo Seixas e André Soares. Suas obras se estenderam até o início do século XX. Fonte: super_portugal	40
Figura 11. Avenidas Alfredo de Souza e Visconde Guedes, vistas da escadaria de Nossa Senhora dos Remédios, Lamego. Estas avenidas faziam a integração do Monte Santo Estevão com o centro medieval de Lamego. Fonte: www.noticiasdeiseu.com	41
Figura 12. Campo do Rossio, Lisboa, antes do terremoto de 1755. Ocupando o vazio do antigo hipódromo romano, o Campo do Rossio foi cercado por edificações de patrocínio real, como o complexo da Santa Casa de Misericórdia, completamente destruído pelo terremoto. Fonte: Wikimedia Commons	43
Figura 13. Vista do Campo da Feira em Guimarães, aquarela de George Vivian, 1839. Formado por uma espécie de rossio, em frente o portal da muralha de Guimarães, o local era utilizado para feiras e quermesses, firmando-se na Semana Santa com a construção da Igreja de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos e algumas capelas dos Passos. Fonte: Memoria de Araduca	44
Figura 14. Vista atual do Largo da República do Brasil, antigo Campo da Feira, a partir da muralha de Guimarães. O paisagismo toma boa parte do antigo campo,	

ornamentando o grande adro da igreja projetada por André Soares. Fonte: turismoemgumiarães.com.....44

Figura 15. Mapa de Viana do Castelo, em 1759. Em destaque (traçado vermelho), o antigo Campo do Forno. Com a expansão da cidade a partir da segunda metade do século XV, o centro político e cultural foi transferido para o oeste, ocupando o grande terreno do Campo do Forno, localizado frente à porta de Santiago, principal acesso do burgo muralhado. Na extremidade da praça, foram construídos os paços municipais de Viana do Castelo, de 1505 a 1510. Fonte: sumidoiro.wordpress.com45

Figura 16. Praça da República, Viana do Castelo, anos 1930. Esta praça teve os nomes de Campo do Forno, Praça da Rainha e atual Praça da República. Trata-se de uma via alargada ou desembocadura do portal do burgo, cercada por prédios de importância pública, como os paços municipais e a Casa das Varandas, sede da Confraria da Misericórdia. Fonte: <https://olharvianadocastelo.blogspot.com/>45

Figura 17. Mapa de Braga por André Soares, em 1755. Destaque (traçado vermelho) para o Campo de Sant’Ana, originado de uma espécie de rossio, na desembocadura do portal da muralha, onde ocorriam feiras e acampamentos. Fonte: Acervo Virtual Biblioteca da Ajuda.....46

Figura 18. Campo de Sant’Ana, atual Avenida Central, detalhe do mapa de Braga. A Capela de Sant’Ana, construída entre 1505 e 1532, centraliza o grande campo e foi cercada por monolitos de povos ancestrais. Fonte: Acervo Virtual Biblioteca da Ajuda46

Figura 19. Vista atual da Avenida Central de Braga. Tratada como uma extensa praça arborizada, o espaço se mantém como centro de manifestações populares da cidade. Fonte: Google Earth47

Figura 20. São Paulo, Campo da Luz, vista lateral do Convento da Luz, foto de Militão Azevedo, 1863. Um convento de freiras se instalou às margens da via, incorporando a antiga capela de Nossa Senhora da Luz. Sua reconstrução é atribuída ao Santo Frei Galvão. Fonte: Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo47

Figura 21. São Paulo, Campo da Luz (traçado vermelho), atual Avenida Tiradentes, na Planta de São Paulo, levantada em 1801 por Rufino J. Felizardo e Costa. Grande campo formado no portal da antiga São Paulo, o Campo da Luz era uma espécie de rossio português extra-muro, onde aconteciam as campanhas e manobras militares,

- as festas autorizadas pelo governador, entre feiras e quermesses, inclusive a representação na Semana Santa. Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo.48
- Figura 22.** Reconstituição da colônia romana Olisipo, atual Lisboa. Em destaque (traçado vermelho), a antiga via portuária, correspondente à antiga Rua Direita dos Mercadores. Fonte: Vortex Magazine50
- Figura 23.** Perspectiva da Rua Nova dos Mercadores após a renovação urbana de 1502. Esta miniatura revela o ordenamento das fachadas, com esteios de pedra e pés direito padronizados, mantendo-se as *loggias* laterais. Fonte: Iluminura do Livro de Horas de D. Manuel, fl. 180, Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa.....51
- Figura 24.** Lisboa Manuelina, Rua Direita dos Mercadores, anônimo flamengo, século XVI. O par de quadros esteve em leilão europeu e foi anunciado como uma grande descoberta sobre a aparência construtiva desta via lisboeta, que possuía bolsões e *loggias* para leilões em praça pública das mercadorias que chegavam do Novo Mundo. Fonte: Open Edition Journals, Coleção Particular52
- Figura 25.** Salvador, “Planta da restituição da Bahia”. Original manuscrito de João Teixeira do Albernaz, c. 1625 (1631). Partindo do pórtico para São Bento, a atual Rua Chile era chamada de Rua Direita dos Mercadores, integrando os principais largos de Salvador, como o do Palácio do Governo, o adro da Sé, chegando ao Terreiro de Jesus e descendo pela Rua do Rosário, até o largo do Pelourinho, atravessando, então, o portal oposto da muralha que dava continuidade à Rua Direita de Santo Antonio, em direção ao Convento do Carmo. Fonte: Mapoteca do Itamarati53
- Figura 26.** “Carta Topographica da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro...”, 1750. A Rua Direita do Rio de Janeiro, atual Primeiro de Março (traçado preto), surge como ligação de dois morros, do Castelo e de São Bento, quando torna seguro o assentamento na baixada, no início do século XVIII. Ao seu centro, o Convento Carmelita e o Paço Real. Com larguras variáveis, semelhante à Rua Nova dos Mercadores de Lisboa, era a via mais comercial de todo vice-reino. Sua configuração de “Praça Longa” torna-se influente modelo às localidades mineiras. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro53
- Figura 27.** Rua Direita, Rio de Janeiro, em litogravura colorizada de Joham Moritz Rugendas, 1835. Como praça pública, pátio de manobras militares, chegada, parada e saída de tropas, centro comercial e monetário, a Rua Direita concentrava todos os movimentos da Corte. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro54

- Figura 28.** Rua Direita, tomada do Morro do Castelo, Rio de Janeiro, litogravura de Louis Aubrun, 1854. Esta visão da Rua Direita desapareceu com a demolição do Morro do Castelo em 1922, mas demonstrava toda a extensão da via que unia o cais portuário ao centro da cidade, apenas interrompido pelo pitoresco passadiço do Convento do Carmo. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro55
- Figura 29.** “Mappa de Vila Rica”, c. 1775-1800. A junção de arraiais do Ouro forma uma estrada tronco da vila (traçado vermelho), cujo cume é ocupado pela praça cívica na transversal. Fonte: Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro64
- Figura 30.** “Planta da cidade de Ouro Preto, organizada por ordem do Exmo. Sr. Dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa presidente da Província”, 1888. A ocupação rarefeita, às margens da estrada tronco, é devido à difícil geografia das localidades mineradoras. Biblioteca Digital Luso-Brasileira.....64
- Figura 31.** Ouro Preto, Praça Tiradentes, 2003. A junção do largo da Câmara e Cadeia e o largo do Palácio do Governador, após desapropriações e reformas urbanas, transformou-se numa das praças mais peculiares do Império Português. Fonte: Google Earth65
- Figura 32.** Vila Rica, Largo do Palácio do Governo e Pelourinho, 1785-90. A ocupação do morro de Santa Quitéria começou pela Casa de Câmara e Cadeia e, depois, o Palácio do Governador, este último projetado pelo engenheiro militar Alpoim, que também projetou o conjunto regulador de sobrados à esquerda. Ao centro, o pelouro, um fontanário e a Capela de Sant’Ana, mais tarde demolidos para regularização da praça e seus acessos. Fonte: Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo65
- Figura 33.** Roma, Capitólio, Plano de Michelangelo, 1569. A praça cívica das origens do Império Romano foi assentada sobre o Monte Capitolino e reformada a pedido dos papas, no Alto Renascimento. Sua fórmula vai se repetir na praça cívica de Vila Rica, Ouro Preto. Fonte: <https://pt.wikiarquitectura.com/constru%C3%A7%C3%A3o/praca-o-campidoglio/>66
- Figura 34.** Ouro Preto, Praça Tiradentes, Casa de Câmara e Cadeia, ocupada pelo Museu da Inconfidência. Grande semelhança com o Capitólio de Michelangelo, em Roma. <http://www.mineirosnaestrada.com.br/museu-da-inconfidencia-ouro-preto/> ..66
- Figura 35.** Adro e Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, em Ouro Preto. Fonte: Elaborado pelo autor a partir de imagens de satélite68

- Figura 36.** Ouro Preto, Freguesia do Pilar a partir das Cabeças, em litogravura de J. Martins Braga, segundo o desenho de Johann Emanuel Pohl, de 1818. Dominando a paisagem, a fachada da Capela da Ordem Terceira do Carmo no topo da colina Santa Quitéria. Fonte: Coleção Particular – MG72
- Figura 37.** Ouro Preto, Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, anos 1920. A escadaria foi deslocada à direita, não somente para se adaptar à topografia, mas para captar o olhar do viajante ao subir a antiga Rua Direita da vila. Fonte: Biblioteca Nacional Digital do Brasil.....72
- Figura 38.** Ouro Preto, Capela da Ordem Terceira do Carmo no topo do antigo morro Santa Quitéria. As torres recuadas e sutilmente curvas contribuem com ilusionismo contínuo da fachada nas laterais. Fonte: [http://www.ipatrimonio.org/ouro-preto-igreja-de-nossa-senhora-do-carmo/#!/map=38329 &loc=- 20.38621500000001,-43.504224,17](http://www.ipatrimonio.org/ouro-preto-igreja-de-nossa-senhora-do-carmo/#!/map=38329&loc=-20.38621500000001,-43.504224,17)73
- Figura 39.** Adro e Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, em Ouro Preto. Fonte: Elaborado pelo autor a partir de imagens de satélite73
- Figura 40.** Vista de Vila Rica, por Armand Julien Pallière, óleo sobre tela, 1822. Neste detalhe do quadro, a Capela de São Francisco de Assis domina o alongado adro, cuja extremidade foi ocupada, por muito tempo, pelo pelourinho deslocado da Praça Tiradentes. Fonte Museu da Inconfidência, Ouro Preto76
- Figura 41.** Ouro Preto, Largo de São Francisco, foto de Marc Ferrez, c. 1880. O antigo Largo do Pelourinho, sobrepondo o Mercado de Vila Rica, manteve-se como mercado dos tropeiros até o início do século XX. Sua origem está relacionada à encenação da crucificação de Cristo e da descida da cruz, durante a Semana Santa. Resulta de desapropriações e demolições promovidas pela Câmara. Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles76
- Figura 42.** Ouro Preto, Largo de São Francisco, anos 2000. A ocupação do antigo território do mercado com feira de artesanato em pedra sabão. Fonte: <https://media-cdn.tripadvisor.com/media/photo-s/0d/50/6f/c7/igreja-de-s-francisco.jpg>77
- Figura 43.** Praça Longa da Paixão, em Congonhas do Campo. Fonte: Elaborado pelo autor a partir de imagens de satélite.....77
- Figura 44.** Congonhas do Campo, Santuário do Bom Jesus do Matozinhos, em foto de Marc Ferrez, 1880. Seis capelas compõem a via sacra deste sacro-monte,

contendo esculturas da oficina de Aleijadinho. Os acessos eram feitos por rampas de pedra, adaptadas na topografia natural. Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles83

Figura 45. Congonhas do Campo, Santuário do Bom Jesus do Matosinhos, anos 2000. No início do século XX, as ligações das capelas foram ladeadas por canteiros de flores e buxinhos podados, resistindo até os anos 1950. O paisagismo foi replanejado por Burle Marx, retomando a condição mais próxima das fotos de Marc Ferrez, de 1880. Fonte: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/turismo/os-passos-da-paixao>83

Figura 46. Congonhas do Campo, Santuário do Bom Jesus do Matosinhos, ilustração de Vallandro Keating, 2004. Fonte: MAGALHÃES, 200684

Figura 47. Vila Rica/Ouro Preto, Capela de Santa Efigênia (Nossa Senhora do Rosário), Capela da Ordem Terceira do Carmo e Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis. As fachadas desses três templos são atribuídas a Francisco de Lima Cerqueira, repetindo-se o esquema de aberturas denominado pelos críticos de arquitetura como Partido Mineiro. Fonte: Colagem do autor94

Figura 48. Plantas da Capela de Santa Efigênia (esquerda superior), Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis (esquerda abaixo) e Igreja Nossa Senhora do Carmo (direita). Atribuídas a Francisco de Lima Cerqueira, as três plantas repetem as soluções de recuo das torres sineiras na fachada e fluência rococó na nave e capela-mor. Fonte: <https://coisasdaarquitectura.wordpress.com/2012/05/09/morfologia-das-igrejas-barrocas-ii/>94

Figura 49. São João del Rei, Capelas das Ordens Terceiras de São Francisco de Assis e de Nossa Senhora do Carmo. Fachadas desenhadas e executadas, em parte, pelo arquiteto Francisco de Lima Cerqueira, constituindo-se em suas obras-primas em território mineiro. Fonte: Colagem do autor95

Figura 50. São João del Rei, plantas das Capelas das Ordens Terceiras de São Francisco de Assis e de Nossa Senhora do Carmo. A Capela de São Francisco de Assis é o ápice da nave curva, em Minas Gerais, enquanto a de Nossa Senhora do Carmo restringe, apenas, a resolução da fachada acoplada a um corpo pré-existente. Fonte: Colagem do autor95

Figura 51. Plantas da Capela do Carmo, Vila Rica, e do Santuário de Congonhas. Desenhadas pelo mestre Francisco de Lima Cerqueira, em períodos diferentes, a projeção do Pátio dos Profetas dá-se, coincidentemente, na fachada do templo de Vila

Rica. À direita, vista do Santuário e do Pátio dos Profetas. Fonte: Colagem do autor	96
Figura 52. Nicolau Nasoni. Porto, Igreja e Torre dos Clérigos (1732-1763). Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Igreja_e_Torre_dos_Cl%C3%A9rigos	100
Figura 53. Nicolau Nasoni. Porto, Plantas da Igreja e Torre dos Clérigos (1732-1763). Fonte: https://iconoteologia.blogs.sapo.pt/hoje-a-planta-da-igreja-dos-clerigos-96743	101
Figura 54. Nicolau Nasoni. Porto, fachada do Santuário de Bom Jesus do Matosinhos (1743-1760). A adaptação da fachada a um templo pré-existente, de largura considerável, foi utilizada no templo de Congonhas do Campo, de maneira compacta, por Francisco de Lima Cerqueira. Fonte: Colagem do autor	101
Figura 55. José de Figueiredo Seixas. Igrejas de Nossa Senhora do Carmo (1768), Clérigos da Vila Real (1753) e Capela Solar de Mateus. Nota-se a utilização de colunas geminadas, sustentando três níveis em ordem clássica, cujo centro da portada eleva-se com nicho, óculo, cartela e estatuária. Fonte: Colagem do autor	105
Figura 56. José de Figueiredo Seixas. Páginas manuscritas do Tratado da Ruação (1773). Fonte: Biblioteca Nacional Digital de Portugal	106
Figura 57. José de Figueiredo Seixas. Comparação do esquadriamento das fachadas da Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo do Porto, do Santuário de Nossa dos Remédios, de Lamego, e da Capela de Nossa Senhora do Carmo, de Vila Rica, esta última, projetada por Francisco de Lima Cerqueira. Foto: Colagem do autor	106
Figura 58. André Soares. Guimarães, fachada e planta da Igreja de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos. Fonte: Colagem do autor	110
Figura 59. André Soares. Comparação da fachada da Igreja de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos, em Guimarães, com as igrejas mineiras atribuídas ao arquiteto Francisco de Lima Cerqueira, Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, de Ouro Preto, e Igreja Matriz Velha de Oliveira. Nota-se o avanço da fachada e o recuo das torres cilíndricas, tão aclamadas pela crítica europeia. Fonte: Colagem do autor	110
Figura 60. Mapa de Minas Gerais, com apontamentos das cidades selecionadas para o estudo das “Praças Longas”. Fonte: Produzido pelo Autor	112

Figura 61. Praça Longa da Paixão, em São João del Rei, Minas Gerais. Fonte: Produzido pelo autor a partir de imagem via satélite.....	113
Figura 62. São João del-Rei, Rua Getúlio Vargas, antiga Rua Direita, anos 2000. Partindo da fachada da Capela da Ordem Terceira do Carmo, esta rua varia em suas larguras até a fachada da Capela de Nossa Senhora do Rosário. Através das capelas dos Passos, dá passagens às encenações da Semana Santa. Fonte: https://i.pinimg.com/originals/3c/59/62/3c59622bbe0e11b70ab84e5117zead_45.jpg	116
Figura 63. São João del-Rei, Rua Getúlio Vargas, antiga Rua Direita, a partir da cobertura da Capela de Nossa Senhora do Rosário. Fonte: Beni Jr. Fotos	116
Figura 64. São João del-Rei, Rua da Prata (atual Padre José Maria) e Largo de São Francisco, final do século XIX. Uma das primeiras avenidas projetada no Brasil, esta larga “rua” complementava o impacto frente à Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, obra-prima do arquiteto Francisco de Lima Cerqueira. O pátio da capela, também projeto deste arquiteto, estava por ser montado. Fonte: Arquivo Público Mineiro	117
Figura 65. São João del Rei. Capela da Ordem Terceira do Carmo em postais do início do séc. XX. O adro com escadaria foi retirado década depois, pois atrapalhava o trânsito. Fonte: Acervo do autor.....	118
Figura 66. São João del Rei, Ponte do Rosário e Rua da Prata, postais do início do séc. XX. A ponte de pedra foi projetada e construída por Lima Cerqueira, dando acesso definitivo à moderna avenida de da vila. Fonte: Acervo do autor	118
Figura 67. Praça Longa da Paixão em Campanha. Fonte: Elaborado pelo autor a partir de imagens de satélite	119
Figura 68. Detalhe ilustrativo do “Mapa de toda a extensão da Campanha da Princesa., feixada pelo Rio Grande, e pelos registos, que limitão a Capitania de Minas”, de 1799. Representação mais próxima da vila de Campanha da Princesa, com a projeção dos dois largos somados, a nova Matriz em construção, o pelouro ao centro, ladeados por denso casario. Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino	128
Figura 69. “Cidade da Campanha da Princesa / Vista tirada do Alto do Morro de Santa Cruz”, litogravura de Sebastién Auguste Sisson, c. 1860. Esta litogravura faz parte de uma série de ilustrações sobre as vilas mineiras do segundo Império, destinadas às	

publicações de almanaques e imprensa em geral. Fonte: Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort.....	128
Figura 70. Campanha, Praça da Matriz, atual Praça Dom Ferrão, 1900. Com o desenrolar da arborização, a praça torna-se um convite ao lazer da população. Fonte: Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort.....	129
Figura 71. Campanha, Praça da Matriz (atual Praça Dom Ferrão), 1912. A junção de duas praças retangulares, a primeira de 1737 e a segunda de 1785, revela o alargamento da última para melhor projeção e proporção da nova Matriz. A rampa central, como o caminho curvo da Rua Direita ao portal de entrada da igreja, mantém alguns trechos até hoje. Fonte: Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort	129
Figura 72. Campanha, fachada da Igreja Matriz, depois Catedral. Foto Araújo, 1903. Construída em taipa-de-pilão, a partir de 1787, a igreja teve duas torres construídas bem mais tarde, no final do século XIX. Notar a portada frontal, em pedra entalhada, com arco pombalino, provavelmente entalhado pelo mestre Francisco de Lima Cerqueira. Fonte: Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort	130
Figura 73. Praça da Matriz, atual Praça Dom Ferrão, Campanha. A praça original, fundada pelo ouvidor Cipriano em 1737, tornou-se pequena demais para a projeção da nova Matriz, alargando-se “morro acima” a partir de 1795. Fonte: Google Earth	130
Figura 74. Praça Longa da Paixão, em Oliveira. Fonte: Elaborado pelo autor a partir de imagens de satélite	131
Figura 75. Reconstrução da “Praça Longa” do Arraial de Oliveira, no início do século XIX, a partir da interpretação de dados históricos, por Heraldo Tadeu Laranjo Mendonça. Fonte: MENDONÇA, 1987, p. 25	140
Figura 76. Oliveira, Largo de Nossa Senhora de Oliveira, atual Praça XV de Novembro. No topo da colina, estendeu-se um novo caminho, para assentar a capela e seu generoso adro, que serviu de cemitério. Fonte: Museu Histórico de Oliveira	140
Figura 77. Oliveira, Largo Nossa Senhora de Oliveira, atual Praça XV de Novembro, em foto do final do século XIX. As torres recuadas e arredondas da igreja ajudam na fluidez do grande espaço vazio. Obra atribuída ao arquiteto e mestre em cantaria Francisco de Lima Cerqueira. Fonte: Museu Histórico de Oliveira	141

Figura 78. Teoria da Proporção de Fachadas, resgatada por Figueiredo Seixas do Tratado de Alberti, aplicada na edificação da Igreja Matriz de Oliveira. Fonte: Elaborado pelo autor	141
Figura 79. Oliveira. Igreja Matriz Nossa Senhora de Oliveira. Planta e desenho da fachada. Fonte: Levantamento do autor	142
Figura 80. Praça Longa da Paixão, em Campo Belo. Fonte: Elaborada pelo autor a partir de imagens de satélite	143
Figura 81. Campo Belo, Praças Minote Áurea, Cônego Ulisses e Rui Barbosa. Uma das “Praças Longas” mais belas de Minas Gerais, Campo Belo ainda preserva a Igreja Matriz “Velha”, que motivou a regularização deste espaço, ainda em época de arraial. Fonte: Museu e Arquivo de Campo Belo	152
Figura 82. Campo Belo, Praça Cônego Ulisses, nos anos 1930. O ajardinamento deste longo adro camufla o original terreiro, ou campo, utilizado como feira de gado em meados do século XVIII. Fonte: Museu e Arquivo de Campo Belo.....	152
Figura 83 Campo Belo, Praça Conego Ulisses, antiga Praça da Matriz, no final dos anos 1930. Fonte: Acervo Museu e Arquivo de Campo Belo.....	153
Figura 84. Campo Belo, Praça Cônego Ulisses, anos 2000. Alameda de pau-ferro, que remanesce do antigo ajardinamento, conduz à Igreja Matriz “Velha” do Senhor Bom Jesus, obra atribuída ao arquiteto e mestre em cantaria Francisco de Lima Cerqueira. Fonte: Foto do Autor	153
Figura 85. Teoria da Proporção de Fachadas, resgatada por Figueiredo Seixas do Tratado de Alberti, aplicada na edificação da Igreja Matriz de Campo Belo. Fonte: Elaborado pelo autor	154
Figura 86. Campo Belo. Igreja Matriz Velha do Senhor Bom Jesus, Campo Belo. Planta e desenho da fachada. Fonte: Levantamento do autor.....	154
Figura 87. Praça Longa da Paixão, em Lavras. Fonte: Elaborado pelo autor a partir de imagens de satélite	155
Figura 88. Lavras, Praça Central, atual Praça Dr. Augusto Silva, final do século XIX. A grande “Praça Longa”, com suas casuarinas para dissecação do solo, teve sua área invadida irregularmente por aqueles que achavam desperdício tanta área pública. A Câmara mandou demolir as novas edificações. Fonte: Coletânea de Renato Libeck	161

Figura 89. Lavras, Praça Dr. Augusto Silva, antiga Praça Central. A estrada se alarga em frente à Igreja Matriz de Sant’Ana, atual Nossa Senhora do Rosário, formando um grande adro de chegada. A arborização de um século garante o oásis no centro da cidade. Fonte: Prefeitura Municipal de Lavras.....	161
Figura 90. Praça Longa da Paixão, em Pouso Alegre. Fonte: Elaborado pelo autor a partir de imagens de satélite	162
Figura 91. Pouso Alegre, litogravura de Sebastien Auguste Sisson, datada de 1863. A “Praça Longa” e seu casario se destaca no vale do Mandú, por entre morros cobertos de mata nativa. A igreja Matriz era um prédio de taipa mal construído, cujas imperfeições eram alertadas nas visitas pastorais dos bispos. Fonte: Museu Histórico Municipal Tuany Toledo	168
Figura 92. Pouso Alegre, Planta da Cidade em 1927. O caminho dos tropeiros, em desvio das enchentes do Rio Mandú, foi eixo indutor da freguesia comandada pelo Padre José Bento, futuro senador do Império, no início do século XIX. Fonte: Museu Histórico Municipal Tuany Toledo	168
Figura 93. Pouso Alegre, Largo da Matriz, atual Avenida Dr. Lisboa, final do século XIX. A Igreja Matriz reformada, o teatro e o sobrado de José Bento, do lado esquerdo. Do lado direito, um solário senhorial, com sua capela dos Passos em anexo. Fonte: Museu Histórico Municipal Tuany Toledo	169
Figura 94. Pouso Alegre, Largo da Matriz, atual Avenida Dr. Lisboa, início do século XX. Os postes de iluminação e a arborização, fora das calçadas, induziriam o seu prolongamento. Fonte: Museu Histórico Municipal Tuany Toledo	169
Figura 95. Pouso Alegre, Largo da Matriz, vista aérea da Avenida Dr. Lisboa, anos 1960. A monumental Igreja Catedral manteve, por décadas, sua condição de marco visual da cidade. Fonte: Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.....	170
Figura 96. Pouso Alegre, Avenida Dr. Lisboa, anos 2000. Totalmente asfaltada e sinalizada, esta avenida se tornou a artéria mais importante da cidade, com trânsito caótico e vagas de estacionamento lotadas. Fonte: Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.....	170
Figura 97. Praça Longa da Paixão, em Caldas. Fonte: Elaborado pelo autor a partir de imagens de satélite	171
Figura 98. A “praça longa” de Caldas, em desenho do naturalista sueco Gustaf A. Lindberg, de 1856. A fachada da Igreja Matriz inacabada, sem as torres, e a presença	

da casa do Pereira aos fundos, desapropriada e demolida no ano seguinte. Fonte: Seção de Mapas e Fotos da Universidade de Uppsala, Suécia.	177
Figura 99. Caldas, Largo do Rosário em direção ao largo da Matriz. O terreiro não resistia às enxurradas constantes e o crescimento de gramíneas, que eram consumidas pelas tropas de muares. Fonte: Arquivo Público Mineiro.....	178
Figura 100. Caldas, Largo do Rosário, foto de Salomon Henschen, 1868. Numa das extremidades da “Praça Longa” de Caldas, a capela com seu cruzeiro faz frente à Matriz, a quase meio quilômetro de distância. Fonte: Universidade de Uppsala, Suécia	178
Figura 101. Praça Longa da Paixão, em Cabo Verde. Fonte: Elaborado pelo autor a partir de imagens de satélite	179
Figura 102. Cabo Verde, antigo Largo da Matriz, atual Avenida Oscar Ornelas, início do século XX. Apesar da antiguidade da vila, sua “praça longa” não se encontra em sua gênese, como localidade mineradora, bastante montanhosa. Em frente à Igreja Matriz, a iniciativa do administrador Oscar Ornelas foi arrasar os obstáculos e aplainar a longa e larga avenida, a partir de 1910. Fonte: Arquivo Público Mineiro	184
Figura 103. Cabo Verde. Avenida Oscar Ornelas, já urbanizada, em 1922. Fonte: CARVALHO, 1998, p.225	184
Figura 104. Cabo Verde. Vista da Avenida Oscar Ornelas, em 1922, a partir da torre da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção. Fonte: CARVALHO, 1998, p. 226	185
Figura 105. Cabo Verde, vista aérea da cidade, anos 2000. A estagnação econômica do município acabou preservando sua configuração urbana do início do século XX. Sua fundação recua ao século XVIII, concorrendo com Caldas o título de vila. Fonte: Prefeitura Municipal de Cabo Verde.	185
Figura 106. Praça Longa da Paixão, em Varginha. Fonte: Elaborado pelo autor a partir de imagens de satélite	186
Figura 107. Varginha, Avenida Rio Branco, final do século XIX. A Igreja do Rosário, aos fundos, dava entrada à grande “praça longa” de Varginha, moldada durante todo o século XIX, com melhores casarões e sobrados da Freguesia. Fonte: Coleção Nico Vital.....	190
Figura 108. Varginha, Praça Governador Benedito Valadares, com vista da antiga Igreja Matriz, 1935. No extremo abaixo da grande avenida, com sua própria praça,	

ficava a Igreja Matriz do Espírito Santo, dando costas à colina acima. Ela passou por diversas reformas e demolições, desfigurando sua condição de marco urbano. Fonte: Coleção Nico Vital	190
Figura 109. Varginha, Avenida Rio Branco, 1916. A arborização do início do século dava ares de passeio público, mas também funcionava com sombreamento aos transeuntes e filtragem da poeira. Fonte: Coleção Nico Vital.....	191
Figura 110. Varginha, Avenida Rio Branco, anos 1930. A generosa largura desta avenida foi suficiente para criar uma praça ajardinada e iluminada, com esculturas e fontes, frequentada principalmente pelos jovens da época. Fonte: Coleção Nico Vital	191
Figura 111. Praça Longa da Paixão, em Muzambinho. Fonte: Elaborado pelo autor a partir de imagens de satélite	192
Figura 112. Muzambinho, Avenida Dr. Américo Luz, anos 1930. Suas margens foram lentamente ocupadas por moradia e comércio mais importante da localidade, destacando a monumental Igreja Matriz e seu cruzeiro, para jus à escala da praça. Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Muzambinho.....	196
Figura 113. Muzambinho, Praça da Matriz, atuais avenidas Dr. Américo Luz e Frei Florentino, anos 1930. O canteiro central dividiu a “praça longa” em duas avenidas, deixando ainda bastante generosa em suas dimensões. Fonte: Acervo do autor...197	197
Figura 114. Muzambinho, Avenida Américo Luz, anos 1950. O ajardinamento da longa praça começou de forma sutil, não deixando perder a monumental perspectiva de quem entrava na cidade. Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Muzambinho...197	197
Figura 115. Muzambinho, Largo da Matriz, anos 2000. A Igreja Matriz de São José (da Boa Vista) passou por várias reformas e ampliações, tentando se adequar às proporções da “Praça Longa”, antecedida pelo alto cruzeiro de granito e mosaico de espelho. Fonte: Foto Olinto Cristo	198
Figura 116. Vista aérea de Muzambinho, anos 2000. A junção das extensas avenidas Dr. Américo Luz e Frei Florentino divide a cidade em duas partes harmônicas. Fonte: Prefeitura Municipal de Muzambinho.....	198

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAMSP - Arquivo Arquidiocesano Metropolitano de São Paulo

AAOCM - Arquivo Arquidiocesano “Dom Octavio Chagas de Miranda”

ACDC - Arquivo da Cúria Diocesana da Campanha

ADG - Arquivo da Diocese de Guaxupé

ADO - Arquivo da Diocese de Oliveira

AEAM - Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana

AEDSJ - Acervos Eclesiásticos da Diocese de São João del-Rei

AMHTT - Arquivo do Museu Histórico Municipal “Tuany Toledo”

AMML - Arquivo Municipal “Monsenhor Lefort”

APESP - Arquivo Público do Estado de São Paulo

APM - Arquivo Público Mineiro

BICO - Biblioteca da Igreja Nova Catedral de Nossa Senhora de Oliveira

IHGSJ - Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei

IMS – Instituto Moreira Salles

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
1. CAPÍTULO I	30
1.1. Praça Longa da Paixão	31
1.2. Sacro Monte e Passos da Paixão	34
1.3. Campo da Feira e Rossio.....	41
1.4. Rua Direita.....	48
1.5. Adro, Largo e Praça.....	55
2. CAPÍTULO II	57
2.1. Território Mineiro e Padroado.....	58
2.2. Vila Rica / Ouro Preto – Praça do Palácio do Governo	60
2.3. Vila Rica / Ouro Preto – Adros das Capelas de Ordem Terceira: Nossa Senhora do Carmo e São Francisco de Assis	67
2.4. Congonhas do Campo – Santuário Bom Jesus do Matosinhos	77
2.5. Francisco de Lima Cerqueira	84
2.6. Escola Portuguesa do Norte – Nicolau Nasoni	96
2.7. Escola Portuguesa do Norte – José de Figueiredo Seixas.....	102
2.8. Escola Portuguesa do Norte – André Soares	107
3. CAPÍTULO III	111
3.1. São João del-Rei	113
3.2. Campanha	119
3.3. Oliveira.....	131
3.4. Campo Belo	143
3.5. Lavras	155
3.6. Pouso Alegre	162

3.7. Caldas.....	171
3.8. Cabo Verde.....	179
3.9. Varginha.....	186
3.10. Muzambinho.....	192
CONCLUSÃO	199
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	202

INTRODUÇÃO

As “Praças Longas” são características de muitas cidades do sul de Minas Gerais, como São João del-Rei, Campanha, Campo Belo, Lavras e Pouso Alegre. Estas influenciaram outras, ainda no século 19, como Caldas, Cabo Verde, Varginha e Muzambinho.

Sua origem está no alargamento das estradas, na conformação dos adros dos templos e na somatória da praça pública. O que identifica estes espaços é a tradição cristã: a Semana Santa enquanto Imitação de Cristo, dos últimos momentos à promessa de renascimento.

A matriz desta tradição está na Terra Santa, Jerusalém, a via sacra que trilha o cardo romano e se encerra nas duas grandes cúpulas do Santo Sepulcro e o Calvário da Cruz, erguidas a partir da indicação de Santa Helena, ainda na era bizantina. As cruzadas fizeram o papel disseminador às localidades cristãs europeias, que terão, por sua vez, o influente modelo da Roma papal. Lá estaria simulada a segunda Terra Santa.

A principal arquidiocese de Portugal, Braga, também conhecida como “Roma Portuguesa”, é uma cidade medieval construída sobre resquício romano. No início do século XVI, foi alargada sua antiga via romana “Corredoura”, transformando-a no Campo de Santana, atual Avenida Central. Este largo se estendia até a Capela Santana, pontilhado por cruzeiros, fontes, estátuas bíblicas e Capelas dos Passos. Servia às quermesses, ao comércio ambulante, e principalmente às demandas da Semana Santa.

Outra cidade do Minho, intimamente ligada à nação portuguesa, Guimarães, repete as condições do Campo de Santana: ao lado da muralha, alarga-se a via de acesso, transformando-a no Campo da Feira. A partir de 1727, a Real Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos espalhou pela vila sete capelas da Paixão de Cristo, culminando na extremidade do largo a Igreja dos Santos Passos, obra-prima do arquiteto bracarense André Soares (Braga, 1720-1769).

Estes exemplos ligados à Paixão de Cristo serão importantes referências ao contemporâneo arquiteto e mestre de cantaria Francisco de Lima Cerqueira (São Mamede, Portugal, 1728 – São João del-Rei, 1808). As semelhanças de sua obra com a de André Soares levam-nos a pensar a condição de mestre e aprendiz, apesar de nenhuma comprovação documental. A planta da nave e as ondulações da fachada da Igreja dos Santos Passos estão muito próximas às da Igreja de São Francisco de Assis de Ouro Preto.

A reprodução destes “sacro-campos” portugueses aconteceu no Brasil colonial. Principal exemplo é a avenida central de São João del-Rei, uma estrada que se alarga, com duas capelas em suas extremidades: do Rosário e do Carmo. A Igreja Matriz debruça ao centro do largo e as Capelas dos Passos pontilham suas esquinas, construídas pelas Irmandades do Senhor dos Passos e colocadas sob zelo dos vizinhos particulares. Projetadas por Francisco de Lima Cerqueira, as fachadas sinuosas das capelas da Ordem Terceira do Carmo e de São Francisco de Assis são ligadas pela “praça longa”, a Ponte do Rosário sobre o Córrego do Lenheiro e a “avenida” iluminista da velha Rua da Prata.

Estas duas ordens religiosas estão diretamente relacionadas aos rituais da Paixão de Cristo e à Terra Santa: o Monte Carmelo como abrigo das imagens da procissão e os franciscanos como zeladores “papais” dos lugares sagrados. Os franciscanos se localizavam à periferia imediata, montando ao lado da primitiva igreja seu Hospício da Terra Santa.

Coincidência ou não, a mesma relação e autoria acontece na capital Vila Rica, atual Ouro Preto. A Capela do Carmo, com sua fachada sinuosa para a Freguesia do Pilar, revista especialmente por Francisco de Lima Cerqueira, e a Capela São Francisco de Assis, a duas quadras do lado oposto, voltada ao Bairro Antonio Dias, articulada em movimentos estruturais e decorativos, obra-prima do rococó mineiro.

Lembremos que as procissões de Semana Santa e de *Corpus Christi* em Vila Rica ocorriam anualmente, com revezamento entre as duas paróquias, atravessando triunfalmente o grande largo cívico da Câmara e Cadeia e Palácio do Governador (atual Praça Tiradentes). Não à toa, as fachadas onduladas: se as plantas octogonais das Igrejas Concatedrais de São Pedro dos Clérigos remetem à cúpula da Basílica de

São Pedro do Vaticano, as capelas de Ordem Terceira de São Francisco e de Nossa Senhora do Carmo remetem à confluência das cúpulas do Santo Sepulcro e do Calvário, em Jerusalém, epicentro da cultura cristã.

Métodos e Estrutura

Em primeiro momento, tínhamos apenas a percepção de grandes espaços abertos no centro de velhas cidades da região de Caldas, começando pela própria Caldas e se estendendo à “sublime” Muzambinho. As praças eram bastante peculiares em sua composição, dominadas por um ou dois templos em suas extremidades, algumas bastante regulares, outras não.

Os arquivos das cidades não se encontravam organizados e tivemos que se contentar com a produção de cronistas locais, em poucos livros e jornais. Em busca das origens da tipologia, percorremos outras localidades do Sul de Minas, unidas por rodovias e estradas vicinais, até chegarmos a São João del-Rey, que foi cabeça da Comarca do Rio das Mortes em meados do século XVIII. Não podendo faltar a capital civil de Minas Gerais, Vila Rica, atual Ouro Preto, apresentamos a formação da longa Praça Tiradentes e os adros generosos e simbólicos das Ordens Terceiras do Carmo e de São Francisco de Assis. Também incluímos o sacro-monte de Congonhas, o Santuário do Bom Jesus do Matosinhos, com forte influência religiosa na região.

Em segundo momento, selecionamos as melhores ocorrências, seja por suas características marcantes, por sua morfogênese ou representatividade no conjunto das cidades. Para a confirmação de nossas escolhas, investigamos a história de cada localidade no “Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais”, de Waldemar Almeida Barbosa (1971), e na “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros”, volumes 24 a 27, referentes a Minas Gerais, coordenada por Jurandyr Pires Ferreira (1958). Apesar da variação dos verbetes, de mínimas a muitas informações, o Dicionário e a Enciclopédia foram fundamentais não só para a seleção, como, também, para a localização das fontes primárias.

Estávamos prontos para as pesquisas nos arquivos eclesiásticos, que pudessem demonstrar a formação original destes espaços. No século XIX, muitos dos municípios do Sul mineiro ainda pertenciam à Diocese de São Paulo, o que nos levou

alguns meses a consultar os livros e documentos avulsos do Arquivo Arquidiocesano Metropolitano de São Paulo. Em relação a São João del-Rei, Campanha e demais municípios vizinhos, tivemos que pesquisar o Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, com relativo resultado. Não obtivemos bons resultados em outros arquivos diocesanos, apenas no de Pouso Alegre e Campanha. Muitos permanecem fechados, principalmente pela falta de organização.

Dos arquivos públicos, os mais produtivos foram “Tuany Toledo” de Pouso Alegre, “Monsenhor Lefort” de Campanha, Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei e os estaduais Arquivo Público Mineiro e Arquivo Público do Estado de São Paulo.

A documentação primária, quando encontrada, se repetia nos termos e nas regras, pautados principalmente nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707), fornecendo poucos dados originais aos estudos das “praças longas”. Dos arquivos eclesiásticos, as maiores contribuições foram dos livros de registro das Visitas Pastorais dos Bispos de Mariana e de São Paulo, durante todo o século XIX.

Recorremos, também, aos cronistas viajantes das primeiras décadas do século XIX, em especial Auguste de Saint-Hilaire, com seus diários de viagens “às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goyaz”, “pelo Distrito dos diamantes e litoral do Brasil” e “pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais”, com informações detalhadas sobre São João del-Rei, Oliveira e Campo Belo.

A visita a campo foi fundamental para a confirmação dos dados bibliográficos e dos arquivos consultados, considerando a medição de determinadas praças e de algumas igrejas matrizes, como a de Oliveira e de Campo Belo. Complementando este levantamento, fotos e desenhos tornaram-se imprescindíveis para o entendimento das proporções e tratadistas arquitetônicas utilizadas pelo arquiteto Francisco de Lima Cerqueira, confirmando-se as atribuições levantadas. Também foram produzidas imagens de delimitação das praças sobre fotos satélites, tendo uma visão mais abrangente de seus componentes arquitetônicos e urbanos.

Dividimos a tese em três capítulos. O primeiro, sobre os vocábulos da “praça longa”, que trata dos léxicos relacionados ao tema, agrupados em Praça Longa da

Paixão, Sacro Monte e Passos da Paixão, Campo da Feira e Rossio, Rua Direita, Adro, Largo e Praça.

O segundo capítulo investiga as origens mineiras da “praça longa”, focando as ocorrências na antiga Vila Rica e o Sacro Monte de Congonhas do Campo. Este capítulo complementa-se com a biografia do arquiteto Francisco de Lima Cerqueira e sua suposta relação com a Escola Portuguesa do Norte, representada por Nicolau Nasoni, José de Figueiredo Seixas e André Soares.

O terceiro capítulo, “Plenitude da Praça Longa”, trata dos exemplares selecionados no território de estudo, tentando seguir uma ordem cronológica das ocorrências: São João del-Rei, Campanha, Oliveira, Campo Belo, Lavras, Pouso Alegre, Caldas, Cabo Verde, Varginha e Muzambinho. Para cada localidade, preferimos seguir o formato tradicional das crônicas históricas, direcionando os dados fundamentais à morfogênese da “praça longa”.

CAPÍTULO I
Os vocábulos da Praça Longa

1.1. Praça Longa da Paixão

Poderíamos dizer que “Praça Longa da Paixão” são extensas praças ou largos, de formato retangular, muitas vezes não tão regulares, que abrangem em suas extremidades um ou mais edifícios de uso público, principalmente os eclesiásticos com seu cruzeiro frontal. Da “Paixão”, vem de sua primordial destinação, para as festas e procissões religiosas, principalmente para a encenação urbana da Via Sacra durante a Semana Santa, dos Passos de Cristo acolhidos em pequenas capelas nas testadas destes largos, procissões que se iniciam e se encerram no interior dos templos.

A tipologia é frequente na formação de várias cidades do sul de Minas Gerais, do século XVIII ao XIX, mas não que esta ocorrência seja de exclusividade da região, percebendo alguns típicos exemplares por todo o Brasil. O que releva este conjunto de praças sul mineiras é a sua grande extensão, podendo destacar Lavras, Campo Belo, Pouso Alegre, Caldas e Muzambinho. E como matriz desta tipologia estão as praças longas das principais vilas da região: São João del-Rei e Campanha da Princesa.

Suas referências vêm de algumas cidades portuguesas de origem romana ou medieval, como Braga e Guimarães, cujos campos extramuros, de comércios e feiras, receberam ampliações e reformas no período renascentista. Em tempo mais remoto, temos a Roma sob interferência papal, os ensaios urbanos da cristã Constantinopla e o imaginário construído sobre o percurso da Paixão de Cristo em Jerusalém.

Partindo desta cronologia, detectamos duas vertentes espaciais para a praça longa: as que acompanham a cumeeira dos morros, com suave inclinação, denotando a tradicional cidade de colina luso-brasileira; ou subindo as encostas a partir de um ribeiro, como os sacro-montes da Paixão, a terminar em um morro ou capela de Santa Cruz.



Figura 1. Jerusalém no Mapa de Madaba, chão da Igreja Bizantina de São Jorge, em Madaba, Jordânia, século VI d.C. Esta é a representação mais antiga preservada em mapa de Jerusalém como Terra Santa, destacando em pedras brancas a delimitação da muralha e as antigas vias romanas *cardus* e *decumanus*. A via dolorosa (traçado vermelho), firmada no século XIV, correspondia à via *cardus*, truncada pelo relevo acidentado, terminando no Santo Sepulcro. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Mapa_de_Madaba#/media/Ficheiro:Madaba_map.jpg

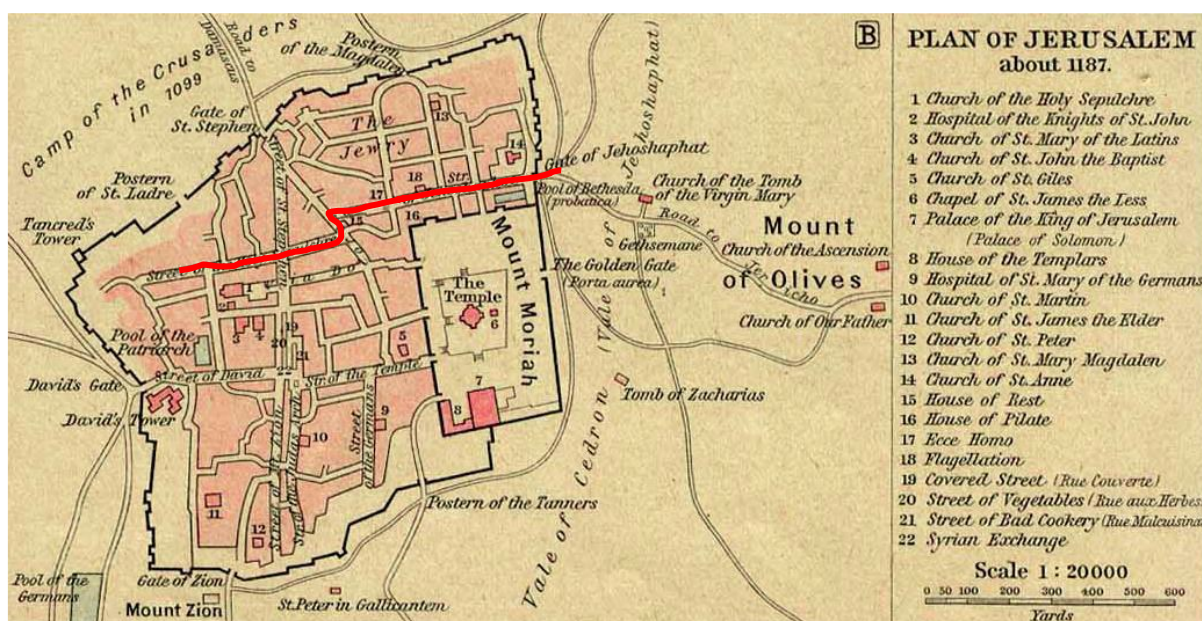


Figura 2. Mapa de Jerusalém, c. 1187d.C. Nesta reconstituição de Jerusalém, os locais sagrados já estão marcados por templos bizantinos, tendo como principal referência o Santo Sepulcro acessado pela Via Dolorosa, antigo *cardus* romano (traçado vermelho). Fonte: *Historical Atlas* de William Shepherd (1923-26)



Figura 3. Mese em Constantinopla, atual Avenida Divanyolu, Istambul. Esta reconstituição da capital do Império Romano Oriental, no ano de 1000 d.C, demonstra a monumentalidade da avenida Mese (traçado vermelho), construída em 330 d.C. Conectada pelo Fórum Constantino e outras praças quadradas e circulares, de representação militar, de feiras e festas populares, percorre toda a extensão da cidade, do porto ao pórtico de saída da muralha. Fonte: <https://imgur.com/r/Mapporn/beWFfc7>



Figura 4. Vista de Roma a partir da Piazza del Popolo, séc. XVIII. Em 1585, o Papa Sisto V promoveu uma série de transformações urbanas, em continuidade de seus antecessores, os papas Alexandre VI (1492-1503) e Júlio II (1503-1513). Foram rasgadas extensas avenidas pela cidade antiga romana, conectando em perspectiva marcos monumentais e igrejas sobre sepultamentos santos, transformando-a num roteiro de peregrinação. Fonte: courses.cit.cornell.edu

1.2. Sacro Monte e Passos da Paixão

Passos – § *Passos da paixão: oratório, em que se representa algum dos tormentos do Redemptor; ou algum dos tormentos, em que se medita, ou fala. (MORAES SILVA, 1813, p. 409)*

Paixão – *O amor, ira, ódio, aversão, ou qualquer apetite, e affecto imoderado, e violento: ... § Doença, que se padece... § Soffrimento de dores, e por excellencia a Paixão de N. S. Jesus Christo... (MORAES SILVA, 1813, p. 384)*

Das tradições medievais introduzidas no Brasil pelos colonizadores portugueses se destaca a devoção aos Passos da Paixão de Cristo, com capelinhas distribuídas no tecido urbano das povoações, tendo ao lado casarões ou sobrados de famílias zeladoras. Estes “Passos de Rua” ainda podem ser encontrados em algumas cidades brasileiras, remanescentes que se perdem pela malha urbana e se preservam por sua condição muitas vezes única.

Existe outra tipologia das Capelinhas de Passos, em sequência escalando-se morros, situação rara no Brasil. O melhor exemplo entre nós é o sacro-monte de Congonhas do Campo, Minas Gerais, tido como obra-prima do escultor Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. As duas tipologias reproduzem simbolicamente a Via Sacra original de Jerusalém, com pequenas capelas marcando os momentos mais importantes do caminho percorrido por Cristo em sua Paixão.

Os passos originais eram trilhados pelos peregrinos na Terra Santa, após as conquistas dos Cruzados. Porém, com as dificuldades de acesso aos lugares santos, as viagens e os perigos do percurso, levaram alguns religiosos a idealizarem a reprodução de Vias Sacras em outras localidades da Europa, com dimensões similares e imaginária ilusionista.

Para simbolizar a montanha sagrada do Gólgota, foram escolhidos sítios paisagísticos elevados, cujo primeiro tipo foi edificado por volta de 1405 na região de Córdoba, na Espanha, por iniciativa de um frade dominicano no regresso de uma peregrinação à Terra Santa. Ao longo do século, outros foram construídos na região

da Alemanha e de Flandres, com o apoio dos Franciscanos, que possuíam privilégios papais da guarda dos lugares santos em Jerusalém. O mais fabuloso sacro-monte europeu é o Santuário de Varallo, no Piemonte italiano, que chegou a ter no século XVIII 45 capelas com cenas do velho e novo Testamento.¹

Em Portugal, o mais famoso sacro-monte é o do Santuário do Bom Jesus de Braga, erguido no século XVIII em substituição às Capelas dos Passos existentes na “Praça Longa” em extensão e fora de sua muralha.

As povoações que não contavam com grandes morros ou investimentos organizados para tanto, contentavam-se em espalhar as capelinhas de Passos em ruas e largos, as que fizessem ligação das igrejas mais importantes, para eficiente representação da Paixão de Cristo. Em Minas Gerais, no período áureo da mineração, foi regamente proibida a locação de ordens religiosas, ficando entregue os cuidados aos padres seculares e aos leigos de Ordens Terceiras de Nossa Senhora do Carmo e de São Francisco de Assis.

No reino português, o conjunto mais marcante destas pequenas capelas dos Passos é o conjunto ainda existente em Guimarães, organizado e reconstruído pelo arquiteto André Soares, em meados do século XVIII. A influência da “Praça Longa” dos Passos de Guimarães é evidente na obra de Francisco de Lima Cerqueira em Minas Gerais, seja em Ouro Preto ou em São João del-Rei.

As capelas dos Passos da Paixão de Cristo, que remanescem nas cidades históricas do sul mineiro, foram construídas pelas Irmandades do Senhor dos Passos nas principais vias a partir de meados do século XVIII.

Com empenas voltadas para a rua, algumas ondulantes terminadas em cruz, destacam-se com suas portas almofadadas, que se abriam apenas na Quaresma e

¹ BAZIN, 1971, p. 220 / OLIVEIRA, 2006, p. 14: “Essa grandiosa cenografia barroca [sobre o Santuário de Congonhas] descende em linha direta dos famosos Sacromontes europeus, teatros simbólicos tradicionalmente encenados em ‘montanhas sagradas’, como a de Varallo no Piemonte italiano ou Braga no Norte de Portugal, para que os cristãos impossibilitados de viajar à Terra Santa pudessem realizar na própria pátria ‘peregrinações de substituição’”.

na Semana Santa, e com pequenos altares e retábulos rococós cercando pinturas temáticas ou raramente imagens articuláveis.

Supõem-se que as capelas dos Passos se limitavam a quantidade de cinco por localidade, as quais se juntavam a mais duas localizadas no interior das igrejas, como ponto de saída e chegada da procissão, como atestam exatamente as cinco existentes em Ouro Preto, Mariana, São João del-Rei, Tiradentes e Campanha.² Algumas pequenas capelas se conectavam aos solares e sobrados adjacentes, que também promoviam e mantinham estas edificações.

Em cidades mineiras que não preservaram totalmente seu conjunto urbano, como a vila de peregrinação de São Thomé das Letras, remanescem uma ou outra capela original, às vezes reconstrução a partir de fotos antigas.

As capelas dos Passos são muito frequentes no norte de Portugal, especificamente em Guimarães, Braga e Porto. Elas têm forte relação com os oratórios domésticos, que extrapolam o interior residencial, invadindo as fachadas, embutidas ou dependuradas, a se tornarem estruturas autônomas ao lado das residências, e contribuindo, assim, com o ritual urbano e público da Paixão.

² OLIVEIRA & CAMPOS, 2010, v. 1, p. 88: “A devoção aos Passos da Paixão tem, tanto em Ouro Preto quanto em Mariana, manifestações de maior popularidade nas capelinhas de Passos de rua, em número de cinco em cada uma das cidades, tendo em vista que o primeiro e o último da série obrigatória de sete eram montados nas igrejas do início ao fim do percurso das procissões específicas, realizadas nas Sextas-feiras da Quaresma. As capelinhas, em ambas as cidades, foram construídas pelas irmandades do Senhor dos Passos, instituídas nas matrizes nos primeiros tempos da Colônia. Em meados do século XVIII, as duas vilas já possuíam a série completa de Passos, alguns na mesma localização atual”.



Figura 5. Santuário de Varallo, Piemonte italiano. O sacro monte de Varallo foi construído pelo padre Bernardino Caimi, entre 1486 e 1493, em princípio para reproduzir os passos da Via Dolorosa de Jerusalém. Porém, até o século XVIII, somaram-se 45 capelas com cenas do velho e novo Testamento. Fonte: <https://www.sacromontedivarallo.org/wp/>

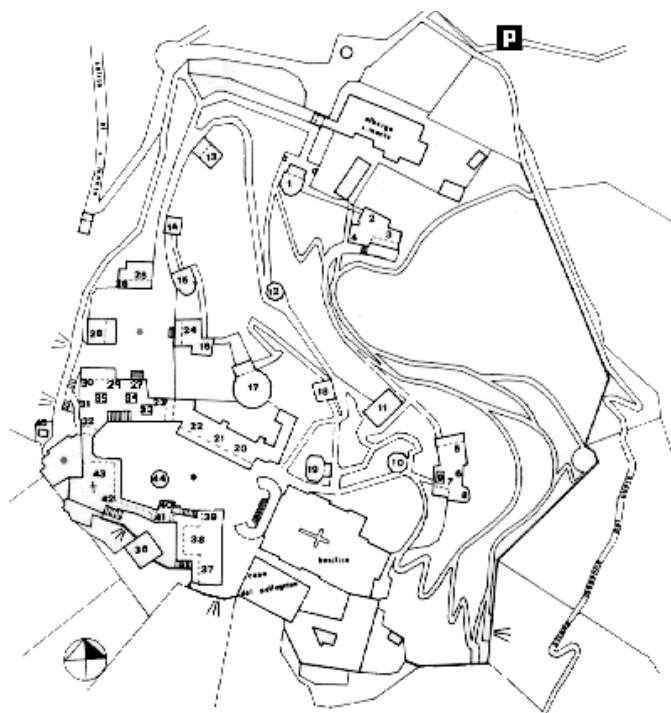


Figura 6. Planta do complexo de capelas do sacro monte de Varallo. No topo da montanha, as capelas pontuam o serpentejar das vias, com ápice na basílica da Assunção da Virgem Maria. Fonte: Santuari d'Italia

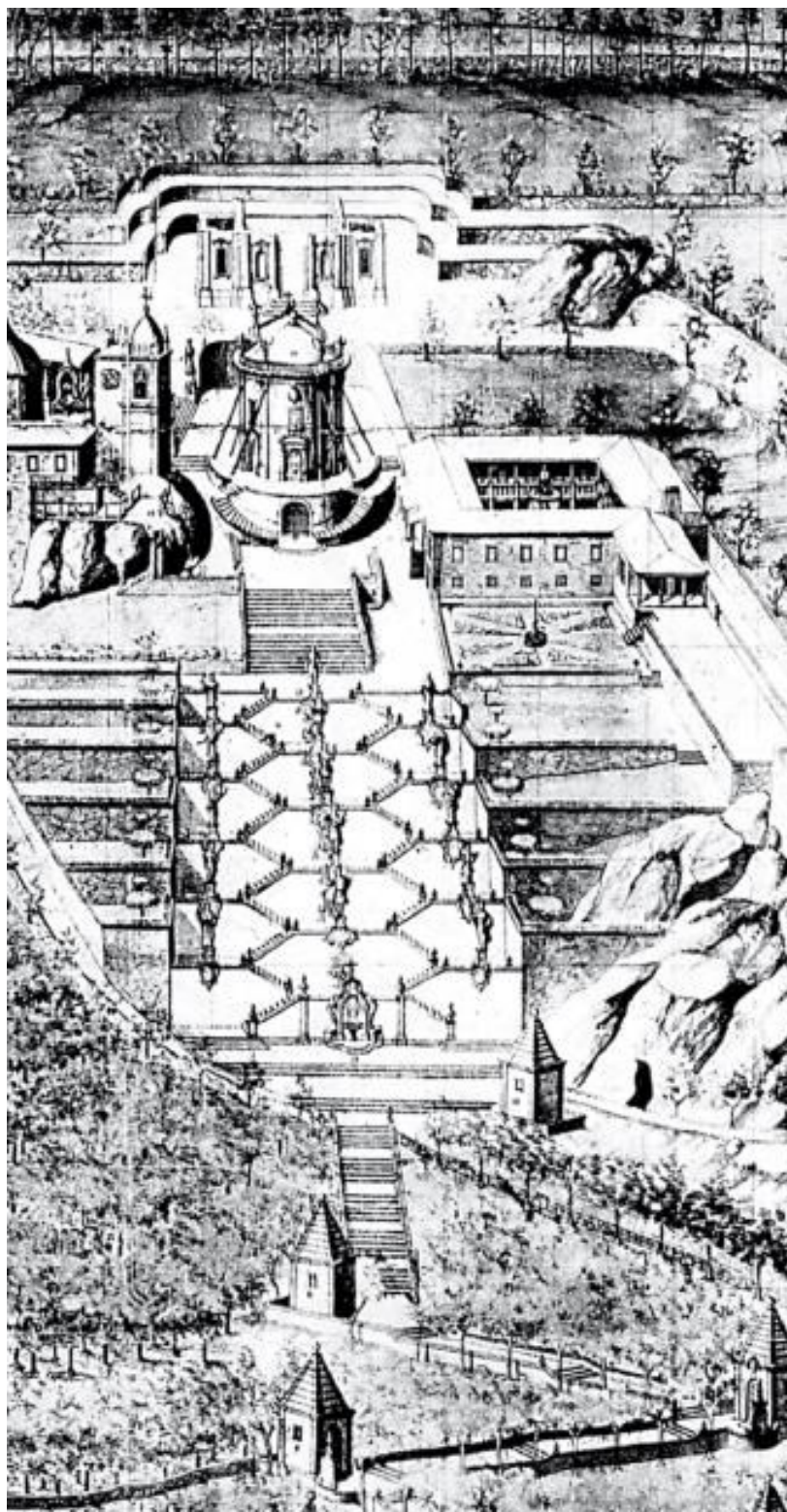


Figura 7. Santuário do Bom Jesus de Braga, em 1789. Detalhe do desenho de Carlos Amarante, com a antiga capela circular escorada, aguardando a finalização da construção do novo templo. Fonte: Acervo Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira



Figura 8. Escadaria do Santuário do Bom Jesus do Monte, Braga. O grande complexo arquitetônico-paisagístico se desenvolve a partir da via sacra de Cristo, em meio ao bosque natural. Fonte: Google Earth



Figura 9. Escadaria do Santuário Nossa Senhora dos Remédios, Lamego. Implantada sobre o Monte de Santo Estevão, a igreja culmina uma escadaria rococó construída de 1750 a 1905. É um dos mais belos sacro-montes de Portugal. Fonte: Ana Gonçalves Photography



Figura 10. Santuário de Nossa Senhora dos Remédios, Lamego. O complexo é considerado a mais belo sacro-monte de Portugal, com obras de Nicolau Nasoni, José Figueiredo Seixas e André Soares. Suas obras se estenderam até o início do século XX. Fonte: super_portugal



Figura 11. Avenidas Alfredo de Souza e Visconde Guedes, vistas da escadaria de Nossa Senhora dos Remédios, Lamego. Estas avenidas faziam a integração do Monte Santo Estevão com o centro medieval de Lamego. Fonte: www.noticiasdevisheu.com

1.3. Campo da Feira e Rossio

Campo – *Pedaço de terra baixa, e plana. §. Terra fora da Cidade. §. O arraial militar... §. Lugar onde se dá batalha. §. Lugar onde se postão os sitiadores...* (MORAES SILVA, 1813, p. 333)

Feira – *Lugar, onde em certos dias semanaes, mensais, ou de anno a anno concordem tratantes, mercadores, e lavradores a vender os produtos da terra, e das artes, e mecânicas. § Feira; ajunta-se aos nomes dos dias da semana...* (MORAES SILVA, 1813, p. 19)

Rossio – *Rocio, Chuva miúda. § fig. Orvalho... o rocio § V. Recio, o Ressio; posto que hoje dizemos o rocio, ou a praça, e por excellencia huma praça de Lisboa (a etim. Lat. Pede roscio, para distinguir de rocio praça, que dantes dizião Recio, e hoje todos dizem Rocio) ...* (MORAES SILVA, 1813, p. 637)

Outros termos utilizados para as “praças longas” estão na sua condição de matriz, portanto, em suas origens portuguesas: o “campo”, o “rossio” e o “terreiro”.

O “campo” se refere às imediações das muralhas, extramuros, próximos aos portões de entrada da cidade, caracterizando como área de pastagem, hortas particulares ou conventuais, plantação de vinhas e produções artesanais, tudo margeando a via de acesso principal, lugar de chegada e de paragem dos viajantes. Este território vai ser adquirido ou desapropriado para o seu alargamento, ampliando-se também o seu uso, como mercado e feiras, espaço para quermesse, procissões religiosas e área de manobras militares. Interessante é que o termo “campo” vai se manter por séculos, mesmo em cidades brasileiras que nunca tiveram muralhas, como o Campo de Santana no Rio de Janeiro (atual Praça da República) e o Campo da Luz em São Paulo (atual Avenida Tiradentes). Como definição de cemitérios fora do perímetro urbano, o “campo santo” permaneceu por muito mais tempo, até início do século XX.

O termo “rossio”, no caso das praças longas, está relacionado à área residual de uso ou interesse público. Também denominava terreno largo, bastante espaçoso, terreno baldio ou para cultivo, fora das muralhas. Vem daí a sua apropriação nas normativas portuguesas para a constituição de um patrimônio público para administração da Câmara Municipal. Foi utilizado no Brasil apenas neste último sentido, mas é importante para o nosso entendimento nos estudos de caso em Portugal.

Segundo Fonseca, o rossio se refere a pequenos territórios, entre 11 e 174km². Eram terrenos atribuídos pela Coroa às *res pública*, para constituir o patrimônio da Câmara. Podia ser dividido em “chãos” (lotes) e concedê-los aos moradores que os pediam para edificar suas casas, mediante pagamento dos foros anuais. “O rossio era delimitado a partir de um centro geométrico, que era situado, idealmente, sobre o pelourinho, ou seja, no coração da vila”.³

³ FONSECA, 2011, p. 30.

O “terreiro”, chão batido ou pisoteado, está mais relacionado ao adro de igrejas de ordens regulares, conventos e mosteiros, mas também era utilizado para grandes espaços em frente a capelas e igrejas seculares, de associações e irmandades de grande popularidade, onde se promoviam abundantes festas e quermesses. Em Minas Gerais, pouco se utilizou deste termo, lembrando a proibição régia de instalação de ordens regulares em seu território desde o início do século XVIII.



Figura 12. Campo do Rossio, Lisboa, antes do terremoto de 1755. Ocupando o vazio do antigo hipódromo romano, o Campo do Rossio foi cercado por edificações de patrocínio real, como o complexo da Santa Casa de Misericórdia, completamente destruído pelo terremoto. Fonte: Wikimedia Commons



Figura 13. Vista do Campo da Feira em Guimarães, aquarela de George Vivian, 1839. Formado por uma espécie de rossio, em frente o portal da muralha de Guimarães, o local era utilizado para feiras e quermesses, firmando-se na Semana Santa com a construção da Igreja de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos e algumas capelas dos Passos. Fonte: Memória de Araduca



Figura 14. Vista atual do Largo da República do Brasil, antigo Campo da Feira, a partir da muralha de Guimarães. O paisagismo toma boa parte do antigo campo, ornamentando o grande adro da igreja projetada por André Soares. Fonte: turismoemguimaraes.com



Figura 15. Mapa de Viana do Castelo, em 1759. Em destaque (traçado vermelho), o antigo Campo do Forno. Com a expansão da cidade a partir da segunda metade do século XV, o centro político e cultural foi transferido para o oeste, ocupando o grande terreno do Campo do Forno, localizado frente à porta de Santiago, principal acesso do burgo muralhado. Na extremidade da praça, foram construídos os paços municipais de Viana do Castelo, de 1505 a 1510. Fonte: sumidoiro.wordpress.com



Figura 16. Praça da República, Viana do Castelo, anos 1930. Esta praça teve os nomes de Campo do Forno, Praça da Rainha e atual Praça da República. Trata-se de uma via alargada ou desembocadura do portal do burgo, cercada por prédios de importância pública, como os paços municipais e a Casa das Varandas, sede da Confraria da Misericórdia. Fonte: <https://olharvianadocastelo.blogspot.com/>



Figura 17. Mapa de Braga por André Soares, em 1755. Destaque (traçado vermelho) para o Campo de Sant'Ana, originado de uma espécie de rossio, na desembocadura do portal da muralha, onde ocorriam feiras e acampamentos. Fonte: Acervo Virtual Biblioteca da Ajuda



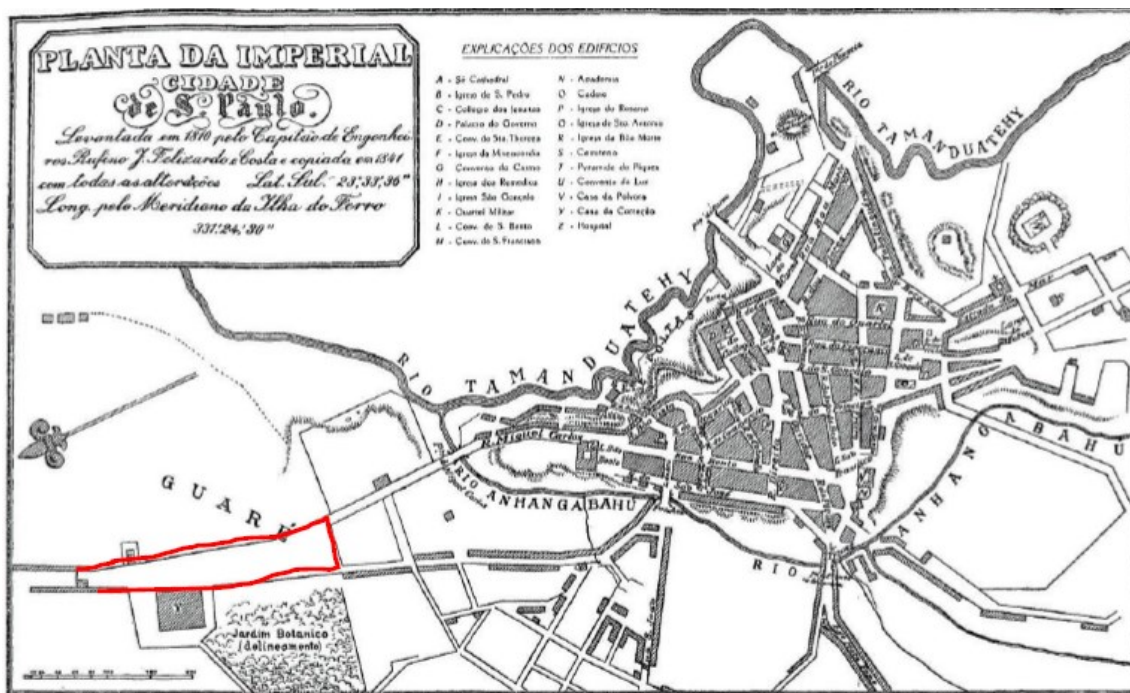
Figura 18. Campo de Sant'Ana, atual Avenida Central, detalhe do mapa de Braga. A Capela de Sant'Ana, construída entre 1505 e 1532, centraliza o grande campo e foi cercada por monolitos de povos ancestrais. Fonte: Acervo Virtual Biblioteca da Ajuda



Figura 19. Vista atual da Avenida Central de Braga. Tratada como uma extensa praça arborizada, o espaço se mantém como centro de manifestações populares da cidade. Fonte: Google Earth



Figura 20. São Paulo, Campo da Luz, vista lateral do Convento da Luz, foto de Militão Azevedo, 1863. Um convento de freiras se instalou às margens da via, incorporando a antiga capela de Nossa Senhora da Luz. Sua reconstrução é atribuída ao Santo Frei Galvão. Fonte: Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo



Primeira Planta da Imperial Cidade de S. Paulo, pelo Capitão de Engenheiros Rufino J. Felizardo e Costa (1816) e ornada em 1841. (Legenda e inscrição da rua pelo Autor). (Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo -- Vol. XVI -- 1911).

Figura 21. São Paulo, Campo da Luz (traçado vermelho), atual Avenida Tiradentes, na Planta de São Paulo, levantada em 1801 por Rufino J. Felizardo e Costa. Grande campo formado no portal da antiga São Paulo, o Campo da Luz era uma espécie de rossio português extra-muro, onde aconteciam as campanhas e manobras militares, as festas autorizadas pelo governador, entre feiras e quermesses, inclusive a representação na Semana Santa. Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo.

1.4. Rua Direita

Rua – O espaço entre casas nas Cidades, villas, ou aldeias, por onde se anda, e passeia. §. Nos jardins, espaço, entre renques de arvores, entre canteiros §.... (MORAES SILVA, 1813, p. 647)

Travessa (Direita) – Rua que corta as ruas direitas, e principaes. §. Caminho atravessado. (MORAES SILVA, 1813, p. 802)

Avenida - Estrada, caminho, que vai parar a algum lugar, principalmente se diz das Praças fortificadas. Tomar as avenidas; atalhar a entrada por ellas... (MORAES SILVA, 1813, p. 238)

A morfogênese mais próxima das “praças longas” é a via denominada “Rua Direita”. De exclusividade do império português, o termo não se trata exatamente de sua regularidade geométrica e, sim, da ligação “direta” de dois importantes largos, muitas vezes de um pórtico ao outro da muralha. “É típico das urbes portuguesas medievais, em colina ou não, apresentarem a chamada Rua Direita, que estabeleceria a ligação da Igreja e da Câmara Municipal ao rossio ou entre duas portas da cidade”, como explicou Manuel Lobo e José Geraldo.⁴

Antecedendo as origens da Rua Direita, poderíamos aproximar aos *cardus* e *decumanus*, as principais ruas perpendiculares das colônias do império romano. No *cardus* de Jerusalém é atribuído o trajeto de Cristo em sua Paixão, apesar de se encontrar a quatro metros de profundidade da superfície atual da cidade, o que não corresponde exatamente à tradicional Via Dolorosa, esta última firmada no período das Cruzadas. O *cardus* da Terra Santa vai inspirar uma das mais espetaculares vias construídas no Império Romano, a Mese em Constantinopla. Diz a tradição que o imperador cristão Constantino riscou com sua espada uma larga rua, do porto à saída das muralhas, cercou por colunatas abrigando movimentado comércio (origem das *loggias*), e pontilhou com grandes fóruns geométricos (circular e quadrado), em frente a seu palácio, senado e igrejas, como se fosse um gigantesco rosário, servindo principalmente às procissões. Esta disposição tornou-se modelo para a extensa Praça de São Marcos, em frente à Basílica de Veneza, apesar das limitações de terra firme; e também das grandes reformas e aberturas de ruas empreendidas pelos Papas na Roma Renascentista, que serviram de ligação dos lugares santos durante os jubileus.

Esta configuração de extensa rua conectando praças, adros, terreiros, que davam desafogo e destaque aos edifícios públicos civis e religiosos, vai ser utilizada em Portugal a partir do século XV, procedendo-se desapropriações e reformas urbanas, como a Rua Direita dos Mercadores em Lisboa, originalmente chamada de Rua Nova. Esta rua já existia no reinado de D. Dinis, quando o mesmo promoveu seu reordenamento em 1295, mas tomou importância maior no reinado de D. Manuel, no século XV, em plena era da navegação portuguesa. De grande largura, a Rua Nova

⁴ LOBO, 2012, p.35.

tinha o papel de centralidade em Lisboa, fazendo a ligação “direta” do açougue de peixes ao Rossio.

Lisboa teve várias ruas intituladas Direita, que eram somadas a sua função comercial ou de serviço. Na Era Manuelina, Rua Direita tinha o sentido de direção e de expansão, muito mais que de centralidade. A criação da Rua Nova d’El-Rei forçou a mudança do nome da Antiga para Rua Nova dos Mercadores, e mais tarde, Rua Direita dos Mercadores.⁵

Como relatou Júlio Dantas, “por um momento, palpitou ali, nos sessenta palmos de largo [...], o coração comercial da Europa”. Mercadores genoveses, biscainhos, sevilhanos, ingleses, flamengos, árabes, ali “inundavam de produtos europeus o mercado lisboeta e vinham procurar nele as especiarias para as derramar pelo mundo inteiro”. A Rua Nova dos Mercadores permaneceu como símbolo da riqueza comercial portuguesa até o seu completo arrasamento no terremoto de 1755.⁶



Figura 22. Reconstituição da colônia romana Olisipo, atual Lisboa. Em destaque (traçado vermelho), a antiga via portuária, correspondente à antiga Rua Direita dos Mercadores. Fonte: Vortex Magazine

⁵ CARITA, 1999, p. 44.

⁶ DANTAS, 1921, p. 5.



Figura 23. Perspectiva da Rua Nova dos Mercadores após a renovação urbana de 1502. Esta miniatura revela o ordenamento das fachadas, com esteios de pedra e pés direito padronizados, mantendo-se as *loggias* laterais. Fonte: Iluminura do Livro de Horas de D. Manuel, fl. 180, Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa.



Figura 24. Lisboa Manuelina, Rua Direita dos Mercadores, anônimo flamengo, século XVI. O par de quadros esteve em leilão europeu e foi anunciado como uma grande descoberta sobre a aparência construtiva desta via lisboeta, que possuía bolsões e *loggias* para leilões em praça pública das mercadorias que chegavam do Novo Mundo. Fonte: Open Edition Journals, Coleção Particular

No Brasil, a experiência da Rua Direita foi mais plena em execução, não necessitando de complexas reformas urbanas. As novas localidades, principalmente vilas e cidades, tinham esta como a via mais importante, prevista em planos ou adaptadas à topografia natural. Podemos citar a Rua Direita de Salvador (atual Rua Chile), capital do Brasil desde o “descobrimento”, com vários terreiros e largos; e a Rua Direita do Rio de Janeiro (atual Rua Primeiro de Março), segunda capital do vice-reino, que ligava dois morros importantes, do Castelo (dos Jesuítas) e de São Bento (dos Beneditinos), com sua largura considerável e variável, pontilhada por largos e adros, mediada pelos carmelitas.

A Rua Direita carioca, a principal de comércios e serviços, de procissões civis e religiosas, tornou-se a principal referência das vilas de Minas Gerais, suposto modelo da Rua Direita de São João del-Rei, a mais antiga “praça longa” de nossos estudos.



Figura 25. Salvador, “Planta da restituição da Bahia”. Original manuscrito de João Teixeira do Albemaz, c. 1625 (1631). Partindo do pântico para São Bento, a atual Rua Chile era chamada de Rua Direita dos Mercadores, integrando os principais largos de Salvador, como o do Palácio do Governo, o adro da Sé, chegando ao Terreiro de Jesus e descendo pela Rua do Rosário, até o largo do Pelourinho, atravessando, então, o portal oposto da muralha que dava continuidade à Rua Direita de Santo Antonio, em direção ao Convento do Carmo. Fonte: Mapoteca do Itamarati



Figura 26. “Carta Topographica da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro...”, 1750. A Rua Direita do Rio de Janeiro, atual Primeiro de Março (traçado preto), surge como ligação de dois morros, do Castelo e de São Bento, quando torna seguro o assentamento na baixada, no início do século XVIII. Ao seu centro, o Convento Carmelita e o Paço Real. Com larguras variáveis, semelhante à Rua Nova dos Mercadores de Lisboa, era a via mais comercial de todo vice-reino. Sua configuração de “Praça Longa” torna-se influente modelo às localidades mineiras. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro



Figura 27. Rua Direita, Rio de Janeiro, em litogravura colorizada de Joham Moritz Rugendas, 1835. Como praça pública, pátio de manobras militares, chegada, parada e saída de tropas, centro comercial e monetário, a Rua Direita concentrava todos os movimentos da Corte. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro



Figura 28. Rua Direita, tomada do Morro do Castelo, Rio de Janeiro, litogravura de Louis Aubrun, 1854. Esta visão da Rua Direita desapareceu com a demolição do Morro do Castelo em 1922, mas demonstrava toda a extensão da via que unia o cais portuário ao centro da cidade, apenas interrompido pelo pitoresco passadiço do Convento do Carmo. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

1.5. Adro, Largo e Praça

Adro – *Lugar aberto, e talvez com taboleiro diante dos templos; n'alguns há cemeterios, e daqui vem dizer-se famil. "triste como um adro": melancólico como um cemitério, mui triste... (MORAES SILVA, 1813, p. 46)*

Largo – *Extenso em largura, de margem a margem, de ourella a ourella... comprido, dilatado... (MORAES SILVA, 1813, p. 206)*

Praça – *Lugar publico, descoberto, espaçoso nas Villas, ou Cidades, onde se fazem feiras, mercados, leilões; onde se tratão coisas de commercio, sendo que as Praças de Commercio, são edificios apropriados para nelles se juntarem os negociantes, as praças erão de todo alevantadas, estando até então cheias de tudo: (MORAES SILVA, 1813, p. 481)*

“Adro” vem do latim *atrium*, denominação da sala principal situada logo na entrada das casas do antigo Império Romano. Era um pátio interno quadrado, com abertura no teto, centralizado por uma fonte ou poço de água. Servia como distribuição dos demais espaços da casa e era o abrigo do fogo sagrado dos altares dos deuses-lares.

Sua configuração ampliou-se nas casas senhoriais e vilas romanas, tornando-se um pátio aberto generoso, cercado por pórticos e outras construções. Mais tarde, será apropriado pelas basílicas paleocristãs e igrejas bizantinas, como pátio de entrada para os ritos de purificação e preparação das cerimônias.

Os adros dos antigos templos cristãos darão origem aos claustros conventuais do período românico, através de seus corredores cobertos, destinados à reclusão e oração diária. Na organização da Igreja Secular, com suas funções paroquiais, o adro expandiu seus limites para o envoltório do templo, cercado pelas testadas do casario, com distância suficiente para saída e chegada das procissões, quermesses e demais festas religiosas. Por séculos, também abrigou o cemitério da freguesia, reservado especialmente aos paroquianos que não tivessem direito ao sepultamento no interior do templo.

A maioria das praças de Minas Gerais provém do alargamento de uma via principal e original do núcleo, uma estrada de tropeiros pisoteada por décadas, num trecho de extensa cumeeira topográfica ou se elevando por uma encosta de baixa declividade. O termo “largo” vem da disposição ou apropriação deste trecho, indo além da exigência do adro eclesiástico, da liberação do espaço envoltório de um templo, muitas vezes, formando bolsões sequenciais que eram reticulados pelos arruadores.

O grande espaço entre os templos demorou a ser beneficiado, apenas cuidando de sua drenagem e tapando os buracos. As gramíneas ou matos, que cresciam rapidamente após as chuvas, eram devoradas pelos muares e cavalos de montaria. Para resolver trechos alagadiços, a partir do século XIX, experimentaram árvores importadas do Pacífico para o dessecamento do solo, como a casuarina e o eucalipto. Mas como espaço ajardinado, passeio público ou o resgate do clássico termo “praça”, somente firmou após a Proclamação da República, apesar de algumas experiências ainda no período colonial.

CAPÍTULO II
Origens Mineiras / Francisco de Lima Cerqueira

2.1. Território Mineiro e Padroado

Por muito tempo, a origem das cidades brasileiras foi tratada pelos historiadores e memorialistas a partir de sua emancipação política, com a instalação da Câmara Municipal e seu pelouro. Até os anos 1960, poucos mencionavam sua origem sagrada, de princípio rural, da doação do patrimônio religioso, a edificação da capela e seu adro, o parcelamento e aforamento pela Igreja. Até então, a história da cidade no Brasil foi uma demanda republicana, uma história oficial e laica voltada para a educação, moldada pelo positivismo na construção de símbolos da pátria. Como sentenciou Sergio da Mata, “a história da cidade tem sido a história do município”.⁷

Com algumas exceções, a proto-urbanização da cidade brasileira gira em torno de um templo católico e sua praça envoltória, chamada adro. Para Murillo Marx, normas e procedimentos eclesiásticos levaram à criação de vilas e moradias em torno da capela, sendo o primeiro estágio de fundação de cidades na colônia.⁸

Minas Gerais não possuía povoado algum antes das descobertas do ouro, até o século XVIII. No ano de 1798, já contava com 14 vilas: Vila do Carmo (Mariana), Vila Rica (Ouro Preto), Sabará, São João del-Rei, Vila Nova da Rainha (Caeté), Vila do Príncipe (Serro), Pitangui, São José del-Rei (Tiradentes), Minas Novas, Vila do Tamanduá (Itapeverica), Barbacena, Queluz (Conselheiro Lafaiete), Paracatu e Campanha.

O declínio da mineração do ouro, a partir de meados do século XVIII, não levou à decadência econômica e demográfica da província no século XIX, como muito se propagou a historiografia. Pelo contrário, a economia voltou-se ao abastecimento agrícola e pecuária, elevando a qualidade urbana das vilas existentes e incentivando a criação de novas. De 1801 a 1850, 52 localidades mineiras foram elevadas a categoria de municípios. A sociedade de perfil rural é que vai gerar estas novas cidades, tornando Minas Gerais no Estado de maior quantidade de municípios do Brasil: 853.

Os arraiais, originados pelo auge da mineração, sempre se ativeram à regularização do povoado perante a regras da igreja, com a doação de um pequeno

⁷ MATA, 2002, p.15.

⁸ MARX, 1991.

patrimônio para a construção e manutenção de uma capela. Após a febre e cinco décadas de declínio da mineração, os novos núcleos tornaram-se dádivas de fazendeiros, que doavam parcelas de suas terras ao santo, para a construção de uma capela curada. Seus vizinhos aproveitaram e obtiveram lotes envolta da praça, mediante pagamentos anuais de foros e laudêmios à fábrica, em benefício à construção e manutenção do templo, de um padre, cura ou vigário, ou para o embelezamento da praça e o desenvolvimento da freguesia.

No sistema de Padroado Régio, que se prolongou até o Segundo Império, o Estado participava ativamente do processo de fundação de cidades pelo poder eclesiástico, como também das decisões relativas ao “culto público”. Quando um núcleo com sua capela curada era alçado à paróquia ou freguesia, o Estado legitimava o título através de decretos e permitia elevar a freguesia à vila, à autonomia municipal. No contexto da política e dos interesses da metrópole, “os procedimentos eclesiásticos que atuavam em nome da Coroa regiam a fundação das cidades”.⁹

As cidades da região norte portuguesa, destacando-se Braga, Viana do Castelo, Guimarães e Lamego, tornaram-se os melhores exemplos espaciais de “praça longa” e estão relacionadas à grande imigração que ocorreu de lá para o território de Minas Gerais, já no início do século XVIII. Para Sérgio da Mata, “sabe-se que a grande maioria adveio de províncias do norte do Reino, como Douro, Trás-os-Montes e Minho – onde, desde os primórdios da formação da nacionalidade portuguesa, desenvolveu-se um catolicismo profundamente marcado pela experiência da guerra de Reconquista”. E o mesmo completa: “o perfil tradicionalista do homem mineiro deve muito a estas raízes norte-portuguesas, algo que o relativo isolamento geográfico tendeu a reforçar e a sedimentar”.¹⁰

⁹ BRUNA, 2012, p. 46.

¹⁰ MATA, 2002, p. 82.

2.2. Vila Rica / Ouro Preto – Praça do Palácio do Governo

Praça do Palácio do Governo e do Paço Municipal (atual Praça Tiradentes)

Ouro Preto tem sua origem nas expedições empreendidas por aventureiros de Taubaté, que em sua passagem pelo território, por volta de 1693, tomaram o pico do Itacolomi como principal referência topográfica. Anos mais tarde, alguns destes aventureiros se juntaram a Antonio Dias de Oliveira e Padre João de Faria Fialho, para retornarem ao local e confirmar as descobertas. A nova expedição partiu de Taubaté, seguiu o caminho já conhecido por Antonio Dias, atravessou as serras da Borda, Itatiaia e dos Pires, chegando ao Campo Grande, e finalmente encontrando o vale do Tripuí, encimado pelo Itacolomi, na manhã de 24 de junho de 1698.¹¹

A exploração do ouro começou pelos leitos e tabuleiros dos rios, onde a mineração era mais fácil e rápida, ao contrário das montanhas, que exigiam técnicas mais desenvolvidas e trabalho mais penoso. O grande fluxo de mineradores e os modos desastrosos desta exploração levaram ao rápido esgotamento das “catas” nos rios, forçando, posteriormente, a custosa mineração nas escarpas dos morros.¹²

As minas auríferas sequenciais levaram o surgimento de vários arraiais de curta distância, como São João, Padre Faria, Antonio Dias, Bom Sucesso e Ouro Preto. Destes, dois se distinguiram: Antonio Dias, dos paulistas pioneiros, e Ouro Preto, dos fidalgos do reino. Suas capelas, dedicadas à Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora do Pilar, foram elevadas à matriz entre 1703 e 1707, constituindo-se duas freguesias numa única localidade, fato raro em todo reino.

A Freguesia de Ouro Preto, ou do Pilar, tornou-se o mais importante entreposto comercial entre as demais, sendo escolhida para as funções públicas civis. Por Carta Régia de 8 de julho de 1711, o núcleo foi elevado à categoria de Vila Rica de Albuquerque, em homenagem ao capitão-general da Capitania, Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho. Na confirmação régia de 1712, o topônimo foi simplificado para Vila Rica, mantendo-se o nome durante todo o período colonial, mesmo sendo sede administrativa da Capitania de Minas Gerais. A vila seria elevada

¹¹ FERREIRA, 1958, vol. 26, p. 227.

¹² FONSECA, 2011, p. 64-5.

à categoria de cidade pelo Decreto Imperial de 24 de fevereiro de 1823, quando adotou a denominação de seu rico arraial, Ouro Preto.¹³

A topografia da antiga Vila Rica era bastante imprópria ao estabelecimento de uma povoação. Os terrenos planos naturais são praticamente inexistentes e a dureza do solo dificultava os aterros ou desaterros. A vila foi fixada entre duas freguesias, de Nossa Senhora do Pilar e a de Nossa Senhora da Conceição (de Antonio Dias), configurando seus termos em torno dos atalhos e bifurcações de um trecho de estrada.¹⁴

Dentre os vários caminhos, o mais importante e transitado foi a “estrada tronco”, firmada pelos estudos de Sylvio Vasconcellos. Ela entrava na vila e descia direto à Matriz do Pilar, de onde se endireitava para a Matriz de Antônio Dias, saindo por Santa Ifigênia. Por esta razão, na entrada, designava-se por *Cabeças* (princípio); entre as matrizes, Rua Direita; e na saída, Vira e Sai:

Principia esta estrada no Passa-Dez, subindo para as Cabeças; desce para a Matriz do Pilar, no fundo de Ouro Preto, de onde galga o morro de Santa Quitéria; decai para Antônio Dias, novamente sobe para o Alto da Cruz, de onde vira e sai para a Vila do Carmo, cidade de Mariana. São estas três alturas, já figuradas na triunfal procissão de 1730, aparecem também no brasão da cidade. (VASCONCELLOS, 1956, p. 105)

Quando se chegava à Praça do Governo, a antiga Rua Direita da Vila era substituída por caminhos e ruas novas, chamadas do Pelourinho, da Praça ou da Cadeia, as quais também passaram a chamar Rua Direita, conforme a importância crescente que tiveram.

Todo o trecho entre as matrizes, pelos caminhos novos, também chamados Rua Direita, da Matriz do Pilar, da Praça, da Câmara, de Antônio Dias, é constituído pelas ruas principais do centro da Vila. Apenas, mais tarde, partem estas ruas Direita do Rosário e não da Matriz de Nossa Senhora do Pilar, que é deixada à margem, em virtude das íngremes ladeiras que a ela se dirigem. (VASCONCELLOS, 1956, p. 109)

¹³ FERREIRA, 1958, vol. 26, p. 227.

¹⁴ VASCONCELLOS, 1956, p. 99-102.

A princípio, o povoamento se concentrou nos extremos deste eixo longitudinal da Vila: de um lado, do Morro de Pascoal da Silva, no Padre Faria e no Alto da Cruz; do outro, em torno do Rosário e Pilar. Depois, foi caminhando para o centro, ao eixo transversal do espigão do Morro de Santa Quitéria, atual Praça Tiradentes.

Com a construção da antiga Casa da Câmara e Cadeia (1716) e depois do Palácio dos Governadores (1745), as duas freguesias foram unidas por uma longa praça civil, estabelecendo-se o núcleo principal da povoação. Na análise de Sylvio Vasconcellos, a configuração deste grande espaço é “consequência do povoamento já existente e não origem dele, correspondendo mais aos limites de duas povoações vizinhas que centro de irradiação delas”.¹⁵

Para Benedito de Lima Toledo, a atual Praça Tiradentes é “irregular, reversa e conheceu diversos tipos de tratamento ao longo do tempo”. A Rua Direita (nova) sempre foi um elemento divisor deste espaço, integrando “um antigo e notável eixo da cidade, não podendo ser absorvido pela praça”.¹⁶

Por décadas, os “paços do concelho” e a cadeia de Vila Rica funcionaram em locais provisórios. Entretanto, documentos datados de 1716 tratam da instalação da Cadeia no morro de Santa Quitéria, mesmo local do futuro Paço Municipal, atual Museu da Inconfidência. Do lado oposto deste mesmo cume, seria escolhido um terreno em encosta, para a construção do Palácio dos Governadores. Em 1745, o então governador Gomes Freire encomendou dois riscos ao engenheiro Alpoim: um para o palácio, executado, e outro para a Casa de Câmara e Cadeia, não executado. Brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim, nascido em Viana do Castelo em 1700, além de projetar e acompanhar as obras da Casa dos Governadores, também projetou um lance de residências assobradadas num dos lados da praça, levando a supor sua autoria para todo o conjunto.¹⁷

¹⁵ VASCONCELLOS, 1956, p. 111.

¹⁶ TOLEDO, 1996, pp. 190-1.

¹⁷ Conforme pesquisa de Rodrigo Bastos, José Fernandes Pinto Alpoim (1700-1765) é provável autor do “novo risco” da capela-mor da Igreja Matriz do Pilar de Vila Rica, “feito em 1741 por um ‘sargento-mor novo engenheiro’ vindo da cidade do Rio de Janeiro”. Na ocasião, Alpoim esteve em Vila Rica, para apresentar “o risco, apontamentos de obra, análises de orçamento e conveniência material” do Palácio dos Governadores, voltando em 1745 para examinar as obras. Alpoim veio para o Brasil em 1739, para ocupar a função de sargento-mor e lente da *Aula do Terço do Rio de Janeiro* (de Fortificação), permanecendo na função até seu falecimento, em 1765. (BASTOS, 2013, p. 147-8)

O projeto da “nova Cadeia de Villa Rica” foi relançado em 1784, com a planta trazida de Portugal pelo governador Luís da Cunha Menezes, desenhada por C. Manuel Ribeiro Guimarães. A obra iniciou-se em 1785 e foi interrompida em diversas ocasiões, por falta de recursos. A Câmara instalou-se no prédio apenas em 1836, mesmo sem concluir os acabamentos.

Para abrir perspectiva à nova Casa de Câmara e Cadeia, foi necessária a demolição de algumas casas na rua que descia para a Freguesia de Antônio Dias. Em resposta ao pedido dos oficiais da Câmara, o corregedor deu seu parecer favorável em junho de 1797, com a seguinte observação: “Não se pode duvidar da utilidade da obra, que está à vista de todos, e a disformidade que resultaria à nova Cadeia (o edifício mais importante desta Capital) se parte dela ficasse encoberta com as referidas casas, de que se trata.”¹⁸

O frontispício da Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica teve inspiração no Palácio dos Senadores do Capitólio de Roma, projetado por Michelangelo em 1539. A forma trapezoidal desta histórica praça romana, criando-se o efeito ilusório de monumentalidade, repete-se na regulamentação da atual Praça Tiradentes, necessitando a demolição de diversas casas que obstruíam a perspectiva do novo Paço Municipal. O resultado das intervenções foi uma longa praça cívica, de formato retangular levemente retorcido pela travessia da Rua Direita, e com dois edifícios monumentais em suas extremidades.

A praça cívica de Vila Rica foi de difícil reprodução em outras localidades mineiras, pois sua singularidade era resultado da condição topográfica original e de seu *status* político. As “praças longas” das demais vilas estavam relacionadas principalmente a junção de dois adros das capelas e igrejas matrizes, conectados por uma estrada-tronco, e quando devia efetivar a construção da Casa de Câmara e Cadeia, providenciava-se a desapropriação de um terreno em quadra às margens laterais desta praça ou em sua própria extensão, atrás dos templos.

¹⁸ Apud TOLEDO, 1996, pp. 190-1.

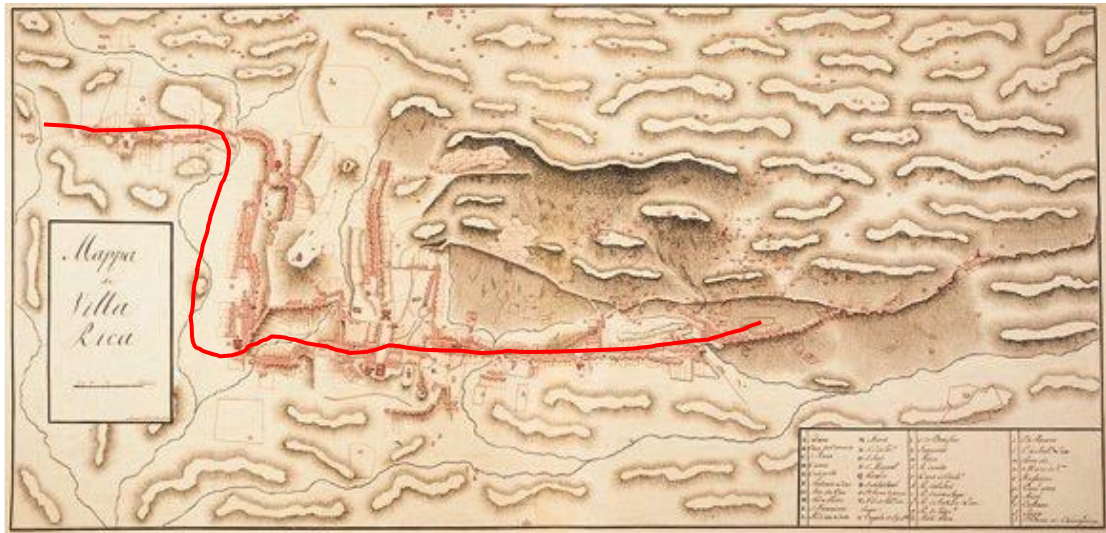


Figura 29. “Mappa de Vila Rica”, c. 1775-1800. A junção de arraiais do Ouro forma uma estrada tronco da vila (traçado vermelho), cujo cume é ocupado pela praça cívica na transversal. Fonte: Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro

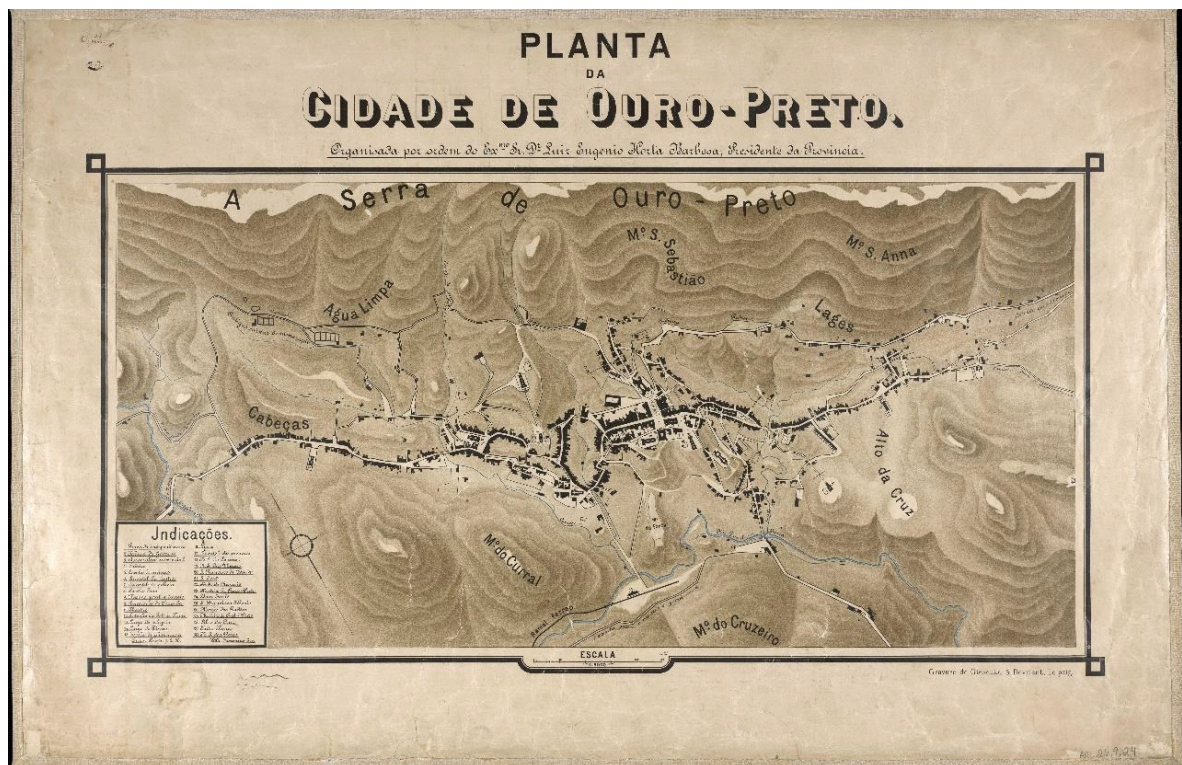


Figura 30. “Planta da cidade de Ouro Preto, organizada por ordem do Exmo. Sr. Dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa presidente da Província”, 1888. A ocupação rarefeita, às margens da estrada tronco, é devido à difícil geografia das localidades mineradoras. Biblioteca Digital Luso-Brasileira



Figura 31. Ouro Preto, Praça Tiradentes, 2003. A junção do largo da Câmara e Cadeia e o largo do Palácio do Governador, após desapropriações e reformas urbanas, transformou-se numa das praças mais peculiares do Império Português. Fonte: Google Earth

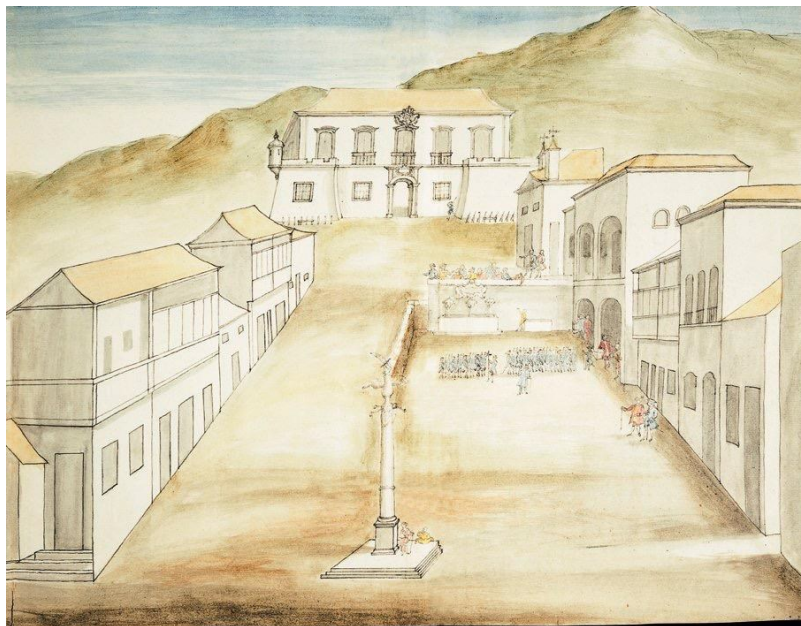


Figura 32. Vila Rica, Largo do Palácio do Governo e Pelourinho, 1785-90. A ocupação do morro de Santa Quitéria começou pela Casa de Câmara e Cadeia e, depois, o Palácio do Governador, este último projetado pelo engenheiro militar Alpoim, que também projetou o conjunto regulador de sobrados à esquerda. Ao centro, o pelouro, um fontanário e a Capela de Sant'Ana, mais tarde demolidos para regularização da praça e seus acessos. Fonte: Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo



Figura 33. Roma, Capitólio, Plano de Michelangelo, 1569. A praça cívica das origens do Império Romano foi assentada sobre o Monte Capitolino e reformada a pedido dos papas, no Alto Renascimento. Sua fórmula vai se repetir na praça cívica de Vila Rica, Ouro Preto. Fonte: <https://pt.wikiarquitectura.com/constru%C3%A7%C3%A3o/praca-o-campidoglio/>



Figura 34. Ouro Preto, Praça Tiradentes, Casa de Câmara e Cadeia, ocupada pelo Museu da Inconfidência. Grande semelhança com o Capitólio de Michelangelo, em Roma. <http://www.mineirosnaestrada.com.br/museu-da-inconfidencia-ouro-preto/>

2.3. Vila Rica / Ouro Preto – Adros das Capelas de Ordem Terceira: Nossa Senhora do Carmo e São Francisco de Assis

A topografia original da antiga Vila Rica não trouxe facilidades para instalação dos adros das capelas de irmandades e associações religiosas, que foram sendo construídas às margens das principais vias de ligação dos arraiais a partir de meados do século XVIII. As duas Ordens Terceiras, de Nossa Senhora do Carmo e de São Francisco de Assis, buscaram os outeiros mais destacáveis na paisagem, que dessem vistas privilegiadas aos que entrassem ou atravessassem a vila.

A capela do Carmo se arranhou no morro de Santa Quitéria, que proporcionava uma similaridade à condição mística do Monte Carmelo, onde o seu adro se completaria com uma larga escadaria de frente à primitiva Rua Direita.¹⁹ Quanto à capela de São Francisco de Assis, dominou o lado oposto do morro, porém com sua fachada e adro na transversal da estrada-tronco, utilizado pelo mercado de tropeiros e como largo do Pelourinho.²⁰

Os dois adros, apesar de suas limitações topográficas, proporcionam uma leitura favorável da composição ornamental das fachadas dos dois templos, considerados os pioneiros no estilo rococó em Minas Gerais. O prolongamento visual do adro do Carmo, desde a entrada pelo arraial de Ouro Preto, subindo pela estrada-tronco, com suas variações de larguras, culminando com a escadaria do templo e a Casa da Ópera ao lado, são alguns dos elementos condicionantes da “Praça Longa”. E o mesmo podemos perceber no prolongamento do adro da São Francisco, resultado de desapropriações e demolições de uma grande quadra entre a antiga e a nova Rua Direita.

O que nos atenta nestes dois exemplares é a participação do arquiteto português Francisco de Lima Cerqueira em sua solução arquitetônica e urbanística, o qual implantaria o modelo “Praça Longa” em topografias mais favoráveis do Sul de Minas.

¹⁹ Atual Rua Coronel Alves, que sobe, em prolongamento à Rua Brigadeiro Musqueira, que encosta no adro lateral da capela.

²⁰ Atual Largo de Coimbra, com Feira de Artesanato de Ouro Preto ocupando a área do antigo mercado.

Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo



Figura 35. Adro e Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, em Ouro Preto. Fonte: Elaborado pelo autor a partir de imagens de satélite

A autorização para o funcionamento da Ordem Terceira do Carmo em Vila Rica foi obtida em 15 de maio de 1751, através da “carta patente” dada pelo Convento de Santa Maria Transpontina, em Roma. Logo em seguida, os irmãos pediram a concessão de terrenos à Câmara, apontando o morro de Santa Quitéria. A Câmara doou os terrenos em 23 de agosto de 1755, logo abaixo da antiga Capela de Santa Quitéria, um pequeno templo de pau-a-pique e que havia abrigado a Ordem em seus primeiros anos de existência.²¹

A intenção original era construir a Capela do Carmo na encosta abaixo à Capela de Santa Quitéria, em meia altura do morro. Entretanto, as dimensões monumentais de um templo de pedra exigiram grandes desaterros e aterros, como ocorreu com a Capela do Carmo em Sabará. Na ocasião, a primitiva Capela de Santa Quitéria ameaçava arruinar, contando com ajuda constante da Ordem Terceira do

²¹ BASTOS, 2013, p. 199.

Carmo em sua manutenção. Diante o fato, a Irmandade de Santa Quitéria decidiu disponibilizar o sítio e o “massame” da capela para que a Ordem fizesse um templo “com as acomodações necessárias” para o bem “de uma e [de] outra”. No acordo firmado em 29 de junho de 1766, a Ordem Terceira permitiria os irmãos de Santa Quitéria colocar a imagem de sua santa na capela-mor do novo templo, porém, “em lugar inferior ao de Nossa Senhora”, conforme a hierarquia sagrada.²²

A Capela do Carmo começou a ser construída a partir de 1766, quando a mesa da Ordem aprovou o risco do mestre português Manuel Francisco Lisboa, pai de Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Alguns documentos mencionam um risco mais antigo, de 1756, para ser executado pelo mestre Joseph Pereira dos Santos, que foi descartado justamente pela troca dos terrenos.²³

Manuel Francisco Lisboa faleceu em 1767, não podendo assumir o compromisso de construção da capela. Seu risco foi submetido a reformas e emendas pelo arrematante da obra, João Alves Viana, para garantir maior segurança ao edifício, como o aumento da grossura da parede atrás da capela-mor. A modificação, solicitada em 13 de janeiro de 1768, só foi deliberada pela mesa em 15 de dezembro de 1770, quando os irmãos resolveram convocar “professores inteligentes” para um “juízo prudente, e segundo suas consciências”. (BASTOS, 2013, p. 203)

O respeitável corpo de louvados foi composto pelo arquiteto Francisco de Lima Cerqueira e os mestres Domingos Moreira de Oliveira (arrematante das obras da capela franciscana) e Miguel da Costa Peixoto. Lima Cerqueira redigiu e assinou os pareceres, moldando todo o templo como de fato foi construído. Suas recomendações detalhadas, acompanhadas por novos riscos hoje desaparecidos, vão além das paredes da capela-mor, estendendo para os arcos do coro, o recuo das torres sineiras e a movimentação rococó do frontispício, com a abertura do generoso óculo trilobado:

[...] E da mesma sorte fizemos a conta ao que as novas condições apontão, que em suma he fazer as paredes, e todo o corpo da capella pela nova planta, e tudo o mais, que se segue os três arcos do coro, de cantaria na forma do novo risco, os alizares das portas principal, e travessas, fazer a escada das torres de cantaria, e os cunhais do Fronte espício e torres embaixo, eemsima também de cantaria, as gárgulas p^a lançar a agoas (*sic*) dos telhados de entre

²² BASTOS, 2013, p. 200-201.

²³ BASTOS, 2013, p. 174-5.

as torres com seu canal de cantaria, e a Cimalha de boca de telha também de cantaria, e descer o Ocullo do Fronte espício, e acrecello e fazer a empena em cima do arco Cruzeyro Com Sua Cruz como expressam.te declaração as condições: o que tudo por nós visto, e examinado, achamos que valem os Referidos acrecimos mais do que o que setira da obrigação do rematante: nove centos e sincoenta e dous mil Reis que acrecem ao preço da Rematação da obra [...] V^a [Rica] ao de Dezembro do presente anno de 1770. [...] E eu Francisco de Lima que esta fiz por meus companheiros assigney [assinatura]. (Ceco-Pilar-Carmo, Filme 156, vol. 2523, apud BASTOS, 2013, p. 205)

Em primeiro momento, Lima Cerqueira recomendou um palmo de recuo das torres em relação ao corpo central da fachada, porém, na execução, ampliou para quatro palmos, cerca de 86 cm, ressaltando os elementos decorativos do frontispício e integrando, em movimento contínuo, as paredes externas da nave.

Francisco de Lima Cerqueira assumiu outras louvações, emendas e arrematações de obras de cantaria e ornamentação da capela, como o lavatório da sacristia (1777), a portada principal, os arcos do coro sustentados por colunas bojudas em mísula, os dois púlpitos, todas comprovadamente atestadas por recibos passados pela Ordem Terceira. Muitas delas foram atribuídas ao Aleijadinho, principalmente por seus estilemos, talvez o mesmo sendo subcontratado por Lima Cerqueira para os entalhes mais elaborados da portada e do lavatório.²⁴

As soluções arquitetônicas da Capela do Carmo de Vila Rica vão ser imitadas em vários outros templos de Minas Gerais, principalmente naqueles atribuídos à fatura de Francisco de Lima Cerqueira, como a Capela do Carmo de Mariana, considerada a mais bela fachada rococó mineira pelo crítico de arte Germano Bazin.²⁵

A Capela do Carmo continua sendo um dos templos mais destacáveis na paisagem urbana de Ouro Preto, cumprindo-se a decisão de se fazer uma obra que fosse “muito vistosa e quanto baste para a comodidade da Ordem”. Sua fachada logo

²⁴ BASTOS, 2013, p. 207: “O fato de Antonio Francisco Lisboa ser filho do mestre português Manuel Francisco, inventor do risco mais austero, de 1766, favoreceu inclusive a tese de que essa suposta evolução só teria se efetivado pela ação culminante de mestres e artífices ‘mestiços’ nascidos na terra, em sua gênese e formação ‘originariamente’ nacional”.

²⁵ Segundo Bastos, “vários lugares-comuns da arquitetura religiosa da capitania foram imitados na Capela do Carmo, como a implantação elevada e o adro definido por muros de cantaria, a planta retangular alongada, as duas torres laterais livres da projeção do corpo da capela, a parte central do frontispício avançada, o frontão ornamentado por entablamentos interrompidos enrolados em voluta, a presença de um óculo central trilobulado (que os coevos nominaram de ‘engraçado’, justamente por ter que conferir ‘graça’), decorado com *rocailles*, as duas janelas-sacadas na altura do coro etc.”. (BASTOS, 2013, p. 208)

se revelava a quem entrasse em Vila Rica pelo “caminho velho”, vindo de São Paulo e Paraty, do alto das “cabeças”, e antecedia como um pórtico a praça do Palácio do Governo, atual Tiradentes, no alto do morro de Santa Quitéria. Também estava orientada corretamente seguindo a recomendação tridentina, com o altar-mor apontado para o nascer do Sol, fato raro em outras capelas e igrejas mineiras, justamente pela dificuldade topográfica.

Dominando o arraial do Pilar, sua paróquia matriz, a Capela do Carmo garantiu um grande adro artificial, aplainando o topo do morro e movimentando muita terra, sustentado por altos muros de arrimo. E para vencer o grande desnível do adro ao pequeno largo da rua frontal, foi necessária a construção de uma larga escadaria, muito semelhante à da Igreja de Santa Efigênia do Alto da Cruz, em Vila Rica, também atribuída ao arquiteto Francisco de Lima Cerqueira. Além da função de acesso e acomodação ao sítio, a escadaria do Carmo corresponderia à ideia carmelita do movimento de “ascensão virtuosa rumo ao Reino de Deus”, a subida do Monte Carmelo na Terra Santa, o “Monte da Perfeição, de São João da Cruz”.²⁶

²⁶ BASTOS, 2013, p. 197: “Apenas um ‘caminho’ em Vila Rica ascendia à *perfeição do Carmo*. De fora dos muros do adro, a via que ascende (paralela a rua Direita) e chega até os pés da escadaria da capela se abre gradualmente, como se insinuasse a formação de um largo enquanto se aproxima da escadaria. Esta, por sua vez, como elemento que liga o frontispício da capela à visão e à ação de quem ascende pelo arruamento, foi sutilmente declinada do alinhamento axial da igreja. O giro é bastante sutil, de aproximadamente dez graus, e evidencia uma nítida intenção de se articularem esses vários membros – o arruamento, a escadaria e a edificação – num corpo todo ligado e contínuo, proporcionado e valorizado pela perspectiva evidenciada pela escadaria, seja de quem sobe, seja de quem desce.”.



Figura 36. Ouro Preto, Freguesia do Pilar a partir das Cabeças, em litogravura de J. Martins Braga, segundo o desenho de Johann Emanuel Pohl, de 1818. Dominando a paisagem, a fachada da Capela da Ordem Terceira do Carmo no topo da colina Santa Quitéria. Fonte: Coleção Particular – MG



Figura 37. Ouro Preto, Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, anos 1920. A escadaria foi deslocada à direita, não somente para se adaptar à topografia, mas para captar o olhar do viajante ao subir a antiga Rua Direita da vila. Fonte: Biblioteca Nacional Digital do Brasil



Figura 38. Ouro Preto, Capela da Ordem Terceira do Carmo no topo do antigo morro Santa Quitéria. As torres recuadas e sutilmente curvas contribuem com ilusionismo contínuo da fachada nas laterais. Fonte: <http://www.ipatrimonio.org/ouro-preto-igreja-de-nossa-senhora-do-carmo/#!/map=38329&loc=-20.38621500000001,-43.504224,17>

Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis



Figura 39. Adro e Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, em Ouro Preto. Fonte: Elaborado pelo autor a partir de imagens de satélite

A criação da Ordem Terceira de São Francisco de Assis em Vila Rica é mais antiga que a do Carmo. Sua capela foi construída na paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Bairro Antonio Dias, do outro lado da Praça do Palácio do Governo. A distância entre as capelas do Carmo e a franciscana é de pouco mais de cem metros, tendo cada uma sua própria monumentalidade em seus bairros de origem.

A Venerável Ordem Terceira da Penitência de Vila Rica foi ereta em 9 de janeiro de 1746, subordinada à Santa Província da Imaculada Conceição da Senhora, sediada no Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro. Após longo tempo de burocracia na metrópole, a mesa conseguiu autorização para a construção de sua capela, em 16 de novembro de 1766. O “risco e condições” já se encontravam prontos na ocasião, e no dia 27 de dezembro do mesmo ano, sua construção foi posta em praça pública e arrematada pelo mestre Domingos Moreira de Oliveira, experiente pedreiro analfabeto que trabalhou junto ao arquiteto Francisco de Lima Cerqueira, em diversas louvações, nas capelas de Santa Efigênia do Alto da Cruz, de Vila Rica, e da Ordem Terceira do Carmo, de Mariana.

Em exaustiva pesquisa nos arquivos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, Cônego Raimundo Trindade relatou a burocracia de duas décadas para obtenção da Licença Régia para a construção da capela. O pedido da mesa partiu em 1752 e a provisão só foi dada oficialmente em 7 de fevereiro de 1771. Mesmo em espera, o Ordem iniciou os preparativos do sítio em 1765, com a escolha e aquisição de terrenos, desaterros e construção de muros, conseguindo uma licença provisória de construção do ouvidor geral e corregedor da comarca, em 23 de julho de 1767.²⁷

A mesa definiu a escolha do sítio em 21 de julho de 1765, partindo para a compra das casas e demais “pertences” antes mesmo da licença para sua construção, ainda em trâmite em Portugal. Foi ajustada a compra com o testamenteiro do defunto Sargento-Mor João de Sequeira, por 450 mil réis, e aventada a compra de outra propriedade do defunto Caetano Alves Rodrigues. As casas e os terrenos ficavam no caminho que levava à capela do Senhor dos Perdões, atual Capela das Mercês e

²⁷ TRINDADE, 1951, p. 253-83 / BASTOS, 2013, p. 250-1.

Perdões, na época considerado o subúrbio da vila, mesmo estando ao lado da antiga Cadeia da Vila e da Praça do Palácio do Governo.²⁸

Após demolições, acertos dos terrenos, desaterros e aterros, conflitos com os vizinhos, o terreno tornou-se preparado para a construção da capela. Sua fachada ficou “orientada” para Sul, contrariando as recomendações tridentinas, porém sua locação contou com um grande largo tangente à antiga Rua Direita e tendo a “melhor vista” da Serra do Itacolomi.

A escolha do terreno provém do mesmo autor do risco original, datado do início de 1765, que atribuímos adiante ao arquiteto Francisco de Lima Cerqueira. Na ocasião, Lima Cerqueira tinha acabado de finalizar o “conserto das torres” e do frontispício da Capela de Santa Efigênia, obra datada de 1762, tendo também a arrematação da obra pelo mestre Domingos Moreira de Oliveira, seu parceiro em várias ocasiões.

Quando a obra estava bastante adiantada, com trabalho de cantaria praticamente pronto, o projeto original foi modificado em 28 de outubro de 1774, com novo risco e apontamentos. O arrematante da obra foi Jozé Antonio de Brito e o autor do risco foi documentado com o nome de “Antonio Francisco”, levando a tradição historiográfica atribuí-lo ao Aleijadinho, mesmo na omissão do sobrenome “Lisboa”.²⁹

Não podemos negar a qualidade da obra escultórica do Aleijadinho na portada do frontispício (aliás, objeto principal desta modificação), no retábulo do altar-mor e no lavabo da sacristia, conforme os estilemos do artista. Entretanto, o projeto arquitetônico desta capela está mais condizente com a produção de Francisco de Lima Cerqueira, a quem mantemos a nossa atribuição.

²⁸ TRINDADE, 1951, p. 263-9.

²⁹ BASTOS, 2013, p. 284.



Figura 40. Vista de Vila Rica, por Armand Julien Pallière, óleo sobre tela, 1822. Neste detalhe do quadro, a Capela de São Francisco de Assis domina o alongado adro, cuja extremidade foi ocupada, por muito tempo, pelo pelourinho deslocado da Praça Tiradentes. Fonte Museu da Inconfidência, Ouro Preto



Figura 41. Ouro Preto, Largo de São Francisco, foto de Marc Ferrez, c. 1880. O antigo Largo do Pelourinho, sobrepondo o Mercado de Vila Rica, manteve-se como mercado dos tropeiros até o início do século XX. Sua origem está relacionada à encenação da crucificação de Cristo e da descida da cruz, durante a Semana Santa. Resulta de desapropriações e demolições promovidas pela Câmara. Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles



Figura 42. Ouro Preto, Largo de São Francisco, anos 2000. A ocupação do antigo território do mercado com feira de artesanato em pedra sabão. Fonte: <https://media-cdn.tripadvisor.com/media/photo-s/0d/50/6f/c7/igreja-de-s-francisco.jpg>

2.4. Congonhas do Campo – Santuário Bom Jesus do Matosinhos



Figura 43. Praça Longa da Paixão, em Congonhas do Campo. Fonte: Elaborado pelo autor a partir de imagens de satélite

Congonhas, originalmente Congonhas do Campo, tem seu nome derivado de um arbusto muito abundante na região. Limitava-se com o Campo Alegre dos Carijós,

aldeamento indígena situado na Vila Real de Queluz, atual Conselheiro Lafaiete. Seus primeiros povoadores pertenciam à bandeira de Bartolomeu Bueno, durante a exploração aurífera do Rio Paraopeba e seus subafluentes. Por volta de 1709, a região de Congonhas contava com cerca de 30 mil pessoas, provindas de diversas partes do Brasil e de Portugal. A Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Congonhas do Campo foi criada em 6 de novembro de 1746, mesma data da criação de seu distrito.³⁰

Congonhas apresenta o mais importante sacro-monte erguido em terras brasileiras, abrigando o famoso conjunto de esculturas de madeira e pedra-sabão produzido por Aleijadinho e sua oficina. Sua origem está na promessa feita pelo português Feliciano Mendes, que se ficasse curado da grave moléstia que o impedia de trabalhar, consagraria sua vida ao serviço de alguma imagem santa do Cristo ou de Nossa Senhora.

Feliciano emigrara para a capitania em meados do século XVIII, atraído pelas notícias de rápido enriquecimento pelas minas de ouro. Conseguindo a graça da cura, o primeiro passo foi a implantação de uma cruz com a imagem pintada do Senhor Cristo de Matosinhos, no alto do Morro Maranhão, em fevereiro de 1757. Feliciano fez a doação de toda a sua fortuna pessoal para a construção de uma ermida no mesmo local, onde passou a residir como ermitão e angariar esmolas nos caminhos de Minas.³¹

As obras da ermida começaram no final de 1757, a partir da aprovação do 1º Bispo de Mariana, D. Frei Manuel da Cruz, e do beneplácito régio de D. José I. A primeira etapa foi realizada pelos mestres de obras Antonio Rodrigues Falcato e Domingos Antonio Dantas, sob orientação do próprio ermitão Feliciano Mendes, que declarou ser oficial de pedreiro em seu termo de entrada para a Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica, a 11 de janeiro de 1760. Supõe-se que a escolha do sítio, a organização do sacro-monte e o risco da primitiva ermida sejam de autoria do próprio Feliciano, o qual deveria conhecer pessoalmente os Santuários de

³⁰ FERREIRA, 1958, vol. 24, p. 490-1. O distrito de Congonhas do Campo foi criado junto à paróquia, por Alvará de 6 de novembro de 1746, e confirmado pela Lei estadual nº 2, de 14 de setembro de 1891. Foi elevado à categoria de município em 1938.

³¹ OLIVEIRA, 2002, p. 15. O episódio é narrado pelo próprio Feliciano Mendes, “no protocolo de abertura do primeiro livro de registro de esmolas do santuário, aberto a 1º de janeiro de 1757”.

Matosinhos e de Braga, pois era natural da Freguesia de Santa Maria dos Gentios, termo da vila de Guimarães, Arcebispado de Braga.³²

Em 1761, a igreja já estava em condições de servir ao culto. Entretanto, somente em 1765, quando faleceu o ermitão Feliciano, a nave estava concluída, celebrando as missas em “altares em pedestais”. Entre 1765 e 1790, as obras passaram a ser dirigidas pelos ermitões Custódio Gonçalves de Vasconcellos e Inácio Gonçalves Pereira, contratando-se o arquiteto e construtor português Francisco de Lima Cerqueira, também da região de Braga, junto ao mestre de obras português Tomás da Maia Brito. Eles ficaram responsáveis pela construção da capela-mor, da fachada com as duas torres e do adro com paredes de arrimo, de 1777 a 1790.

Lima Cerqueira foi, sem dúvida, o autor dos riscos das obras da igreja e seu adro, encarregando-se pessoalmente dos entalhes em pedra-sabão da escadaria da capela-mor, do frontão curvilíneo, do óculo trilobado e da portada do frontispício, a primeira do gênero em Minas Gerais. Também executou em pedra-sabão as volutas das bases dos profetas e da cartela rococó da parede central da escadaria do adro, com as datas fundamentais da construção da igreja.³³ Conforme documentação do Santuário, Lima Cerqueira esteve presente em Congonhas no período de 1769 a 1773.³⁴

A partir de 1794, a gestão do Santuário passou para o ermitão Vicente Freire de Andrada, quando foram encomendadas as esculturas dos Passos e os Profetas ao Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, e sua oficina. O primeiro contrato do Aleijadinho foram as imagens dos Passos, executadas entre 1796 e 1799, ficando guardadas num depósito provisório até que as capelas fossem construídas, ao longo do século XIX. Logo em seguida, Aleijadinho executou as 12 estátuas representando

³² OLIVEIRA, 2011, p. 28. Não há indicação alguma nos arquivos do Santuário sobre o autor do projeto da ermida. A hipótese de ser o próprio Feliciano Mendes foi aventada pela pesquisadora Myriam Oliveira, sabendo que sua profissão era de “oficial de pedreiro”, através do termo de sua entrada na Ordem Terceira de São Francisco de Vila Rica, em 1760. Ver OLIVEIRA, 2006, p. 21.

³³ OLIVEIRA, 2011, p. 29. Myriam Oliveira atribui os desenhos a Lima Cerqueira, mas não arrisca sobre a execução dos ornamentos em pedra-sabão. A escadaria da capela-mor vai se repetir em várias outras igrejas de sua autoria e fatura, como as de São Francisco de Assis e Nossa Senhora do Carmo, em Ouro Preto; a de Nossa Senhora da Boa Morte, em Barbacena; as igrejas de Oliveira e de Campo Belo.

³⁴ BAZIN, 1983, p. 211. O crítico de arte Germain Bazin avaliou Francisco de Lima Cerqueira como “um dos mais importantes arquitetos de Minas na época rococó”.

Profetas do Antigo Testamento, de 1800 a 1805, assentando as peças no adro que já estava finalizado desde 1790.

Os Passos de Congonhas têm como antecedentes os exemplares do Norte de Portugal, especialmente o conjunto do Santuário do Bom Jesus de Braga. O mesmo não ocorre com os Profetas, quanto à temática dos personagens, tendo como exemplos mais correlatos o Pátio dos Reis do Santuário de Lamego e os Apóstolos do Jardim do Paço de Castelo Branco.³⁵

O “Pátio dos Profetas” é tida como a obra-prima de Aleijadinho, que soube utilizar do efeito em perspectiva do adro projetado pelo arquiteto Lima Cerqueira. Sua planta reproduz, proporcionalmente, a fachada da Capela do Carmo de Vila Rica, com curvas laterais e quatro lanços de escadas ao centro.³⁶

No século XIX, os viajantes trataram os defeitos anatômicos das esculturas dos Profetas como erros grosseiros de um escultor “velho” e “aleijado”. O reconhecimento do conjunto como patrimônio nacional atraiu críticos internacionais em meados do século XX, como Germain Bazin, Robert Smith e John Bury, os quais reavaliaram esta posição. Perceberam uma estética barroca “intencional”, quando o adro é captado a partir de um ponto fixo, frontal e central, corrigindo visualmente as deformações anatômicas dos Profetas e dando maior expressão ao conjunto.³⁷

O projeto original do complexo do Santuário previa a construção de duas séries completas dos Passos de Cristo, em 14 capelas, ao modelo do Santuário de Braga, em Portugal: sete da Paixão, reduzida a seis capelas construídas na encosta fronteira do templo; e sete da Ressurreição, que deveriam ser construídas na parte

³⁵ OLIVEIRA, 2006, p. 59-60: “A construção de jardins religiosos, incluindo estátuas de pedra e capelas de Passos, já era comum em Portugal desde princípios do século XVIII, derivando diretamente do tema do ‘Sacro Monte’, inaugurado na Itália no período renascentista. O Santuário do Bom Jesus do Monte, próximo à cidade de Braga, com sua monumental escadaria decorada de figuras de granito e ladeada por capelas de Passos, é sem dúvida o precedente europeu mais direto do conjunto de Congonhas”.

³⁶ OLIVEIRA, 2002, p. 52. Myriam Oliveira atenta à improbabilidade da atribuição do risco do adro ao Aleijadinho, pois o mesmo começa a figurar no lançamento do Livro 1º de Despesas somente após 1796, e, por análise técnica, observa que os suportes arquitetônicos são menores do que as bases das estátuas executadas, exigindo adaptação “ilusória” para cinco Profetas.

³⁷ OLIVEIRA, 2011, p. 34 / OLIVEIRA, 2002, p. 53. Este “ponto situa-se aproximadamente a meia encosta da esplanada, entre o jardim dos Passos e a escadaria de acesso ao adro, devendo o espectador colocar-se em posição central, face ao portão”.

posterior do templo.³⁸ Em 1794, o ermitão Vicente Freire de Andrada requereu licença para fazer os “Passos da Paixão de Nosso Senhor com figuras de vulto”, “anterior” e “posterior da Capela” e obteve o seguinte despacho episcopal: “Os Passos do Senhor se devem colocar em Sacelos (oratórios, capelinhas) distintos, e com a ordem devida, do que se faça e venha risco para ser aprovado. Mesa Capitular, 16 de maio de 1794”.³⁹

Supõe-se que a ideia de distribuição das 14 capelas tenha partido do arquiteto Lima Cerqueira, durante a construção da igreja e do adro, formando uma “Praça Longa da Paixão”, semelhante à “praça alongada” da Igreja Matriz na encosta oposta de Santuário, citada nestes mesmos termos pelo viajante Saint-Hilaire.⁴⁰

Somente os Passos da Paixão foram implantados na encosta fronteira do Santuário de Congonhas, reservando o terreno posterior para futura instalação dos Passos da Ressurreição, fato que não se efetivou. Neste terreno, foi construído um jardim de plantas e esculturas de animais, com repuxos de água e bancos, aludindo o Éden bíblico.

Quando o Barão Eschwege visitou Congonhas, em 1811, apenas a capela da Ceia estava sendo construída e o jardim posterior já estava assentado algum tempo:

(A igreja) é cercada por uma plataforma calçada com pedra de cantaria, e, na parte posterior, encontra-se um gracioso jardim, igualmente provido de estátua, repuxos e altas euforbiáceas. Tem-se, ainda, o plano de representar a paixão de Cristo, sucessivamente, em figuras de tamanho natural, em pequenas capelas especiais, que começam nos pés da montanha, e o

³⁸ OLIVEIRA, 2006, p. 77-8. No contrato original, o conjunto dos Passos da Paixão totalizaria 66 figuras, distribuídas em sete estações da Via Crucis: Ceia, Horto das Oliveiras, Prisão, Flagelação, Coração de Espinhos, Cruz-às-costas e Crucificação. Apenas 64 foram efetivamente executadas, número que figura no Inventário geral de 1875, quando foi concluída a última capela.

³⁹ Apud OLIVEIRA, 2011, p. 40. Nota de Soares de Melo, citada por Myriam Oliveira: “Folha 16, verso do principal livro utilizado para as Notas, com a seguinte referência: “A petição se acha no 2º (?) maço, sob o n. 13 no verso do qual se vê a indicação: “Dos Passos do Senhor, dada pelos membros do Cabido catedral”.

⁴⁰ SAINT-HILAIRE, 1974, p. 89: “A maior parte das casas [de Congonhas] se acha sobre o morro que fica à margem direita do riacho, e é no alto desse morro, no meio de uma *praça alongada*, que se acha a igreja paroquial, notável por seu tamanho. No morro que fica fronteiro ao que venho de falar vê-se a igreja de Nosso Senhor Bom Jesus de Matosinhos, que goza de grande celebridade, não somente nos arredores mais fora da província. Os devotos para ali se dirigem, vindos de muito longe, e na época da festa do padroeiro que se celebra em setembro, a aldeia fica cheia de forasteiros, e devotos”. A parte frontal da “praça alongada” da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição foi transformada em quadra residencial no século XX.

trabalho já foi iniciado. (ESCHWEGE, 1818, p. 131-2 / apud MELO FRANCO, 1939, p. 175)⁴¹

Sete anos depois, em 1818, o viajante inglês John Luccock encontrou o jardim e suas estátuas em completo abandono:

Por trás da igreja há uma outra singularidade sacra, um jardim imitando o do Éden, em que se assentam Adão e Eva, em baixo da Cruz e ao lado de uma fonte, em toda a nudez da inocência. Estão cercados de uma multidão de animais e pássaros, de espécie doméstica e bravia. É de notar o número de absurdos que seu autor conseguiu introduzir dentro de tão limitado espaço, parece, entretanto, que passou de moda, pois que o local está caindo em ruínas. (LUCCOCK, 1975, p. 347)

Mesmo desmantelado, o jardim resistiu por mais duas décadas, sendo substituído em 1844 pelo atual prédio da Secretaria do Jubileu. As capelas dos Passos da Paixão continuaram a ser construídas até 1872, abrigando as imagens prontas há mais de 70 anos. O projeto inicial destas capelas também fora modificado, reduzindo-se de sete para seis, reunindo em uma só dois grupos escultóricos, a Flagelação e a Coroação de Espinhos.

Durante a segunda metade do século XVIII, outras capelas e igrejas dedicadas ao Senhor Bom Jesus do Matosinhos foram construídas no território de Minas Gerais, destacando-se a de Ouro Preto (associada à São Miguel e Almas), a de São João del-Rei (demolida em 1970), a de Serro e o Santuário do Bacalhau (Piranga). Como os santuários portugueses da mesma devoção, estes templos ficavam na periferia dos arraiais e vilas, a beira das estradas, com área suficiente para as concorridas quermesses. Nenhum teve conjunto tão completo e suntuoso como o de Congonhas do Campo. Entretanto, a pedido da matriarca Catharina Parreira, o modelo de Congonhas seria recriado por Lima Cerqueira na “Praça Longa” do Arraial do Senhor Bom Jesus de Campo Belo, supondo a previsão de construção das capelas dos Passos em seus adros frontal e posterior.

⁴¹ ESCHWEGE, W. *Journal von Brasilien oder vermischte Nachrichten aus Brasilien auf wissenschaftlichen Reisen gesammelt*. Vol. I, Weimar, 1818, p. 131-2. Tradução em: MELO FRANCO, Afonso Arinos de. O primeiro depoimento estrangeiro sobre o Aleijadinho. In: *Revista do Sphan*, n. 3. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Saúde, 1939, p. 175.



Figura 44. Congonhas do Campo, Santuário do Bom Jesus do Matozinhos, em foto de Marc Ferrez, 1880. Seis capelas compõem a via sacra deste sacro-monte, contendo esculturas da oficina de Aleijadinho. Os acessos eram feitos por rampas de pedra, adaptadas na topografia natural. Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles



Figura 45. Congonhas do Campo, Santuário do Bom Jesus do Matozinhos, anos 2000. No início do século XX, as ligações das capelas foram ladeadas por canteiros de flores e buxinhos podados, resistindo até os anos 1950. O paisagismo foi replanejado por Burle Marx, retomando a condição mais próxima das fotos de Marc Ferrez, de 1880. Fonte: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conhecaminas/turismo/os-passos-da-paixao>



Figura 46. Congonhas do Campo, Santuário do Bom Jesus do Matosinhos, ilustração de Vallandro Keating, 2004. Fonte: MAGALHÃES, 2006

2.5. Francisco de Lima Cerqueira

Francisco de Lima Cerqueira nasceu na Freguesia de São Mamede da Parada do Monte, Termo de Valadares, Comarca de Valença, pertencente ao Arcebispado de Braga, no dia 2 de outubro de 1728.⁴² Era filho legítimo de Antonio Bistes e Izabel de Cerqueira. Tinha quatro irmãos, todos moradores em Portugal: Manuel Bizides de Brito, José Bizides de Lima, Antonio Bizides e Domingos Bizides.

Nada foi encontrado sobre a formação profissional de Lima Cerqueira em sua terra natal, mas é bem provável que tenha trabalhado junto a mestres da cantaria da

⁴² Conforme certidão de assentamento de batismo extraída do Livro de Batismo nº 2, da Paróquia de Parada do Monte, Concelho de Melgaço, a fls. 41v., Arquivo Distrital de Viana do Castelo, transcrita por Oyama de Alencar RAMALHO, 2002, p. 99.

região Norte de Portugal, relacionando-se com importantes arquitetos da época, como Nicolau Nasoni (1691-1773), José de Figueiredo Seixas (c.1710-1773) e André Soares (1720-1769).⁴³

Não há certeza quando Lima Cerqueira imigrou para o Brasil, mas é bem provável que veio atraído no ápice da mineração do ouro, em meados do século XVIII, a convite de demandas construtivas de templos católicos. Instalou-se inicialmente em Vila Rica, atual Ouro Preto, onde foi aceito como Irmão da Ordem Terceira de São Francisco de Assis em 1754, conforme registrado no Livro de Entrada de Irmãos e Profissões: “em 11 de abril de 1754, professou como irmão desta Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto, Francisco de Lima”. Posteriormente, em 11 de julho 1781, apareceu como Procurador Geral desta mesma Ordem, propondo numa reunião da mesa que havia chegado o momento da execução da obra do retábulo.⁴⁴

Em 4 de maio de 1758, o então irmão franciscano Lima Cerqueira firmou contrato com a Irmandade do Santíssimo Sacramento para arrematação das obras da Igreja Matriz da Freguesia de Santo Antonio do Campo de Casa Branca, na atual Vila de Glaura, município de Ouro Preto, em substituição à pequena capela existente no local desde 1723, e que fora arruinada por um raio em 1757. Provavelmente, a conclusão desta obra seja a data gravada na cruz do frontispício, em 1764.⁴⁵ Lima Cerqueira deve ter recebido os diversos riscos elaborados em Portugal, pelo Arquiteto das Ordens Militares Rodrigo Franco, referentes à reconstrução da capela-mor, retábulo e sacristia desta Matriz, porém, elaborou à sua maneira e nas condições locais.⁴⁶

Lima Cerqueira teve seu registro profissional, como pedreiro e canteiro, no Censo dos Ofícios Mecânicos de Vila Rica de 1761, permitindo-lhe concorrer e arrematar obras públicas, como o documentado Chafariz do Alto das Cabeças, em 1763. Apesar da obra simples, em pedra sabão, comparado com outros construídos

⁴³ Adiante, trataremos algumas obras destes arquitetos portugueses, documentadas ou atribuídas, em relação à produção de Lima Cerqueira no território de Minas Gerais.

⁴⁴ URIAS, 2014, p. 1, cit. RAMALHO & CHAVES, 2009, p. 75.

⁴⁵ SOUZA, 1984, p.265.

⁴⁶ BASTOS, 2013, p. 71-9.

em Vila Rica, este chafariz demonstra uma harmoniosa composição de molduras, pinhas e dois golfinhos entrelaçados, de cujas bocas jorrava-se água.

Anos mais tarde, Lima Cerqueira já tinha conquistado o posto de mestre de obras das mais significativas igrejas de Minas Gerais, participando de louvações junto a outro importante mestre português Domingos Moreira de Oliveira, o qual foi responsável pela construção da Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, em Vila Rica. Em 1768, ambos foram louvados por outro mestre de obras, João Álvares (Alves) Viana, construtor da Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, em Vila Rica. E em 13 de janeiro de 1768, Domingos Oliveira e Lima Cerqueira dão seu parecer sobre uma modificação da planta desta mesma Capela do Carmo.⁴⁷

Ao longo da carreira, Lima Cerqueira reuniu vários profissionais de reconhecida capacidade técnica e artística, participando de suas empreitadas em importantes edifícios. O mais relevante destes, com certeza, foi o escultor Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, cuja parceria provavelmente iniciou em 8 de julho de 1771, quando Lima Cerqueira arrematou as obras do pórtico, lavatório da sacristia e arcos do coro da Capela da Ordem Terceira do Carmo, de Vila Rica. Mais tarde, se reencontraram na construção do Santuário de Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo, e finalmente nas suas obras-primas de São João del-Rei, as capelas da Ordem Terceira de São Francisco de Assis e de Nossa Senhora do Carmo.⁴⁸

No Santuário de Congonhas, além dos maiores artistas da época, Lima Cerqueira trabalhou com o pedreiro e canteiro Tomaz da Maia Brito, o qual permaneceu muito tempo ao seu lado, considerado, em documentos, como seu “camarada”. Conforme o primeiro livro de despesas da Irmandade do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, Lima Cerqueira começou a trabalhar no Santuário em 1765 e seu último recibo se refere ao ano 1772/73, sobre a arrematação da capela-mor.⁴⁹

⁴⁷ URIAS, 2013, p. 89.

⁴⁸ DANGELO, 2008, p. 204.

⁴⁹ URIAS, 2014, p. 8: conforme o Livro de Receitas e Despesas do Santuário de Bom Jesus de Matosinhos, f. 8v, Lima Cerqueira recebeu, juntamente com “seu camarada Tomaz de Maia Brito, 659 e ¼ resto da rematação da capela-mor”; no Livro 1º de despesas da Irmandade do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, constam recibos a Lima Cerqueira de 4 de outubro de 1765 a 1769

Já em São João del-Rei, teve como parceiro o sanjoanense Aniceto de Sousa Lopes, sendo seu fiador na construção da ponte da Rua da Misericórdia. Lopes foi profissional de sua confiança e, por competência, foi contratado pela Ordem Terceira de São Francisco de Assis da Vila de São João del-Rei, para levar adiante as obras da capela, após o falecimento de Lima Cerqueira.⁵⁰

Foi justamente em São João del-Rei que Lima Cerqueira realizou sua obra mais emblemática, a Capela de Ordem Terceira de São Francisco de Assis. Em 10 de outubro de 1774, ajustou com a Ordem a responsabilidade da construção da nova capela “na forma de hú risco que se lhe apresentou”.⁵¹ Na reunião com a Mesa Administrativa, ficou acordado entre as partes interessadas que o mestre de obras Lima Cerqueira receberia duzentos e trinta mil réis por ano, além das ferramentas apropriadas, um privilégio não muito comum na época, e que poderia contratar um escravo de sua confiança para auxiliá-lo nas obras.⁵²

Mesmo assumindo esta grande empreitada, Lima Cerqueira continuou na sua função de louvado, desde 1768, ao lado do empreiteiro Domingos Moreira de Oliveira, recebendo “14/8^a e ½ das despesas que fez na viagem e jornais desde o dia que saiu da Vila de São João del-Rei (...) para asestir a louvação que se fez na obra da Capela”.⁵³

As obras da Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, em Vila Rica, iniciaram entre 1766 e 1767. É tida como obra-prima da arquitetura colonial brasileira. Domingos Moreira de Oliveira foi o construtor arrematante por muitos anos, terminando suas contas com a Ordem somente em 1832. Não há documentação sobre a autoria dos riscos desta capela, cujo existência é mencionada desde 1766. Supõe-se que apenas dois desses riscos remanescem, fazendo parte atualmente do acervo do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto: o corte vertical da capela-mor e o plano das grades do arco-cruzeiro.⁵⁴

⁵⁰ URIAS, 2014, p. 7.

⁵¹ Livro 2º de Termos da Ordem Terceira, fls. 106 v., citado por MARTINS, 1974, p. 176.

⁵² ALVARENGA, 1974-1975.

⁵³ Documento avulso e Livro 1 de Receita e Despesa das Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto, fls. 160. Citado por MARTINS, 1974, p. 176.

⁵⁴ Nos desenhos referentes à Capela de São Francisco de Assis de Vila Rica constam as seguintes inscrições: no corte vertical da capela-mor, “Petipe de planta”, “Esta porta será ornada como a que está riscada na face do Cruzeyro junto a Capella”; e no plano das grades do arco-cruzeiro, com escala em

Não há consenso na atribuição a Aleijadinho destes dois riscos, talvez por não apresentar a qualidade de outro risco feito pelo mesmo à fachada de São Francisco de Assis de São João del-Rei, que veremos adiante. Entretanto, percebe-se o quanto o risco do corte da capela mor de Vila Rica se aproxima à obra executada, faltando apenas a representação do balcão dos púlpitos, estes, sim, documentados em recibos à lavra de Aleijadinho.

Tudo leva a crer que os riscos originais e demais revisões arquitetônicas adotadas no frontispício da Capela de São Francisco de Assis de Vila Rica sejam de Francisco de Lima Cerqueira, lembrando-se de sua parceria constante com Domingos de Oliveira, a subcontratação de Aleijadinho em várias ocasiões, para os entalhes mais elaborados em pedra sabão, a repetição da fórmula tipológica em outras capelas e igrejas mineiras, além de sua participação voluntária como irmão nas obras desta Ordem Terceira.

Na época, o serviço de arquiteto de Lima Cerqueira foi requisitado para finalização de algumas capelas construídas em pedra destacáveis em Minas Gerais, seja pelas semelhanças construtivas e ornamentais, ou mesmos através de suspeitas de alguns autores respeitáveis, como German Bazin e Myriam Oliveira. Neste rol podemos citar a fachada da Santa Efigênia do Morro Santa Cruz; as torres e a empena do frontispício de Nossa Senhora do Rosário, de Ouro Preto; e a rococó fachada da Ordem Terceira do Carmo, em Mariana.

Citado anteriormente, Lima Cerqueira também participou das obras da Capela da Ordem Terceira da Nossa Senhora do Carmo, em Vila Rica, revendo completamente sua configuração externa após a entrega da construção pelo mestre de obra Manuel Francisco Lisboa, pai de Aleijadinho. Neste templo, ele foi louvado na modificação de sua planta, em 1768. Quando trabalhava no Santuário de Congonhas, Lima Cerqueira foi procurado por seu colega José Pereira Arouca para dar “parecer sobre os riscos e as condições em que deviam ser feitas as mesmas obras de cantaria e talha” da Capela do Carmo de Vila Rica. Respondendo à consulta, enviou-lhe uma carta acompanhado de “duas figuras” (como disse), justificando que “não vão

palmas, “Painel com o seu Recorte”, “Arco Cruzeiro”, “Alsado”, “Cançelas que abrem e fexam”, “Asento da grade entalhada no arco Cruzeiro”. Ver reproduções no catálogo do MUSEU DA INCONFIDÊNCIA, 1995, p. 266, 267 e 269.

revestidas com sombras porque não tenho cá preparos para isso”, o que demonstra claramente seu ofício de arquiteto.⁵⁵ Em julho de 1771, Lima Cerqueira arrematou o pórtico, subentendendo o frontispício e as duas torres, o arco do coro e o lavatório da sacristia.

Quase finalizadas as obras da Capela do Carmo de Vila Rica, em 1779, Lima Cerqueira recusou dar continuidade às obras da Capela de São Francisco de Assis de São João del-Rei. Diante à recusa, a Mesa Administrativa determinou a alteração do risco, este atribuído a Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Destas plantas mencionadas, existem no Museu da Inconfidência dois desenhos originais: da fachada principal, extremamente elaborado com suas ornamentações em *rocaille*, e da fachada lateral direita do templo. Em 1810, o desenho da fachada principal foi adotado, pelo próprio Aleijadinho, na finalização da Igreja Matriz de Santo Antonio, em São José del-Rei, atual Tiradentes.

Lima Cerqueira, em conversa com os Irmãos Franciscanos encarregados da obra, Manoel José de Freitas e Manoel Álvares de Almeida, a partir de 23 de julho de 1779, pontuou várias modificações nas plantas da São Francisco de Assis de São João del-Rei: “a capela-mor devia ser mais comprida, assim como não seriam abertas duas portas neste presbitério e, finalmente, que os óculos fossem feitos por outro feitio e maiores para entrar mais luz na dita capela-mor ‘para assim ficarem com mais graça’”.⁵⁶

Ao retomar às obras desta capela, Lima Cerqueira continuou atuando em diversas localidades de Minas Gerais, já que era considerado um profissional completo, do projeto à execução da obra. Em 1785, os Irmãos da Ordem começaram a reclamar sua ausência diária na obra, e diante à situação constrangedora, Lima Cerqueira solicitou à Ordem Terceira de São Francisco que o liberasse da função de administrador e também do serviço de lavragem das pedras, por estar “com falta de saúde para continuar todo o dia em pé”.⁵⁷ Estava sentindo o peso de sua idade, 57 anos. Além dos serviços de arquitetura, como projetos, reformas e avaliações, também trabalhava diretamente nos canteiros e nas pedreiras, para extração e

⁵⁵ ALVARENGA, 1947, p. 363.

⁵⁶ ALVARENGA, 1974-1975, p. 48.

⁵⁷ ALVARENGA, 1974-1975, p. 50.

lavragem das pedras. Entretanto, a solicitação não foi aceita, ficando deliberado, em 11 de setembro de 1785, que o Mestre continuasse à frente das obras, alertando o seu compromisso:

Declaram que 'continuasse o mesmo Irmão Francisco de Lima debaixo do mesmo ajuste na administração da obra, tanto a de pedra como a de madeira zelando e promovendo todo o aumento da mesma com fazia delle sempre se esperava com a condição de fazer por suas mãos toda a Lavrage do seu officio que fosse mais mimosa, e superior a capacidade dos outros officiaes.' (ALVARENGA, 1947, p. 364)

Sabendo da existência e competência de Lima Cerqueira, no mesmo ano de 1785, a Irmandade do Santíssimo Sacramento de Campanha da Princesa, atual Campanha, contratou seus serviços para a edificação de uma nova Matriz. Na arrematação, ficou resolvido que ele “deveria riscar, plantar e dirigir, entregando a fatura a um Mestre de sua eleição e por ele aprovada, pagando-se-lhe a uma oitava por sua vinda de São João del-Rei a esta freguezia, e os dias de estadia e também o sustento por conta da Irmandade”.⁵⁸

Em 1787, Lima Cerqueira foi contratado pela Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo da Vila de São João del-Rei, ficando responsável pela obra do frontispício “conforme a planta e risco que melhor for e parecer mais acertado para a formosura do Fronte espício e Torres e o mais”.⁵⁹ No dia 13 de dezembro de 1787, o mestre foi chamado a reunir-se com a Mesa Administrativa, para ajustarem os trabalhos, a custo de cento e setenta mil réis por ano, para “administrar, reger e determinar tudo o que for a bem da dita obra conforme a planta e risco que melhor for e parecer mais acertado para a formosura do frontispício e o mais que pertencer à dita obra”.⁶⁰

As obras de fundações da Capela do Carmo foram bastante demoradas, por cerca de dois anos, e feitas para receberem torres redondas, conforme estavam nos riscos de Lima Cerqueira. Porém, o risco anterior era para a construções de torres quadradas e não fora lavrado Termo deliberando sobre a mudança. O fato levou a Mesa Administrativa reunir-se com Lima Cerqueira e o mestre entalhador Luiz

⁵⁸ ALVARENGA, 1974-1975, p. 51.

⁵⁹ Livro de Termos da Ordem Terceira, fls. 132v. Citado por MARTINS, 1974, p. 178.

⁶⁰ VIEGAS, 1988, p. 51.

Pinheiro de Souza, em 1º de agosto de 1790, para deliberarem a respeito das futuras torres.

Conforme documentação pesquisada por Aloísio Viegas, os mestres afirmaram que “para se fazer as torres quadradas, teria de se demolir os alicerces redondos, o que demandaria em gastos vultuosos, grandes trabalhos, redundando em grande prejuízo para a Ordem”.⁶¹ Posto em votação, resolveram que se fizessem as torres redondas, porém, mudando-as para oitavadas, porque assim “ficarão mais vistosas e engraçadas, no que conveyo o Mestre da mesma obra Francisco de Lima Cerqueira”.⁶²

Na mesma reunião, também foi acordado que Lima Cerqueira teria autonomia para modificar o risco e que fizesse o que fosse conveniente a obras, comunicando-se à Mesa Administrativa caso houvesse modificações consideráveis, acatando-se o parecer da mesma.

Iniciadas em 1787, as obras do frontispício do Carmo tiveram que ser paralisadas em 11 de agosto de 1800, para que desse início à construção das novas paredes laterais da capela. Nesta reunião, a Mesa Administrativa contou com a presença dos mestres Lima Cerqueira e Agostinho Gonçalves Pinheiro, decidindo “uniformemente que hera justo se acabasse a empena do fronte espício e que se seguisse a parede de hum dos lados da igreja”.⁶³

Durante o período de construção da Capela do Carmo, duas destacadas obras de utilidade pública, em São João del-Rey, foram projetadas e administradas por Lima Cerqueira: as pontes de pedra da Intendência e do Rosário, sobre o Córrego do Lenheiro. Já era grande o seu prestígio na vila, tanto que foi escolhido, por unanimidade de votos, para ser Juiz do Ofício de pedreiro para o ano de 1791.⁶⁴

Em 24 de fevereiro de 1798, o mestre assumiu a direção da construção da ponte da Intendência (da Cadeia), em arco abatido, cuja construção foi arrematada por Joaquim Bernardes Chaves e, posteriormente, por João Gonçalves Gomes.⁶⁵ Dois

⁶¹ VIEGAS, 1988, p. 51.

⁶² Livro de Termos da Ordem Terceira do Carmo, fls. 132v. Citado por MARTINS, 1974, p. 178.

⁶³ Livro da Ordem Terceira do Carmo, fl. 167. Citado por MARTINS, 1974, p. 178.

⁶⁴ ALVARENGA, 1947, p. 367.

⁶⁵ MARTINS, 1974, p. 178.

anos depois, em 1800, o mestre administrou a construção da ponte do Rosário, em arco pleno, na condição de que a “referida ponte fosse feita com toda segurança e perfeição e deregida em tudo pello Mestre Francisco de Lima Cerqueira”.⁶⁶

Os últimos anos de Lima Cerqueira não foram tranquilos, como poderia se esperar de um mestre bastante requisitado. Como não era um “homem de fábrica”, ou seja, que se preocupasse em garantir reservas ou lastros, terminou sua carreira praticamente falido em São João del-Rei.⁶⁷

Em 1803, Lima Cerqueira contribuiu com 50\$000 para a feitura de um altar na Capela de São Francisco de Assis. No entanto, no mesmo ano, o seu pagamento como mestre pedreiro foi suspenso pela Ordem Terceira. Só após um ano da suspensão, Lima Cerqueira cobrou a quantia de 1:263\$784, valor bem abaixo do que a Ordem lhe devia. Ela aceitou o estabelecido pelo Mestre, com a condição que ele aceitasse o parcelamento da dívida em 12 vezes. Lima Cerqueira negou a oferta e solicitou o pagamento à vista. A Ordem Terceira de São Francisco entrou em litígio com o Mestre, resultando em sequestro judicial de todos os seus bens. Em 1805, ele já se encontrava em extrema pobreza, sem ter onde morar e se manter na Vila de São João del-Rei.⁶⁸

A Ordem Terceira do Carmo é que veio socorrer o Mestre, “pelos inúmeros benefícios que Lima Cerqueira prestou e prestava à Ordem do Carmo, administrando a obra, fazendo doação de avultada quantia”. O Irmão Procurador do Carmo, Manoel José Ribeiro Bastos, pediu à Mesa que o amparasse, “recolhendo-o e sustentando-o, enquanto ele não melhore de fortuna, concordando todos com muita boa vontade a essa proposta”. Declarado “Irmão Benfeitor”, Lima Cerqueira receberia o benefício “enquanto ele vivesse e necessitasse”, ficando o Tesoureiro da Ordem do Carmo “autorizado a lhe prover sustento”.⁶⁹

Francisco de Lima Cerqueira faleceu solteiro, em 27 de setembro de 1808, na Vila de São João del-Rei. Recebeu todos os sacramentos, foi encomendado e

⁶⁶ Livro de registro de arrematação e termos de fiança, 1779-1845: Auto de Arrematação, fl. 160. Citado por RAMALHO, 2009, P. 501.

⁶⁷ DANGELO, 2014, p. 253.

⁶⁸ URIAS, 2014, p.12-3.

⁶⁹ VIEGAS, 1988, p. 52.

sepultado no piso da Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, conforme recomendou em seu detalhado testamento de 5 de maio de 1807.

Nesta breve biografia, percebe-se a disponibilidade e empenho de Lima Cerqueira na composição da grande “praça longa” de São João del-Rei, projetando, reformando e corrigindo os principais marcos arquitetônicos deste trajeto, da fachada da Capela da Ordem Terceira do Carmo, nas capelas dos Passos (atribuídas ao mestre), na fachada da Igreja Matriz do Pilar (projeto não executado), na ponte do Rosário e na consequente adequação da Rua da Prata como uma “avenida” iluminista, culminando no adro e nas fachadas ondulantes da Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, considerada a mais estimada obra em seu testamento.

A produção de Lima Cerqueira no sudoeste mineiro, tratado como sertão na época, continua pouco estudada. Na biografia mais aprofundada sobre o mestre, Patrícia Urias aponta para esta lacuna, alertando as mínimas informações encontradas, “sendo necessária uma pesquisa mais detida nesta fase do mestre de obras, quando da sua passagem pelo sul de Minas”.⁷⁰

As obras executadas pelo mestre em São João del-Rei tornaram-se referenciais a uma extensa região, atraindo sucessivas demandas para construção e reforma de templos em pedra, de 1780 a 1800. Três exemplares são de fundamental importância ao nosso estudo, a Matriz (Nova) de Santo Antonio de Campanha da Princesa, a Matriz (Velha) de Nossa Senhora de Oliveira, em Oliveira, e a Matriz (Velha) do Senhor Bom Jesus do Matosinhos, em Campo Belo. Todas elas primam em qualidades arquitetônicas e urbanas.⁷¹

A inexistência de dados documentais relativos à formação profissional de Lima Cerqueira, levou-nos a especular a produção de três arquitetos contemporâneos da intitulada Escola Portuguesa do Norte – Nicolau Nasoni, José de Figueiredo Seixas

⁷⁰ URIAS, 2014, p.10.

⁷¹ Durante a pesquisa, suspeitamos de várias capelas e igrejas com projeto arquitetônico atribuído a Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, e outras ainda em anonimato, que pelos seus elementos construtivos e constitutivos estariam mais próprias a concepção e lavra de Francisco de Lima Cerqueira. Desta lista, podemos citar a Matriz de Nossa Senhora do Bonsucesso, em Caeté; a fachada da Matriz de São João Batista, em Morro Grande (atual Barão de Cocais); a fachada da Matriz de Santo Antonio, em Ouro Branco; a fachada da Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, em Mariana; a Matriz de Nossa Senhora do Rosário do Sumidouro, em Mariana; a Capela do Bom Jesus do Matosinhos, em São João del-Rei (demolido); a Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, em Barbacena; a Matriz de Nossa Senhora do Bonsucesso, em Bom Sucesso.

e André Soares – seja nas referências visuais, possíveis aulas de risco ou na prática em canteiros de obra.



Figura 47. Vila Rica/Ouro Preto, Capela de Santa Efigênia (Nossa Senhora do Rosário), Capela da Ordem Terceira do Carmo e Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis. As fachadas desses três templos são atribuídas a Francisco de Lima Cerqueira, repetindo-se o esquema de aberturas denominado pelos críticos de arquitetura como Partido Mineiro. Fonte: Colagem do autor

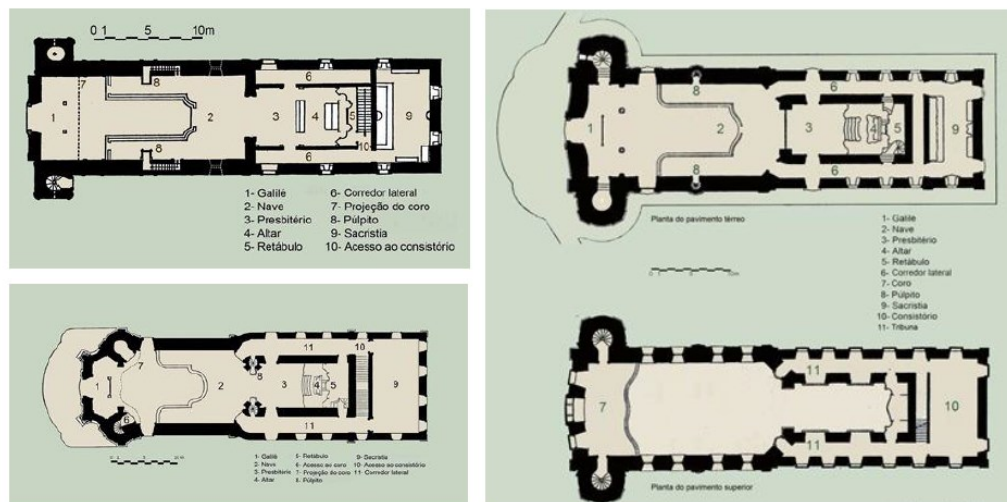


Figura 48. Plantas da Capela de Santa Efigênia (esquerda superior), Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis (esquerda abaixo) e Igreja Nossa Senhora do Carmo (direita). Atribuídas a Francisco de Lima Cerqueira, as três plantas repetem as soluções de recuo das torres sineiras na fachada e fluência rococó na nave e capela-mor. Fonte: <https://coisasdaarquitectura.wordpress.com/2012/05/09/morfologia-das-igrejas-barocas-ii/>



Figura 49. São João del Rei, Capelas das Ordens Terceiras de São Francisco de Assis e de Nossa Senhora do Carmo. Fachadas desenhadas e executadas, em parte, pelo arquiteto Francisco de Lima Cerqueira, constituindo-se em suas obras-primas em território mineiro. Fonte: Colagem do autor

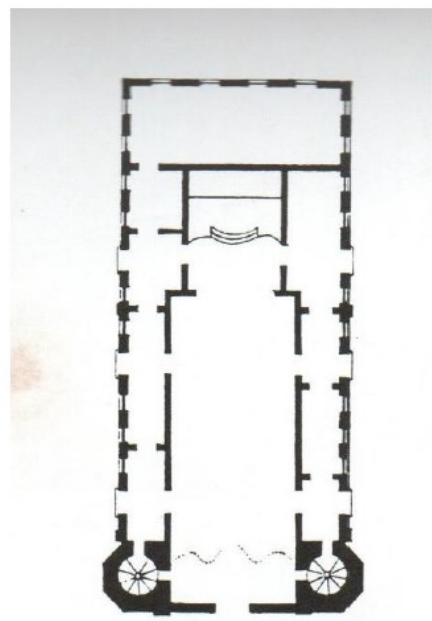
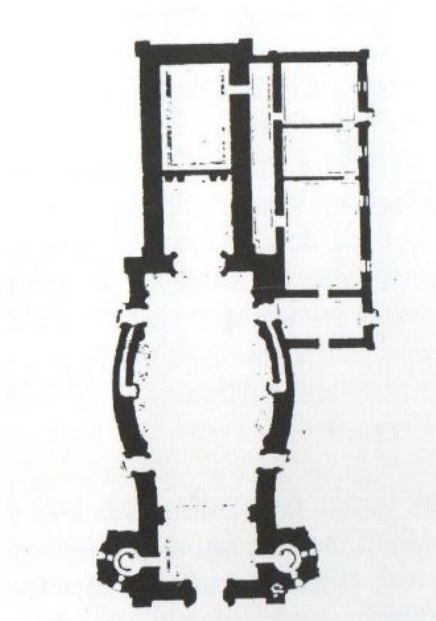


Figura 50. São João del Rei, plantas das Capelas das Ordens Terceiras de São Francisco de Assis e de Nossa Senhora do Carmo. A Capela de São Francisco de Assis é o ápice da nave curva, em Minas Gerais, enquanto a de Nossa Senhora do Carmo restringe, apenas, a resolução da fachada acoplada a um corpo pré-existente. Fonte: Colagem do autor



Figura 51. Plantas da Capela do Carmo, Vila Rica, e do Santuário de Congonhas. Desenhadas pelo mestre Francisco de Lima Cerqueira, em períodos diferentes, a projeção do Pátio dos Profetas dá-se, coincidentemente, na fachada do templo de Vila Rica. À direita, vista do Santuário e do Pátio dos Profetas. Fonte: Colagem do autor

2.6. Escola Portuguesa do Norte – Nicolau Nasoni

O italiano Niccolò Nasoni nasceu em San Giovanni Valdarno, Toscana, em 2 de junho de 1691. Faleceu em Santo Ildefonso, Porto, em 30 de agosto de 1773, sepultado na nave da Igreja de São Pedro dos Clérigos, que ele próprio projetou e construiu. Foi pintor, decorador e arquiteto, tendo boa parte de sua produção na cidade de Porto e arredores. Apesar de ser considerado um dos mais importantes arquitetos de Portugal no período do barroco e do rococó, muitas de suas obras ainda suscitam dúvidas quanto à autoria, seja pela incipiente documentação ou pela participação contínua de seus oficiais.

Sua formação profissional iniciou-se em Siena, onde aprendeu pintura, artes decorativas e arquitetura com o mestre pintor Giuseppe Nicola Nasini e os arquitetos Franchim e Vincenzo Ferrati, depois ingressando na Academia de Artes dei Rozzi (dos Rudes). Mudou-se para Roma e, depois, para Ilha de Malta, onde teve as primeiras experiências na arquitetura. Lá pintou o teto no palácio de Valeta, em 1724, para o português D. Antonio Manuel de Vilhena, grão-mestre da Ordem de Malta, trabalho bastante admirado pelos fidalgos de Portugal, atraindo a atenção de Roque Távora e Noronha, irmão do então deão da Sé do Porto, D. Jeronimo Távora e Noronha. Por

recomendação, D. Jeronimo convidou Nicolau Nasoni a mudar-se para a cidade de Porto, para participar da equipe de remodelação da velha Sé.

Não se sabe exatamente quando Nasoni chegou em Porto, apenas que em 1725 deu início ao trabalho das pinturas no interior da Sé. Trabalhou por anos nesta igreja, tendo contato com grandes arquitetos portugueses da época, como Antonio Pereira e Miguel Francisco da Silva. Em 1736, foi encarregado de projetar a nova fachada norte para a Sé, conhecida como galilé, tida como sua primeira obra arquitetônica de destaque.

Nasoni casou-se duas vezes, na cidade de Porto. Primeiro, em 1729, com a fidalga napolitana D. Isabel Castriotto, esta falecendo por complicação do parto de seu único filho, chamado José. Em segundo matrimônio, em 1731, com a portuguesa Antonia Mascarenhas Malafaia, com quem teve cinco filhos, enviuvando-se anos mais tarde.

Em 1731, a Irmandade dos Clérigos de Porto encomendou ao Nasoni um projeto para sua igreja, a partir da sugestão do deão Jeronimo de Távora e Noronha, então presidente da Irmandade. Com certeza, esta foi a obra-prima de Nasoni como arquiteto, dedicando-se a ela por mais de 30 anos. O conjunto, composto por igreja, casa da Irmandade e torre, foi construído entre 1732 e 1779, e tornou-se marco emblemático na cidade do Porto.

A Irmandade dos Clérigos foi criada em 1707, com o objetivo de prestar assistência ao clero, “na pobreza, na doença e na morte”. Funcionando por muito tempo em casas emprestadas, em 1720, a Irmandade decidiu pela construção de instalações próprias, o que só foi possível dez anos mais tarde, a partir da doação de um terreno no lugar denominado Cruz da Cassoa. Era uma zona periférica e isolada da cidade, próxima ao Adro dos Enforcados, local de execução de sentenciados e sepultamento dos condenados.

Implantado em declive acentuado, na extensão de um caminho, exigiu grandes obras de adaptação em seu terreno. Posicionou-se o conjunto no sentido longitudinal, tendo ao centro a casa da Irmandade, e nas extremidades a igreja e a torre. A construção seguiu praticamente em três etapas: primeiro a igreja (1732-1749), com fachada terminada em 1750, depois o edifício da Irmandade (1754-1758) e, por

último, a torre sineira (1754-1763). Nasoni projetou todo o edifício e administrou suas obras, contando com a colaboração dos mestres pedreiros Antonio Pereira e Manuel Antonio de Sousa.

A igreja foi construída com nave única em formato elíptico, coberta por cúpula baixa, típica disposição das igrejas de planta ortogonal de São Pedro dos Clérigos, construídas em Portugal e no Brasil. Esta tipologia referenciava à Basílica de São Pedro no Vaticano, renascentista, de planta central e grande cúpula, que por sua vez, remetia a grande cúpula da igreja bizantina sobre o Santo Sepulcro, em Jerusalém. Estavam previstas duas torres sineiras laterais, recuadas ao centro da nave, porém, com o abandono deste empenho, teve-se a necessidade de reforçar as fachadas laterais com paredes duplas.

A fachada principal é relativamente estreita, complementada com escadaria dupla de lanços cruzados, acentuando ainda mais sua altura e monumentalidade. Construída em alvenaria de granito, Nasoni aplica uma linguagem barroca inovadora, de tendência borrominesca. Combina linhas retas, semicirculares, frontão interrompido e seccionado, sobreposições de ornamentos, cartelas, grinaldas e jarrões. Tais lições certamente refletiram na concepção das fachadas rococós da Igreja da Ordem Terceira do Carmo, em Porto, e do Santuário de Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego, obras atribuídas ao arquiteto português José de Figueiras Seixas, e também na fachada rococó da Capela da Ordem Terceira do Carmo, em Vila Rica, que atribuímos neste estudo a Francisco de Lima Cerqueira.

Ao concluir a igreja em 1750, a Irmandade adquiriu o Adro dos Enforcados e mais um terreno restante necessário para a construção de sua casa e a torre sineira, em substituição às duas torres previstas inicialmente nas laterais da igreja. Nicolau Nasoni apresentou o projeto à Irmandade em 1753. Toda construída em granito, com 75 metros de altura e 225 degraus até os varandins, a exuberante Torre dos Clérigos ainda domina a paisagem urbana de Porto. Com a mesma linguagem tardo-barroca da fachada da igreja, seu formato lembra os minaretes ibéricos, também muito semelhante à torre nova da Sé de Zaragoza, Espanha. Na extremidade de afunilamento da casa da Irmandade, a torre tem seus quatro cantos arredondados por uma sobreposição de pilastras, amarradas por uma sequência de entablamentos, e ornada por cartelas e jarrões.

No todo, o conjunto dos Clérigos forma uma grande nave longitudinal, cercado por duas ruas que se afunilam em dois adros cenográficos espetaculares: a subida para a fachada da capela e o topo, com sua monumental torre sineira.⁷²

Outra obra de Nicolau Nasoni, de fundamental importância para o nosso estudo, é a Igreja do Bom Jesus de Matosinhos, localizada na cidade e concelho de Matosinhos, distrito do Porto, em Portugal.

Local de romaria e festas em devoção à uma imagem de Cristo crucificado encontrada na praia por volta do século XII, Matosinhos tornou-se centro de peregrinação desde a Idade Média. Inicialmente, a imagem foi recolhida na igreja do antigo mosteiro de Bouças, mas com o crescimento da devoção popular, o padroado da Universidade de Coimbra decidiu pela construção de um templo maior e em outro local do Matosinhos. As obras prolongaram-se por duas décadas, de 1559 a 1579, conforme a disponibilidade do escultor e arquiteto normando João de Ruão, que vinha de Coimbra em temporadas.⁷³

A fama de milagreiro espalhou-se por Portugal no século seguinte, e o Senhor do Matosinhos atraía grande leva de peregrinos, não sendo suficiente o espaço da igreja nas principais cerimônias religiosas. Com recursos provindos dos emigrantes que faziam fortuna com o ouro do Brasil, além das doações dos pescadores do litoral português, decidiram ampliar a igreja e reformular sua fachada.

Novamente, o deão da Sé do Porto, D. Jeronimo Távora e Noronha, indicou os serviços de Nicolau Nasoni, o qual soube aproveitar das estruturas antigas e demais decorações, fazendo-se uma ampliação criativa dentro da linguagem tardo-barroca, principalmente em sua larga fachada.

Em 3 de julho de 1743, é estabelecido um contrato entre a Irmandade do Bom Jesus de Bouças e a Universidade de Coimbra, conforme a planta apresentada pelo “italiano”. As obras começaram em 1743, finalizando-se em 1760. Nasoni prolongou as três naves, anexando o coro e as torres, e ergueu o pé-direito das naves laterais

⁷² Mais sobre Igreja e Torre dos Clérigos: pt.wikipedia.org/wiki/Igreja_e_Torre_dos_Clérigos; A. de Magalhães BASTO: *Nasoni e a Igreja dos Clérigos*. Biblioteca do Porto, 1950; Secundino CUNHA. *Torre dos Clérigos, uma história de granito*. Guimarães: Opera Omnia, 2013; Beatriz Hierro LOPES & Francisco QUEIROZ. *A Igreja e a Torre dos Clérigos*. Porto, Irmandade dos Clérigos, 2013. 388 p.

⁷³ CLETO, 1995, p. 49-52.

em um único telhado de duas águas. Em consequência destas reformas, alargou-se a fachada sobremaneira, onde pôde solucionar com um frontispício em três portadas, à maneira dos arcos de triunfo, espaçando-se as duas torres sineiras. A harmonia é conquistada através das pilastras geminadas que sustentam o frontão interrompido, as cartelas sobre as portas, o óculo central em quadrilóbulos, os óculos laterais afetando o entablamento mistilíneo e as alças em volutas de movimento contrário, se acomodando nas torres.

Mantendo-se as tradições centenárias do Bom Jesus do Matosinhos, Nasoni organizou o grande adro frontal, para os momentos ápices da Semana Santa, na saída e chegada do andor do padroeiro, também utilizada nas festas populares de grande concentração. Nas laterais do adro, projetou as seis capelas dos Passos de Cristo, com obras terminadas já no século seguinte, em 1867.

O Santuário do Bom Jesus do Matosinhos, em Congonhas do Campo MG, adota algumas soluções ornamentais de Nasoni em sua fachada principal, na tentativa de se associar à “matriz” da devoção. A fachada de Congonhas do Campo foi projetada e construída pelo arquiteto Francisco de Lima Cerqueira, também sendo atribuído o projeto do pátio frontal dos profetas, que posteriormente receberam as famosas esculturas de Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho.



Figura 52. Nicolau Nasoni. Porto, Igreja e Torre dos Clérigos (1732 1763). Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Igreja_e_Torre_dos_Cl%C3%A9rigos

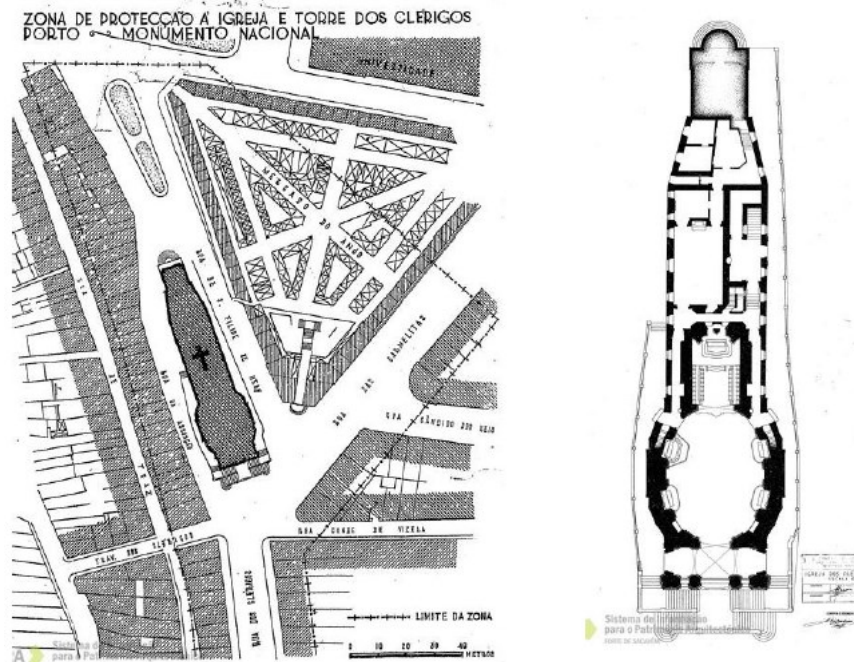


Figura 53. Nicolau Nasoni. Porto, Plantas da Igreja e Torre dos Clérigos (1732-1763). Fonte: <https://iconoteologia.blogs.sapo.pt/hoje-a-planta-da-igreja-dos-clerigos-96743>



Figura 54. Nicolau Nasoni. Porto, fachada do Santuário de Bom Jesus do Matosinhos (1743-1760). A adaptação da fachada a um templo pré-existente, de largura considerável, foi utilizada no templo de Congonhas do Campo, de maneira compacta, por Francisco de Lima Cerqueira. Fonte: Colagem do autor

2.7. Escola Portuguesa do Norte – José de Figueiredo Seixas

José de Figueiredo Seixas nasceu na Freguesia de Couto de Cima, no Conselho de Viseu, em data ignorada. Casou-se em 16 de setembro de 1728 na Sé do Porto, com Isidora Teresa Angélica. Em 1760, ele e sua esposa receberam o hábito de irmão terceiro do Carmo, em troca de seu trabalho de pintura do retábulo da respectiva igreja. Faleceu na cidade do Porto em 26 de março de 1773, sendo sepultado no dia seguinte na nave da Igreja da Ordem Terceira do Carmo, reconhecida como sua melhor obra arquitetônica.

Seixas começou como pintor de afrescos, aprendendo o ofício com Nicolau Nasoni, pintando as tribunas da Sé (1743) e Capela Nova de Vila Real de Trás-os-Montes (1745). Supõe-se que iniciou sua carreira de arquiteto em Vila Nova, onde os críticos Robert Smith e John Bury, por razões estilísticas, atribuem-lhe a construção da capela do Solar dos Mateus (1743) e a fachada da Capela Nova (1753). Com originais fachadas, as duas capelas apresentam portada ladeada por colunas de fuste cintado sobre mísulas, lembrando a mesma solução adotada no frontispício da Capela de São Francisco de Assis e da Matriz de Nossa Senhora do Pilar, de Vila Rica, obras que neste estudo atribuímos à participação de Francisco de Lima Cerqueira.

A obra arquitetônica de maior destaque de Seixas foi com certeza a Igreja da Ordem Terceira do Carmo, no Porto, com pedra fundamental lançada em 29 de agosto de 1756 e aberta ao culto em 24 de agosto de 1768. A fachada desta igreja introduz no Porto a linguagem inovadora do rococó, conhecida através da circulação de gravuras ornamentais francesas e alemãs. Pilastras e entablamentos dividem harmoniosamente a frontaria, revestidos de ornamentos *rocailles*, guirlandas e festões, nichos com esculturas de santos carmelitas e frontão mistilíneo, demarcando-se os jarrões e mais esculturas de santos. O efeito sinuoso e rendilhado segue a estrutura básica da fachada da capela da Irmandade dos Clérigos, lições lançadas anteriormente por Nicolau Nasoni.

Implantada numa esquina, de frente para Praça Gomes Teixeira, a igreja da Ordem Terceira fica encostada à igreja dos Carmelitas, esta última a partir dos riscos de Nasoni. Seixas teria proposto estender a varanda existente na fachada da Ordem Terceira, sobre a porta principal, dobrando o cunhal e correndo até a porta lateral de acesso ao coro. Seria uma varanda na fachada em forma de L, algo inédito para

época. A Mesa pediu parecer a Nicolau Nasoni, o qual se opôs à intenção de Seixas, justificando que a varanda não deveria “dar volta aos cunhais os quais conforme a boa arquitectura devem continuar livres de outro ornato”.⁷⁴

Considerado um artista multifacetado, Seixas se dedicou à atividade docente. Talvez, uma das funções mais interessante deste pintor-arquiteto foi a de mestre da Aula de Riscar. Quando jovem, fez a tradução para o português da edição italiana do manual do jesuíta Andrea Pozzo, *Perspectiva pictorum et architectorum* (Roma, 1700), manuscrito datado de 1732, com várias observações e uma série de receitas de tintas anexas. Este exemplar atualmente se encontra depositado na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Em 1762, Seixas redigiu o *Tratado da Ruação para Emenda das Ruas, das Cidades, Vilas e Lugares deste Reino*, manuscrito que permaneceu por muito tempo inédito, dedicado a Sebastião José, Conde de Oeiras (depois Marquês de Pombal). Atualmente, este manuscrito está depositado na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Segundo o referencial Dicionário de Arte Barroca em Portugal, este longo manuscrito “constitui a resposta portuense à reconstrução de Lisboa, ao mesmo tempo que a primeira tentativa de sistematizar em disciplina e erguer ao estatuto de ciência a prática urbanística”. Seixas teoriza a atividade dos arruadores, dos engenheiros de pontes e calçadas, combinando leituras dos teóricos da cidade ideal, como Alberti e Cataneo. Também aproveita das experiências dos engenheiros civis e militares em Portugal e no Brasil, como a nova Lisboa e o Rio de Janeiro, duas capitais modelos para “o que cita de ‘cidade regular’, a cujos princípios rectilíneos quer reduzir não só as principais cidades do Reino, mas as povoações, na região, e todo o território nacional”.⁷⁵

Um trecho que nos chama atenção é sobre as larguras das vias e sua proporção com as edificações, principalmente as relacionadas com os templos. No capítulo “Da organização da cidade”, diz que as ruas de novas povoações serão

⁷⁴ GOMES, 2007, p. 65: Livro primeiro das resoluções da Mesa, fls. 49-49v / Arquivo da Ordem do Carmo.

⁷⁵ Dicionário de Arte Barroca em Portugal, PEREIRA, José Fernandes (dir.), PEREIRA, Paulo (coord.), 1989, p. 443-4.

uniformes e retas, e que nas povoações existentes, elas deverão ser corrigidas segundo os princípios deste tratado. A medida ideal para as ruas é de 50 palmos (12 metros) e para as travessas que as cortam, tradicionais no mundo português, poderiam ter 25 palmos (6 metros), aceitando, conforme necessidade, o mínimo de 18 palmos (4,32 metros, aproximadamente).⁷⁶

Seixas aponta, neste tratado, que a relação proporcional de 2/3 entre altura do edifício e largura da rua é aspecto fundamental para a boa imagem de uma povoação, remetendo-se às cidades ancestrais do tratado de Leon Baptista Alberti, o qual recomenda a mesma proporção a ser adotada no desenho dos templos:

E assim como com a altura do templo se proporciona a largura do mesmo templo, que quando tiver três partes de alto tenha o dito templo de largo duas dessas partes; assim também tendo as casas ordinariamente três sobrados, que com o andar das logeas fazem quatro andares, e para as salas serem desafogadas em altura, terão de alto em cada hum andar 18 $\frac{3}{4}$ palmos pela razão, que adiante se dirá, e juntos os palmos dos quatro andares fazem 75. os da altura da casa. E assim tomando para largura da rua dois terços de 75., vem a ter a rua de largo sincoenta palmos, que he a medida, que deve ter. (Tratado de Ruação..., f. 8, cit. GOMES, 2007, p. 183)

Quando a topografia permitia, esta proporção 2/3 para a fachada do templo (largura/altura) e para a constituição de novas ruas e seu casario, foi cuidadosamente adotada nos arraiais e freguesias de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII. A harmonia dos templos de pedra nas “praças longas” deve-se a esta proporção, também respeitando a distância entre as testadas das ruas que delimitam o adro, correspondendo a três (3) larguras do templo. Melhores exemplos da proporção templo e largura da praça são Oliveira e Campo Belo, cuja autoria atribuímos ao português Francisco de Lima Cerqueira.

Até o momento, não encontramos referência alguma sobre a relação de Lima Cerqueira e Figueiredo Seixas, mas tudo leva a crer que o jovem arquiteto foi um representante direto das lições do mestre Seixas, tendo frequentando sua “sala de risco” anos antes de embarcar para o Brasil.

Na primeira página do Tratado da Ruação, Seixas se identifica como *Mestre da aula de riscar na cidade do Porto*. Para Luís Miguel Gomes, esta atividade docente

⁷⁶ GOMES, 2007, p. 180.

“trata-se duma ‘sala de risco’ de âmbito camarário, criado pela Junta de Obras Públicas do Porto para execução das plantas necessárias à renovação da cidade e preparação de técnicos, tal como em Lisboa existia a ‘Casa do Risco das Obras Públicas’”.⁷⁷

É possível que a “sala de risco” de Seixas tenha funcionado por volta de 1732, quando o mesmo traduz o tratado de Andrea Pozzo, *Perspectiva de Pintores Architectos*, considerado um manual de consulta própria ou de ensino de técnicas e métodos. Outra obra teórica de Seixas que denuncia sua função docente é o desaparecido *Arte de Edificar*, sobre edificações urbanas, citado mais de uma vez nas páginas do Tratado da Ruação. Provavelmente, este manuscrito serviu como manual na formação dos mestres de obras e pedreiros do Norte de Portugal, principalmente os emigrados para as Minas Gerais do Brasil.



Figura 55. José de Figueiredo Seixas. Igrejas de Nossa Senhora do Carmo (1768), Clérigos da Vila Real (1753) e Capela Solar de Mateus. Nota-se a utilização de colunas geminadas, sustentando três níveis em ordem clássica, cujo centro da portada eleva-se com nicho, óculo, cartela e estatuária. Fonte: Colagem do autor

⁷⁷ GOMES, 2007, p. 55.

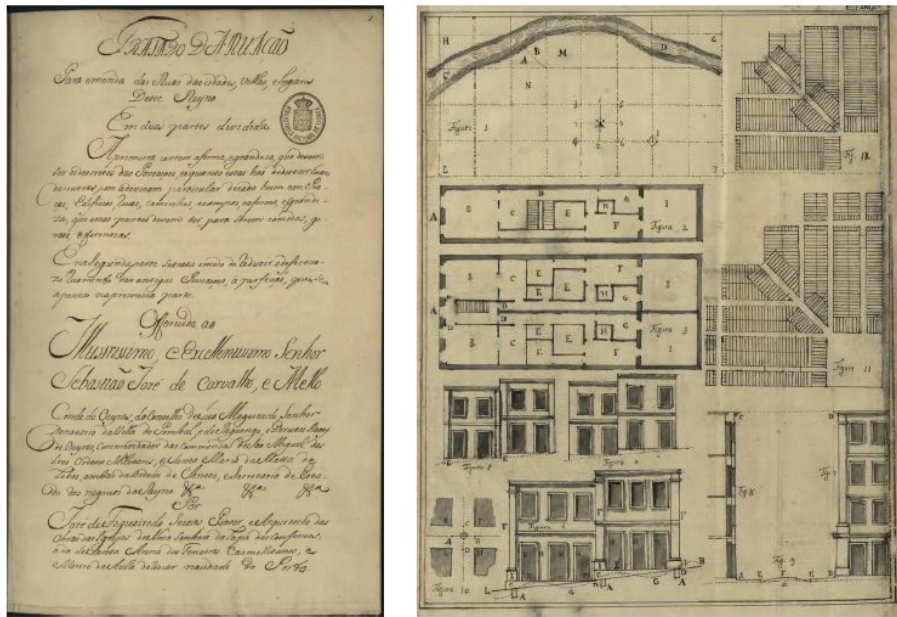


Figura 56. José de Figueiredo Seixas. Páginas manuscritas do Tratado da Ruação (1773). Fonte: Biblioteca Nacional Digital de Portugal



Figura 57. José de Figueiredo Seixas. Comparação do esquadriamento das fachadas da Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo do Porto, do Santuário de Nossa dos Remédios, de Lamego, e da Capela de Nossa Senhora do Carmo, de Vila Rica, esta última, projetada por Francisco de Lima Cerqueira. Foto: Colagem do autor

2.8. Escola Portuguesa do Norte – André Soares

André Ribeiro Soares da Silva nasceu em Braga, em 30 de novembro de 1720, falecendo na mesma cidade em 26 de novembro de 1769. Foi um arquiteto de múltiplas funções, desenhista e cartógrafo. Nasceu em uma família de posses, não necessitando de ofício para seu sustento.

Nada se sabe sobre sua formação na área de desenho ou de projeto de arquitetura. Em 15 de abril de 1737, começou a correr a sua *inquirição de genere*, a fim de requerer a entrada no clero, porém não passou das ordens menores, sendo irmão das confrarias de Santo Antonio e de São Miguel-o-Anjo. Em Braga, teve o apoio e mecenato do arcebispo D. José de Bragança (1741-1756), irmão do rei D. João V, com formação jesuíta de vasta cultura.

André Soares transitou entre as correntes artísticas tardo-barroco e o rococó, sendo autor das edificações mais emblemáticas de Braga no século XVIII, como o Paço Arquiepiscopal de Braga (1743), o Palácio do Raio (1752), a Capela de Santa Maria Madalena da Falperra (1753), a Casa da Câmara Municipal (1753), a Igreja e o Convento dos Congregados (1755-1761), a Capela de Nossa Senhora da Torre (1756), o terreiro com as Três Capelas do Bom Jesus do Monte (1748) e a Casa Rolão (1758). Também riscou obras arquitetônicas e talhas em madeiras em toda região Norte de Portugal, como Viana do Castelo e Lamego, finalizando sua curta carreira na cidade de Guimarães, com a bela Igreja dos Santos Passos.⁷⁸

Nesta igreja, André Soares trabalhou com o mestre pedreiro Diogo Soares⁷⁹, o qual resolvia a parte técnica construtiva de boa parte de suas obras. André Soares projetava e desenhava, não era um artífice executor dos projetos.

A Igreja dos Santos Passos é bastante documentada, pela existência do livro de obras da Real Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos, fundada por um grupo de estudantes em 1594, confirmada canonicamente em 1596. Em primeiro momento foi instalada na capela de Nossa Senhora da Consolação, no extremo do Campo da Feira, junto às hortas do Prior. Com o aumento do culto ao Senhor dos Passos, em 1727, a Irmandade providenciou a construção de sete Passos

⁷⁸ Comentários sobre as obras citadas no livro de Eduardo P. de OLIVEIRA, 2014.

⁷⁹ Apesar do sobrenome “Soares”, Diogo não era familiar de André Soares.

da Paixão de Cristo, espalhados pela vila a partir do Campo da Feira. Aumentando-se o movimento, em 1769, a Mesa decidiu ampliar a velha capela, para melhor acomodação dos fiéis, e foram em busca de um bom arquiteto. O livro de obras ajudamos a compreender melhor este processo:

“Estes zelosos e rectos administradores cuidarão, como já haviam cuidado, os emediactos [antecessores] na aplicação de se fazer o risco da obra, com todo o desempenho, procurando com diligencia e actividade architecto perito que o fizesse, e, com efeito, persuadirão ao famoso curioso na arte de architectura Andre Ribeiro Soares da Silva, da Cidade de Braga, que fizeram vir a esta capella ver o citio em que se pretendia formalizar a sumptuoza obra para idear o mesmo risco e planta [f. 5v] que vindo, e vendo tudo, tomou a incumbência de o fazer. Cuidou ce com eficácia em que a desse com a possivel brevidade; porem, como a sua deliberação precisava de tempo para o acerto, além das grandes occupações em que he constetuido, levou tempo...” (Eduardo P. de OLIVEIRA, 2017, p. 97)

O documento não informa quais razões levaram a escolha de André Soares e em que data esteve em Guimaraes, apenas que foi antes do “tempo quaresmal do anno de 1769”. Houve uma reunião da Mesa em 14 de junho do mesmo ano, para aprovação:

“Chegado o risco e planta da obra cuidou a dita meza em lhe dar principio para que não ficasse sepultado no esquecimento das mezas futuras e da irmandade e ainda dos devotos deixarem de continuar com tão sumptuoza obra, que não so há de servir para honra e gloria, e honrra de Deus, mas também para a grandeza da terra e admiração do povo que nella empregar a vista porque foi o dito risco e planta patente e visto não so pella irmandade, mas ainda por [f. 6v] muitas pessoas principaes e de juízo claro e curiosos e ainda por mestres peritos na arte da Architectura que todos uniformemente aprovarão e repetirão a execução de tão famosa obra a sumptuozo templo com a poçivel brevidade.” (Eduardo P. de OLIVEIRA, 2017, p. 97-8)

Não há registro de compromisso de André Soares para acompanhamentos das obras. Diogo Soares, por ordem da mesa, foi chamado para fazer o orçamento e acompanhamento da obra. Como André, Diogo não quis receber pelos honorários.

Para conferir o terreno proposto para implantação do templo, André Soares deslocou novamente a Guimaraes para estudar o sítio, o qual ficava próximo ao pequeno rio vimaranense. Afastou ligeiramente do rio e criou uma plataforma, para que a igreja pudesse ficar mais visível no Campo da Feira. Na revisão do projeto, gastou uma das “quatro folhas de papel imperial... em que dispõem as plantas, riscos

ou desenhos que achão assinados... pois o primeiro papel Mostra... todo o terrapleno, aria, e âmbito e superfície da terra".⁸⁰

No final de 1769, André Soares faleceu, não vendo o desenvolvimento da obra, construída pelos pedreiros Bortolo Domingues, Antonio Francisco e Miguel Carvalho de Arões. A igreja foi consagrada pelo arcebispo de Braga em 1785 e completamente finalizada apenas em 1862, quando assentaram as duas torres sineiras neobarrocas, de autoria de Pedro Ferreira, com certeza não seguindo os riscos originais de André Soares.

A arquitetura da Igreja dos Santos Passos é um dos momentos ápices do tardo-barroco português. Apresenta frontispício bombeado, com torres recuadas, frontão mistilíneo pontilhado de esculturas e cruz, portada ladeada por colunas de fuste cintado, com entablamento em abertura, e um pequeno adro e escadaria de acesso reforçando o movimento da fachada. A nave única é longa, retangular, com cantos internos arredondados. A escala e proporção destes elementos se assemelham, incrivelmente, à Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis em Vila Rica (Ouro Preto), riscos de 1766, que atribuímos ao português Francisco de Lima Cerqueira.

⁸⁰ Eduardo P. de OLIVEIRA, 2017, p. 98.

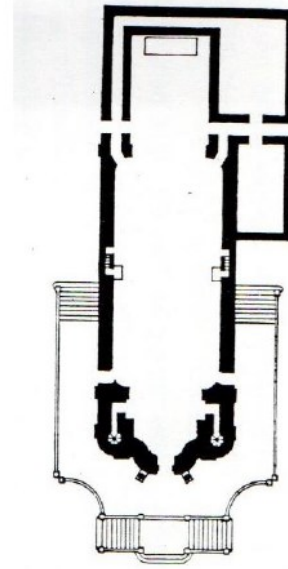


Figura 58. André Soares. Guimarães, fachada e planta da Igreja de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos. Fonte: Colagem do autor



Figura 59. André Soares. Comparação da fachada da Igreja de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos, em Guimarães, com as igrejas mineiras atribuídas ao arquiteto Francisco de Lima Cerqueira, Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, de Ouro Preto, e Igreja Matriz Velha de Oliveira. Nota-se o avanço da fachada e o recuo das torres cilíndricas, tão aclamadas pela crítica europeia. Fonte: Colagem do autor

CAPÍTULO III
Plenitudes da Praça Longa

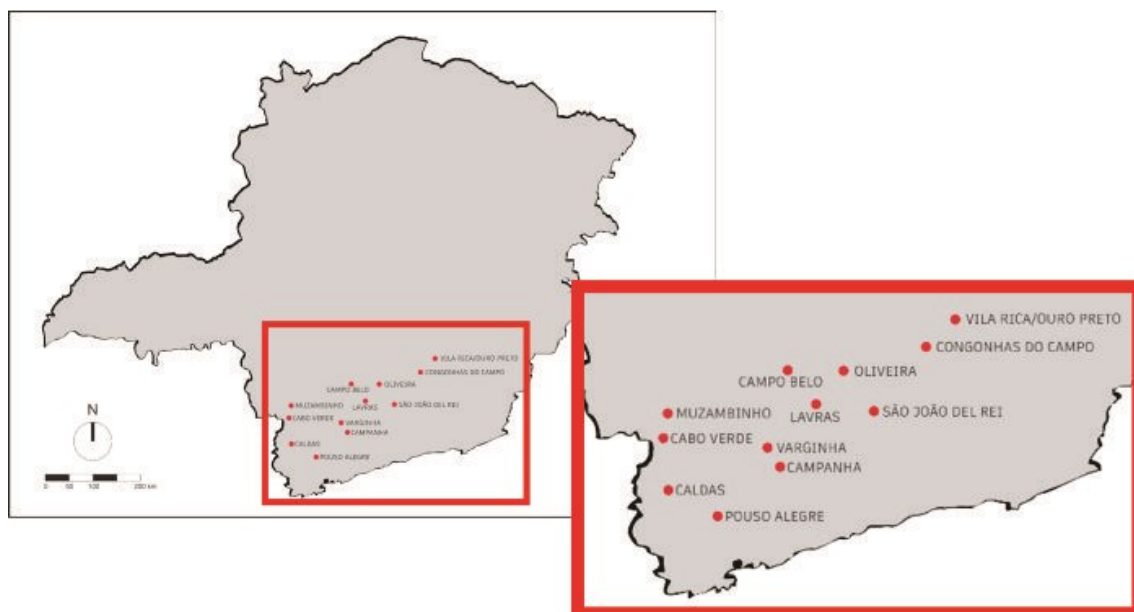


Figura 60. Mapa de Minas Gerais, com apontamentos das cidades selecionadas para o estudo das “Praças Longas”. Fonte: Produzido pelo Autor

Os exemplares selecionados para este estudo concentram-se no antigo território da Comarca do Rio das Mortes, cuja cabeça era a Vila de São João del-Rei, hoje correspondente à mesorregião do Campo das Vertentes, em direção à fronteira com o Estado de São Paulo. O modelo “Praça Longa” foi sendo disseminado no sentido sul-sudoeste, movimento histórico representado pela evasão populacional da região mineradora, após sua exaustão, em busca de novos rincões de ouro e campos para cultivo e criação de gado.

Partindo do centro administrativo da Capitania, Vila Rica / Ouro Preto, e do centro de peregrinação religiosa, Congonhas do Campo, tratados anteriormente, dispomos os demais exemplares em ordem cronológica das ocorrências: São João del-Rei, Campanha, Oliveira, Campo Belo, Lavras, Pouso Alegre, Caldas, Cabo Verde, Varginha e Muzambinho.

3.1. São João del-Rei

Praça Longa: Rua Direita (atual Getúlio Vargas)

A partir de 1721



Figura 61. Praça Longa da Paixão, em São João del-Rei, Minas Gerais. Fonte: Produzido pelo autor a partir de imagem via satélite

No Brasil, o exemplo mais representativo da configuração de “Praça Longa” está na cidade de São João del-Rei, onde historicamente combinaram-se as necessidades físicas topográficas, as tradições religiosas e o planejamento urbano.

A circunstância de mineração em aluviões e morros de faisqueiras, o risco de enchentes e desmoronamento, levou a coroa a exigir a construção do casario em local mais afastado. No caso de São João del-Rei, concentrou-se no caminho de acesso, alargando-se a estrada e pontuando-a de igrejas e capelas.

As autoridades da capitania logo perceberam que a coexistência de habitações e de “serviços de mineração” nos mesmos terrenos era prejudicial tanto à atividade extrativa quanto à consolidação e ao “aumento” dos núcleos urbanos. Em 1717, ao passar por São João Del-Rei durante a sua viagem de São Paulo às Minas, o governador D. Pedro de Almeida (o conde de Assumar) se espantara com o aspecto da povoação, que, podendo ser uma

das mais bem plantadas vilas da capitania – pois dispunha de um sítio relativamente plano -, era uma das piores... (FONSECA, 2004, p. 243)

Quando a Vila foi criada, em 1713, no arraial do Rio das Mortes, o governador anterior, D. Brás Baltazar da Silveira, havia decidido mudar a povoação de lugar, separando-a das minas de ouro. Deveria desenvolver em torno do pelourinho, na chapada do morro. Mas a decisão do governador não contou com o apoio da população, preferindo residir sobre suas lavras auríferas, a fim de vigiá-las de perto. O governador insistiu na sua decisão, em 1714, sob pena de castigos, porém a ameaça não surtiu efeito.

A Igreja Matriz foi um dos poucos edifícios transferidos no sítio assinalado pelo governador, à margem direita do córrego do Lenheiro, à meia encosta do Morro da Forca. Com a expansão muito lenta e o arruinamento da antiga Matriz, em 1721 decidiu-se pela reconstrução da igreja em local mais cômodo para os fregueses, ou seja, no arraial primitivo, o “coração da vila”. O esgotamento das minas às margens do Lenheiro deu segurança à ocupação e a população foi se mudando lentamente para o local, em torno da nova Igreja Matriz. Conforme descrição da vila realizada por volta de 1750:

Este templo “foi levantado dando frente para a principal via urbana, que corria paralela ao córrego, a Rua Direita, em cujas extremidades seriam instaladas, posteriormente, duas outras igrejas: ‘da parte esquerda, a de Nossa Senhora do Monte do Carmo, e da parte direita da Matriz, a de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos; olhando uma e para outra como a matriz em meio fazem uma vistosa perspectiva” (FONSECA, 2004, p. 244)

Outros prédios importantes se instalaram próximos à Matriz, como a Cadeia, a Câmara, a transferência do pelourinho e a Santa Casa. A Rua Direita de São João del-Rei, agora com largura mais generosa, só vai ser ocupada por casarões e sobrados a partir de 1740, quando também serão construídas as pequenas capelas dos Passos.

Em extensão à Rua Direita, atravessa a ponte do Rosário sobre o Córrego do Lenheiro, desembocando na Rua Padre José Maria Xavier, antiga Rua da Prata. Este

logradouro trata-se de uma “avenida” com canteiros arborizados, cujo nome “da Prata” consta mais de 200 anos.

Existem referências no Senado da Câmara datadas de 1751, quando os Irmãos Terceiros da Venerável Ordem de São Francisco de Assis, solicitaram medição de terras que lhe foram concedidas. Outra referência é de 1781, quando a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos pagou a Manoel Tavares, madeiras que foram compradas para o Passo da Rua da Prata. Além dos sobrados e casarões de destaque, nesta rua existiu o primeiro Teatro de São João del-Rei (1837). (Sebastião de Oliveira Cintra, “Nomenclatura de Ruas de São João del-Rei”)

A Rua da Prata tangia o largo da magnífica Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, projetada e construída por Francisco de Lima Cerqueira e com uma das mais belas portadas executadas por Aleijadinho. Neste largo sinuoso de palmeiras imperiais, fecha-se o circuito dos Passos da Paixão de Cristo. Até hoje, São João del-Rei preza em brilhantismo e espetáculo de suas cerimônias e procissões religiosas, principalmente durante a Semana Santa e Corpus Christi.

Seu modelo sacro-urbano espalhará pela região, rumo ao sul de Minas, até o final do século XIX: uma estrada que se alarga, com dois templos nas extremidades e algumas capelinhas dos Passos, anualmente a imitar Jerusalém.



Figura 62. São João del-Rei, Rua Getúlio Vargas, antiga Rua Direita, anos 2000. Partindo da fachada da Capela da Ordem Terceira do Carmo, esta rua varia em suas larguras até a fachada da Capela de Nossa Senhora do Rosário. Através das capelas dos Passos, dá passagens às encenações da Semana Santa. Fonte: <https://i.pinimg.com/originals/3c/59/62/3c59622bbe0e11b70ab84e5117zead45.jpg>



Figura 63. São João del-Rei, Rua Getúlio Vargas, antiga Rua Direita, a partir da cobertura da Capela de Nossa Senhora do Rosário. Fonte: Beni Jr. Fotos



Figura 64. São João del-Rei, Rua da Prata (atual Padre José Maria) e Largo de São Francisco, final do século XIX. Uma das primeiras avenidas projetada no Brasil, esta larga “rua” complementava o impacto frente à Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, obra-prima do arquiteto Francisco de Lima Cerqueira. O pátio da capela, também projeto deste arquiteto, estava por ser montado. Fonte: Arquivo Público Mineiro



Figura 65. São João del Rei. Capela da Ordem Terceira do Carmo em postais do início do séc. XX. O adro com escadaria foi retirado década depois, pois atrapalhava o trânsito. Fonte: Acervo do autor



Figura 66. São João del Rei, Ponte do Rosário e Rua da Prata, postais do início do séc. XX. A ponte de pedra foi projetada e construída por Lima Cerqueira, dando acesso definitivo à moderna avenida de da vila. Fonte: Acervo do autor

3.2. Campanha

Praça Longa: Praça da Matriz (atual Praça Dom Ferrão)

A partir de 1737, ampliada em 1785



Figura 67. Praça Longa da Paixão em Campanha. Fonte: Elaborado pelo autor a partir de imagens de satélite

As minas do Rio Verde, descobertas em 1720, ficaram por muito tempo abandonadas. Em 1837, o governador da Capitania de Minas Gerais, Dom Martinho de Mendonça de Pina e Proença, recebeu a notícia de que alguns faiscadores, considerados criminosos, estavam explorando essas minas sem o devido controle do fisco. O governador pediu ao ouvidor da Vila de São João del-Rei, Cipriano José da Rocha, para conferir o que estava acontecendo, e o mesmo providenciou imediatamente uma comitiva para a longa viagem. Toda sua diligência foi relatada ao governador através de cartas. Das mais importantes ações aplicadas por Cipriano, com certeza, foi a fundação de um arraial com visão urbanística de uma vila.

Para Cícero Ferraz Cruz, essas cartas revelam que “a fundação de uma povoação fazia parte de uma estratégia sistemática do Estado para a constituição de seu território”. E as ações do ouvidor não estavam dissociadas das questões urbanísticas, analisa Cruz, “pois uma povoação não era apenas um aglomerado de

peças, uma povoação era uma célula do corpo do reino e sua constituição física deveria espelhar essa posição”.⁸¹

Na primeira carta, datada de 4 de outubro de 1737, após três dias de diligência, Cipriano descreve a região e cita as providências para a implantação do arraial:

As terras destas Minas, é uma dilatada Campanha do Rio Lambary para dentro; excepto uma serra que tem o seu principio no mesmo rio e se ditata por espaço de uma légua, todo coberta de mattos, por onde vem a estrada, que mandei abrir e achei muito capaz; são os ares muito alegres de maravilhosa vista, e com melhor assento que as terras de São João de'El-Rey; [...]

Escolhi a beneplacito de todos o sitio para o arraial, adonde mandei fazer um rancho para mim á minha custa, e ordenei que todos fizessem para si no mesmo sitio, com ordem de ruas, praça e igreja; também demarqueei terra para Casa da Intendencia si vier a ser necessário, e que em breves tempos será preciso mandar Sua Magestade fazer villa, e por isso dei forma ao arraial, para que não succedesse irregularidade, que se acha nas villas destas Minas. (Apud VALLADÃO, 1937, v. I, p. 250)

A característica de uma “campanha” de rio denuncia a futura toponímia do local, e os ares “alegres” dessa paisagem relativizam o vale estrangulado pelas montanhas de São João del-Rei. Na formação do arraial, fez um rancho próprio especial e outros para os integrantes da comitiva, a demarcação das “ruas ordenadas”, do terreno para a praça e para uma igreja, evitando, desta maneira, as “irregularidades” tão comuns em outras vilas de Minas Gerais. Sugeriu, também, o lugar para futura Intendência, na pretensão da autorização régia para criação de uma vila.

Na segunda carta, datada de 9 de dezembro de 1737, a descrição dos feitos torna-se mais detalhada:

Em todos os córregos e ribeiros se acha ouro que entra para a terra, pelo que promete duração. [...] Comprehende o descoberto em circuito mais de vinte léguas. / Fundei um Arraial em forma de Villa, a que se deu o nome de São Cypriano, que está povoado com praça e ruas em bôa ordem e muito boas casas; e ficava-se entendendo em fazer Igreja. / Determinei terra para casa de Intendencia que será precisa. (Apud VALLADÃO, 1937, v. I, p. 247)

⁸¹ CRUZ, 2016, p.50.

Neste trecho, percebe-se a melhora na construção das casas, substituindo os primeiros ranchos, a adoção do nome do ouvidor à localidade, através de seu santo padroeiro, e a confirmação dos terrenos para construção da Igreja e da Intendência, preparando-se para os seguintes estágios de emancipação eclesiástico e civil, de freguesia e de vila.

As medidas reguladoras do ouvidor foram de fato implantadas. A configuração viária básica do Arraial de São Cipriano ainda permanece no centro de Campanha, tendo como via de entrada a rua Direita, atual Saturnino de Oliveira, fazendo ligação “direta” e “reta” do Largo das Almas com a antiga Praça da Matriz, a parcela inferior da atual Praça Dom Ferrão.⁸²

Na quarta carta, datada de 9 de dezembro de 1737, Cipriano confirma a regularidade do Arraial, à maneira de Portugal.⁸³ Também investe, a suas custas, em uma “nova picada”, de menor distância até a Vila de São João del-Rei, a fim de garantir o não despovoamento do Arraial:

[...] o Arraial, a que dei o nome de São Cipriano fiz regular em forma de Vila, não como as destas minas, mas como qualquer de Portugal e é preciso que lhe constitua justiça; longe desta Vila, sem embargo que tenho mandado nova picada por onde a jornada de 3 dias desta Vila, mas sempre é longe o Arraial se não despova; em tudo fiz bastante despesa, de que tenho gasto pelo serviço que fiz a Sua Majestade; o portador como testemunho de visita e bom oficial, informará a Vossa Senhoria tudo quanto deixo de relatar. (Apud CRUZ, 2016, p. 64)

Apesar da urgência relatada pelo ouvidor em 1737, o arraial de São Cipriano somente foi elevado à vila em 1798, principalmente pela dificuldade da Câmara de São João del-Rei em aceitar a divisão de seu termo. Logo após a criação do arraial,

⁸² CRUZ, 2016, p. 336: “Em contraponto à Praça da Matriz, na outra ponta da Rua Direita, ficava o Largo das Almas, que era uma espécie de ‘praça de chegada’, um grande terreiro na parte baixa da vila. [...] No Largo das Almas ficavam o comércio, as tropas, os viajantes, as hospedarias. Este terreiro era um campo aberto, definido ao sul pela povoação e ao norte pelo Ribeirão de Santo Antonio, sobre o qual foi construída em 1833 a Ponte das Almas que articulava o largo à estrada que levava a São João del-Rei e à capital da província.”

⁸³ CRUZ, 2016, p. 59: “O sentido de regularidade usado pelo ouvidor em sua carta certamente era formal e não legal, e enquadra-se perfeitamente em ambos os sentidos coevos registrados por Bluteau, pois o ouvidor ordenou o arraial segundo a conveniência e o decoro da ‘arte de arruar’ luso-brasileira, mas também traçou ruas retas e definiu casas alinhadas.” – BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português, e latino, áulico, anatômico, architectonio...* Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. V. 10 in *Biblioteca Nacional de Portugal / www.purl.pt*.

foi nomeado o medidor de terras Manuel Garcia de Oliveira como capitão-mor, por indicação do próprio Cipriano.

Em 1741, o Bispado do Rio de Janeiro criou a Freguesia de Santo Antonio do Vale da Piedade do Rio Verde, não mantendo seu oráculo original, São Cipriano. Anos mais tarde, o arraial já possuía juiz ordinário próprio. O arraial passou a se chamar Campanha do Rio Verde, até se tornar Vila de Campanha da Princesa da Beira, em 1798.

Cobiçado pela Capitania de São Paulo, em 1743, os oficiais da Vila de São João de-Rei tomaram posse do arraial de Santo Antonio da Campanha do Rio Verde. Um ano mais tarde, em 1744, o governador Gomes Freire criou o Julgado da Campanha do Rio Verde.

Em 1795, foi publicada Ordem Régia do Governador da Capitania para informar sobre o pedido de criação de *Villa no Arraial da Campanha*, abrindo-se longo debate entre os moradores da Campanha, a Câmara de São João del-Rei e a Coroa Portuguesa, movido principalmente pela necessidade de desdobramento do termo. O contra-argumento da Câmara de São João del-Rei não foi pautado pela questão demográfica, oito mil habitantes, suficiente para a divisão, mas, sim, pela “capacidade dos moradores”, ou seja, composto na maioria de “mulatos, escravos e mestiços”, os quais não poderiam ocupar os cargos necessários de uma vila. As argumentações da cabeça da comarca não foram suficientes para convencer a Coroa e o arraial foi declarado vila em 1798, pelo *Auto de Declaração da Criação da Villa de Campanha da Princeza por sua Magestade Fidelíssima*, e, em 1799, criada a vila pelo *Auto de Creação da Villa da Companhia da Princeza por Sua Magestade Fidelíssima*.⁸⁴

Em 26 de dezembro de 1799, foi expedido o *Auto de Levantamento do Pellourinho desta Villa de Campanha da Princeza*:

[...] foi mandado levantar o Pelourinho da referida Villa, o que com efeito se levantou com toda a solenidade de estilo no lugar onde se considerou mais próprio e acomodado e vem a ser na Praça da dita Villa defronte a Real Casa de Intendência. (Memórias Municipais – V. Campanha, Revista do Arquivo Público Mineiro I, p. 472)

⁸⁴ CRUZ, 2016, p. 70-4.

O pelourinho foi montado na antiga praça retangular, alinhada em “quadra” pelo ouvidor Cipriano em 1737. Ficava em frente à Casa da Intendência, à direita da praça, possivelmente no terreno indicado pelo ouvidor.

A Igreja Matriz de Santo Antonio foi construída em 1742, centralizando o conjunto da praça, fazendo frente à chegada da Rua Direita. A pequena capela de São Cipriano deve ter sido ampliada ou demolida, para que no mesmo local ocupasse a nova igreja, com dimensões suficientes para abrigar em seu interior 93 sepulturas.

Dez anos antes da instalação da vila, em 1785, a antiga praça foi prolongada, colina acima, alargando-se em “quadra” do lado oeste, com topografia mais favorável. Este anexo incorporou parte do caminho de acesso à Igreja do Rosário, esta, construída a partir da provisão régia de 1759.⁸⁵

A ampliação da praça central foi necessária para a construção da nova Matriz, projetada em grandes dimensões para a época. A ação foi promovida pela Irmandade do Santíssimo Sacramento, responsável pelo decoro do espaço eucarístico da Matriz, e vinha a calhar com os argumentos dos moradores para elevação à vila.⁸⁶

Para riscar e administrar as obras da nova Matriz de Campanha, a Irmandade do Santíssimo Sacramento contratou o mais importante arquiteto de São João del-Rei, Francisco de Lima Cerqueira, que na ocasião estava construindo a Igreja de Ordem Terceira de São Francisco de Assis daquela vila.

O termo do contrato foi transcrito no *Almanach da Campanha de 1900* e no “Sul de Minas” de 1937, preservando-se o conteúdo deste fundamental documento. Porém, não foi possível localizar o livro de atas da Irmandade do Santíssimo

⁸⁵ CRUZ, 2016, p. 127: “Para a construção de uma igreja de porte, cuja velha praça de 38 metros de largura já não suportaria, foi necessária a abertura de uma nova praça. O arranjo encontrado foi a demolição da velha capela e a locação da nova igreja alguns metros ‘colina acima’ nas palavras de Casadei (1987). Este deslocamento para cima permitiu o alargamento da praça, para melhor acomodação de um prédio de dimensões bem maiores do que o primeiro. Isso resultou em uma praça com duas larguras, a primeira até o alinhamento da antiga capela e a segunda até a face da nova igreja.”

⁸⁶ “Na data da *informação* da Câmara de São João del-Rei [1798], Campanha já contava com três igrejas, a Igreja do Rosário, a nova matriz ainda em obra e a Igreja das Dores praticamente pronta. Por isso, a Câmara diz que ‘não há igreja decente’, omitindo o fato de que dois importantes templos estavam sendo construídos. As datas dos documentos mostram também que, entre a petição e a elevação a vila, o arraial tratou de ornar-se de templos dignos.” (CRUZ, 2016, p. 124)

Sacramento, onde poderíamos acompanhar o processo de construção da nova Matriz.

Transcrevemos alguns trechos deste documento:

Termo em Meza redonda que se faz a respeito da nova Igreja etc. Aos dez dias do mez de abril de mil setecentos e oitenta e cinco [10.04.1785], no Consistorio da Irmandade do Smo. Sacramento, desta Freguezia da Campanha do Rio Verde, onde se achava o Irmão Provedor por seu bastante Procurador, o Padre José Xavier da Sylva Tolledo e mais Irmaons e pessôas particulares em meza redonda e também o Mestre de Obras architecto Francisco de Lima, para o efeito de se acordar na melhor direção e perfeição da nova Igreja que se pretende fazer, e pelo Architecto foi dito, em presença de todos, que se devia fundar ao pé desta e para melhor obra e perpetuação para os vindouros e melhor ser atendido por Sua Magtde, a ajuda da Capella-mór devia ser toda de pedra, pois no Pais havia muita e boa; e emquanto a factura da obra convieram todos uniformemente ficasse à direção do dito mestre, de que elle se encarregou, e outro sim conveyo a dta. Irmandade que se applicasse para principio da dta. Obra as dividas que se vem á mma. Irmandade, [...] apareceu presente Francisco Manoel de Paiva e por ele foi dito que inadvertidamente tinha feito a rematação de oito mil carros de pedras [...]; e por este temo se obriga por sua pessoa e bens a conduzir a pedra rematada, de toda qualidade que lhe for pedida pelo Mestre, ou por quem suas vezes fizer, das mesmas pedreiras descobertas, e de outras que não excedão a longitude destas. [...] Como também assentaram todos uniformes da Meza e mais Povo em que o dito Mestre dirigisse toda a Obra da Igreja, concordando todos com a sua determinação, com a declaração de que o dito Mestre devia riscar, plantar e dirigir, entregando a factura a hum Mestre de sua eleição e por elle aprovado, pagando-se-lhe a hua oitava por dia por sua vinda de S. João del-Rey a esta Fregzia, e os dias de estadia e também o sustento por conta da Irmde.; [...] e que principiada a obra se obriga o rematante a conduzir a pedra necessária a que não pare a obra por falta dela; [...] (Apud VALLADÃO, 1937, v. I, p. 252-54)

Em leitura mais atenta do termo, percebe-se que o terreno prolongado da nova praça já estava demarcado e aberto antes da contratação de Lima Cerqueira. E que a grandiosidade da igreja também estava prevista há bom tempo.

Como mestre de cantaria, Lima Cerqueira recomendou as paredes em alvenaria de pedra, ao menos na capela-mor, “pois no Pais havia muita e boa”.⁸⁷ Percebe-se, aqui, que a técnica construtiva das paredes também estava definida, em taipa-de-pilão, talvez pelo custo da alvenaria de pedra para um pé-direito tão alto. As carreatas de pedra, já compradas pela Irmandade, foram utilizadas nos arrimos do terreno e nas fundações do templo, planificando o topo de acentuado declive no canto sudeste da praça. Esta preparação deve ter arrastado por mais de um ano, pois a data de benção da pedra fundamental da igreja aconteceu no dia 21 de janeiro de 1787.

⁸⁷ “País”, no sentido da “terra”, da “região”, dicionário MORAES SILVA, 1813, p.383.

As medidas do templo ultrapassavam várias igrejas mineiras da época, com 25 metros de largura por 75 metros de comprimento. E a espessura das paredes de taipa chegava a um metro e oitenta centímetros, muito mais larga que as paredes de taipa da Catedral de Campinas (SP), construída a partir de 1807. O povo campanhense se orgulhava da técnica construtiva adotada, como testemunha Bernardo Saturnino da Veiga, em seu Almanach Sul-Mineiro:

A matriz da Campanha foi feita de taipa, e a terra nella empregada, de superior qualidade, conduzirão-n'a de grande distancia; e forão todos os habitantes da futura cidade, sem distincção de sexo, sem atender-se à idade, fortuna ou posição social, que carregarão na cabeça os primeiros elementos para a construção da majestosa egreja; hoje, quando a necessidade exige a menor demolição em qualquer parede do templo, encontra-se neste trabalho quase que a mesma resistência que oferece um edificio feito de pedra e cal. A fé, o espirito religioso dos primeiros operários talvez petrificasse a terra. (VEIGA, 1874, p. 51)

Consequentemente, a construção da nova Matriz de Campanha se arrastou por 35 anos, sendo benta no dia 31 de março de 1822, com muitas festas. Ficou sem torres por bastante tempo, só construídas a partir de 1871. Houve várias campanhas para a continuidade das obras, inclusive promovidas pelos cofres provinciais, mas as torres só foram finalizadas por volta de 1885.

A Matriz foi reformada interiormente em 1900, pelos jesuítas, para as festas de fim de século. Tornou-se Catedral da Diocese de Campanha em 1909.⁸⁸ Sua fachada e torres foram totalmente reformulados em 1925, pelo bispo Dom João de Almeida Ferrão, mudando-se o estilo para neogótico. Em 1948, foi empreendida uma reforma radical nas paredes da nave principal, abrindo-se as grossas taipas para os corredores laterais, sustentadas por arcos de concreto armado.

O detalhe ilustrativo da Vila da Campanha da Princesa, no mapa feito pelo Capitão de Ordenança Francisco Salles, cerca de 1800,⁸⁹ é uma representação muito próxima da realidade, com uma praça extensa, concentrada no espigão da colina, ocupada por casario até a fachada da nova Matriz em construção. Ao centro, o

⁸⁸ BARBOSA, 1971, p. 99: "A diocese de Campanha foi criada por decreto pontifício de 8 de setembro de 1907. Foi solenemente instalada a 13 de junho de 1908."

⁸⁹ *Mappa de toda a extensão da Campanha da Princeza, feixada pelo Rio Grande, e pelos registros, que limitão a Capitania de Minas*. Capitão de Ordenança Francisco Salles (c. 1800), 35 x 41 cm, manuscrito e aquarela, AHU, n. 263/1170, originalmente incluído no códice n. 2167, intitulado: "Livro de Creação da Campanha da Princeza". (COSTA, 2005, p. 123)

pelourinho, erigido em 1799, em frente à Casa da Intendência. E para o lado oeste, em direção à estrada para São Paulo, a expansão do casario, entre travessas e a Rua do Fogo.

Podemos dizer que esta configuração lembra muito as “Praças Longas” tratadas durante o mesmo período nas aplicações de Oliveira e Campo Belo, as quais atribuímos ao arquiteto e mestre de cantaria Francisco de Lima Cerqueira. Em Campanha, a chegada de Lima Cerqueira ocorreu durante a abertura e alongamento da praça, o que traz dúvidas sobre sua interferência efetiva neste espaço.

Pela condição de vila e sua representação política e cultural no Sul de Minas na primeira metade do século XIX, Campanha tornou-se uma das referências tipológicas de “Praça Longa”, aquelas que somam larguras diferentes em terrenos levemente acidentados.

Em Campanha, Lima Cerqueira demonstrou seus conhecimentos técnicos construtivos, recomendando o uso de pedra da região, apesar das paredes construídas em grossa taipa-de-pilão, não permitindo a leveza e graça do gosto rococó.

Lembremos que as obras se arrastaram na primeira metade do século XIX, décadas após o falecimento de Lima Cerqueira (1808), mas, provavelmente, seus riscos e determinadas peças confeccionadas em pedra para acabamento de portas e janelas tenham permanecidos no canteiro de obras. Quanto às estruturas, Lima Cerqueira executou ou acompanhou a terraplanagem do morro, a construção do extenso muro de arrimo em pedra e as fundações do templo. Entre os fragmentos localizados, estão a portada principal, em arco pombalino, retirado na reforma da fachada no início do século XX, e as seteiras projetadas para as torres, em formato “8”, três delas aproveitadas como respiratórios de porão do Palácio Episcopal, atual Museu Regional.

Podemos atribuir a Lima Cerqueira as soluções adotadas na capela-mor, principal objeto de seu contrato, no arco-cruzeiro e na capela do Santíssimo. Destaque para os três altos retábulos, com seus respectivos altares – dois laterais ao arco-cruzeiro e outro da capela do Santíssimo –, com sofisticados entalhes em *rocaille*, sanefas, escudos e buquês de querubins, da última fase do rococó mineiro. Seus

riscos são, provavelmente, de Lima Cerqueira, repassados e executados por algum bom artífice sanjoanese. O retábulo e altar da capela-mor não são de sua criação, executados em meados do século XIX.

O arco-cruzeiro apresenta a mesma solução arquitetônica adotada no arco-cruzeiro da Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, em Vila Rica (Ouro Preto), mas sem os entalhes do escultor Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. O desenho é o mesmo do risco original da capela-mor dessa capela franciscana, exposto no Museu da Inconfidência, que em nossa tese atribuímos a Lima Cerqueira. São embutidos dois púlpitos entre as pilastras de arranque do arco, porém os mesmos são revestidos em madeira, com a mesma talha rococó dos retábulos.

Em Campanha, existe uma capela de construção particular dedicada à Nossa Senhora das Dores, erguida pelo afortunado minerador José de Jesus Teixeira ao lado de seu sobrado, na antiga Rua Direita (atual Saturnino de Oliveira). Possui fachadas erguidas em alvenaria de pedras, com janelas e portada em cantaria, cuja pedra de fecho do arco pombalino apresenta *in cavo* a data de sua finalização, 1799. Seu interior era decorado por três retábulos e altares, em madeira dourada, e com pinturas nos tetos feitos pelo artista Bolina, que infelizmente deterioraram-se pelas goteiras ainda no século XIX. É provável que esta capela tenha risco e acompanhamento de Lima Cerqueira, apesar da falta de documentação segura para tal atribuição.



Figura 68. Detalhe ilustrativo do “Mapa de toda a extensão da Campanha da Princeza., feixada pelo Rio Grande, e pelos registos, que limitão a Capitania de Minas”, de 1799. Representação mais próxima da vila de Campanha da Princesa, com a projeção dos dois largos somados, a nova Matriz em construção, o pelouro ao centro, ladeados por denso casario. Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino



Figura 69. “Cidade da Campanha da Princeza / Vista tirada do Alto do Morro de Santa Cruz”, litogravura de Sebastién Auguste Sisson, c. 1860. Esta litogravura faz parte de uma série de ilustrações sobre as vilas mineiras do segundo Império, destinadas às publicações de almanaques e imprensa em geral. Fonte: Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort



Figura 70. Campanha, Praça da Matriz, atual Praça Dom Ferrão, 1900. Com o desenrolar da arborização, a praça torna-se um convite ao lazer da população. Fonte: Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort



Figura 71. Campanha, Praça da Matriz (atual Praça Dom Ferrão), 1912. A junção de duas praças retangulares, a primeira de 1737 e a segunda de 1785, revela o alargamento da última para melhor projeção e proporção da nova Matriz. A rampa central, como o caminho curvo da Rua Direita ao portal de entrada da igreja, mantém alguns trechos até hoje. Fonte: Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort



Figura 72. Campanha, fachada da Igreja Matriz, depois Catedral. Foto Araújo, 1903. Construída em taipa-de-pilão, a partir de 1787, a igreja teve duas torres construídas bem mais tarde, no final do século XIX. Notar a portada frontal, em pedra entalhada, com arco pombalino, provavelmente entalhado pelo mestre Francisco de Lima Cerqueira. Fonte: Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort



Figura 73. Praça da Matriz, atual Praça Dom Ferrão, Campanha. A praça original, fundada pelo ouvidor Cipriano em 1737, tornou-se pequena demais para a projeção da nova Matriz, alargando-se “morro acima” a partir de 1795. Fonte: Google Earth

3.3. Oliveira

Praça Longa: Largo Nossa Senhora de Oliveira (atual Praça XV de Novembro),

Rua do Carmo (Rua Direita, atual Dr. Coelho de Moura), Rua dos Passos

A partir de meados do século XVIII, reformada a partir de 1785



Figura 74. Praça Longa da Paixão, em Oliveira. Fonte: Elaborado pelo autor a partir de imagens de satélite

Oliveira surgiu a partir da “picada de Goiás”, estrada que fazia acesso do Rio de Janeiro ao território das minas de Guayases, na primeira metade do século XVIII. Em seus campos e matas, foram se instalando roceiros e interessados na aquisição de terras. Por sua posição estratégica na “picada”, foi um dos promissores arraiais mineiros que não se fundaram por achados de ouro ou pedras preciosas, como relatou o francês Saint-Hilaire, a partir de sua viagem de 1819:

Oliveira, ou Nossa Senhora da Oliveira, onde passei a noite, é uma das succursaes de S. José, pequena cidade situada, como já o disse noutro lugar, a 2 léguas de São João d’El Rei. Pertence ao pequeno número das que não devem sua fundação à presença do ouro; deve-se unicamente às vantagens da posição. Com effeito, diversas estradas importantes passam por este ponto: a que vai de Barbacena à villa de Formiga, a do districto de Rio Grande à cidade de Pitanguí, de Rio de Janeiro e São João d’El Rei a Goyaz, de Villa da Campanha a Formiga, etc. [SAINT-HILAIRE, 1937, p. 136]

Em 1754, Domingos Vieira da Mota, residente em Passa-Tempo, obteve uma sesmaria “na paragem do Campo Grande, picada de Goiás”, logo cedendo-a para

Antonio de Oliveira Jorge. Anos mais tarde, a mesma sesmária foi arrematada em praça pública, na vila de São José, por André Diniz Linhares. O diploma da sesmária, dada em 1758, faz referência a uma capela de Nossa Senhora da Oliveira, justamente na “paragem do Campo Grande”. Linhares recebeu a posse da concessão em 1760, encontrando outros moradores na região, como Manoel Martins Gomes e Mateus Ferreira. Com o tempo, posseiros e sesmeiros foram se estabelecendo na referendada “Aplicação da capela de Nossa Senhora de Oliveira”, cujo primeiro templo desta devoção tenha surgido entre 1754 e 1758.⁹⁰

Às margens do riacho Maracanã, na travessia da “picada de Goiás”, foi instalado um pouso de tropeiros, décadas antes das concessões das sesmárias. Desviando do mesmo riacho e contornando a base da colina, formou-se a extensão da antiga rua das Palmeiras, trecho oficial da “picada”, correspondente à atual rua da Misericórdia. Os moradores da Aplicação foram ocupando as margens desta via e estenderam uma nova alça colina acima, denominada rua do Carmo⁹¹, antiga rua Direita, atual Dr. Coelho de Moura. As duas vias ficaram conhecidas, popularmente, como rua de cima e rua de baixo, ligadas por simples trilhas, algumas transformadas em futuras travessas.

Por volta de 1780, Padre Miguel Ribeiro da Silva, capelão há alguns anos da Aplicação, convocou os moradores para a construção de uma nova capela, de maior dimensão, justificando o estado lastimável da primitiva. A construção foi iniciada com entusiasmo. Pouco tempo depois, o vigário de São José indicou outro capelão, o Padre Manoel Pacheco Lopes, o qual recebeu muitas reclamações por sua “falta de virtude”. Os Aplicados de Oliveira imploraram pelo afastamento do Padre Pacheco e o retorno do Padre Miguel, o que se realizou em 1785, recomeçando as obras da nova capela. Em 1788, outra ameaça rondou a permanência do Padre Miguel em Oliveira, pois o vigário de São José, na ocasião, Padre Carlos Correia de Toledo, preparava sua viagem a Lisboa e iria deixar como substituto o Padre Bonifácio da Silva Toledo,

⁹⁰ BARBOSA, 1971, p. 324. “Aplicação da Capela”, ou seja, identificação de uma localidade com pequeno templo mantido por um rol de contribuintes assíduos, que “aplicam”, “aplicados”. / FONSECA, 2011, p. 112: “os termos ‘aplicação’ e ‘capela’ não designavam apenas o edifício religioso, mas podiam remeter também a toda a zona habitada pelos fiéis que o frequentava – os ‘aplicados’. A ‘aplicação’ possui, portanto, uma dimensão territorial: trata-se de uma subdivisão do território paroquial colocado sob a responsabilidade de um capelão ou vigário adjutor”.

⁹¹ Não há relato sobre a razão da nomenclatura da rua do Carmo, talvez relacionada alguma intenção de construção de capela ou pela situação de altar lateral da Igreja Matriz.

parente do Padre Pacheco, o qual poderia retornar a ser capelão da Aplicação. Um abaixo-assinado de 92 assinaturas foi enviado ao Bispo de Mariana, pedindo-lhe que evitasse aquela calamidade. O receio dos moradores se desfez, quando, logo em seguida, Padre Toledo foi preso como inconfidente.⁹²

No relato deste processo, registrado por Waldemar Barbosa, temos uma observação muito importante para a atribuição de autoria da nova capela: “A igreja de N. S^a da Oliveira só foi concluída anos depois, por um arquiteto de renome que, em seguida, foi chamado a construir a igreja de N. S^a da Boa Morte, de Barbacena”.⁹³

Em nossos estudos, detectamos grande semelhança dos elementos ornamentais em pedra-sabão da Igreja Matriz de Oliveira com os da Capela de São Francisco de Assis de São João del-Rei, da Capela da Boa Morte de Barbacena e a Matriz Velha de Bom Jesus do Matosinhos de Campo Belo, ou seja, em suas portadas, as molduras de entablamento, as volutas dos púlpitos e das pias de água benta e a composição da escadaria da capela-mor, levando-nos a atribuição desses edifícios ao arquiteto e pedreiro Francisco de Lima Cerqueira.

Devemos recordar que este período (1780-1800) coincide com o pedido de Lima Cerqueira para afastamento das obras pesadas na São Francisco de Assis de São João del-Rei, justificado pelo cansaço e idade avançada. Supomos, também, que fosse pelo acúmulo de compromissos por obras, consultorias e louvação, realizadas principalmente nos arraiais e vilas do sul mineiro.

No caso da nova “capela” de Oliveira, percebe-se a ousadia do capelão e empenho de seus Aplicados à construção de uma monumental igreja, tipicamente paroquial, em alvenaria de pedras e várias estruturas litúrgicas exigidas pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707-1719), como capela-mor, cruzeiro, sacristia, pia batismal e pias de água benta em pedra, púlpito, confessionário, adro envoltório e cemitério próprio.

As Igrejas Parochiaes terão Capella maior, e cruzeiro, e se procurará que a Capella maior se funde de maneira, que posto o Sacerdote no Altar que o rosto no Oriente, e não podendo ser, fique para o Meio-dia, mas nunca para o Norte, nem para o Occidente. Terão Pias Baptismaes de pedra, e bem vedadas de todas as partes, almarios para os Santos Oleos, pias de agoa benta, um púlpito, confessionários, sinos, e casa de Sacristia; e haverá no

⁹² BARBOSA, 1971, p. 325.

⁹³ BARBOSA, 1971, p. 325.

âmbito, e circunferência delas adros, e cemitérios capazes para nelles se enterrarem os defuntos; os quaes adros serão demarcados por nosso Provisor, ou Vigario Geral, como acima fica dito, e os autos desta demarcação se guardarão no nosso Cartorio, e o traslado no Cartorio de cada uma das Igrejas.” (VIDE, 2011, p. 253. Livro Quarto das Constituições do Arcebispado da Bahia, Título XVII, Da Edificação, e reparação das igrejas parochiaes, Parágrafo 688)

Esta iniciativa não partiu apenas dos moradores locais e de um capelão de boas intenções, mas, sim, da visão de futuro de um preparado arquiteto. A reconstrução começou entre 1780 e 1785, prolongou-se até 1790, seguindo corretamente os riscos propostos. Porém, o arraial só foi elevado à categoria de freguesia em 1832.⁹⁴

O mesmo processo ocorreu com a capela do Senhor Bom Jesus do Matosinhos, em Campo Belo, também atribuída ao Lima Cerqueira, a qual foi construída como “igreja paroquial”, na mesma época da de Oliveira, mas continuou na condição de capela curada por décadas.

Não há informações sobre a localização exata da primitiva capela de Oliveira, apenas que foi substituída pela nova. Acreditamos que estivesse sobre o cume da colina, na projeção da nova capela-mor, como era de costume em Minas Gerais.

Para a sua ampliação, foi necessário o alargamento da Rua do Carmo para o lado direito, aproveitando-se do cume “achatado”, e formando-se, assim, um adro circundante equivalente à largura da fachada do novo templo. Na percepção de Saint-Hilaire, a igreja estava no “meio da rua larga e a igual distância das duas ordens de casas”. A mesma situação se repetiu na vizinha Campo Belo, com a capela do Senhor Bom Jesus do Matosinhos, em maior correção em sua ortogonalidade, devida a topografia escolhida. Esta proporção, fachada e vias laterais, está conforme os preceitos ditados pelo Tratado de Ruação de José Figueiredo Seixas, que por sua vez remete ao tratado de Leon Battista Alberti.

À frente do templo de Oliveira, prolongou-se o adro para a localização do cemitério, futura Praça 15 de Novembro, que continuava em afunilamento, descendo até o riacho Maracanã, sem a interrupção dos quarteirões que se instalaram a partir

⁹⁴ O arraial de Oliveira foi elevado à categoria de freguesia por decreto da Regência de 14 de julho de 1832, com paróquia instituída canonicamente a 12 de julho do ano seguinte.

de meados do século XIX. Era uma larga avenida fusiforme, das maiores “praças longas” de Minas Gerais.⁹⁵

Nesta nova projeção do adro, de forma generosa, cuidou-se, mais uma vez, conforme as exigências das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia para a construção de “igrejas parochiaes”:

... as Igrejas se devem fundar, e edificar em lugares decentes, e acomodados, pelo que mandamos, que havendo-se de edificar de novo alguma Igreja parochial em nosso Arcebispado, se edifique em sítio alto, e lugar decente, livre de humidade, e desviado, quanto for possível, de lugares immundos, e não sórdidos, e de casas particulares, e de outras paredes, em distancia que possam andar as Procissões ao redor dela, e que se faça em tal proporção, que não somente seja capaz dos freguezes todos, mas ainda de mais gente de fora, quando concorrer às festas, e se edifique em lugar povoado, onde estiver o número dos freguezes.” (VIDE, 2011, p. 252. Livro Quarto das Constituições do Arcebispado da Bahia, Título XVII, Da Edificação, e reparação das igrejas parochiaes, Parágrafo 687)

Durante a construção da capela, o arraial de Oliveira desenvolveu-se rapidamente. No primeiro censo demográfico do arraial, realizado em 1795, Oliveira possuía 224 casas e 1713 habitantes. Na ocasião, era o núcleo mais populoso de uma grande região, ficando acima de Claudio, Passa Tempo, Japão e São João Batista.⁹⁶

Em 1798, o arraial foi escolhido para a instalação da Companhia de Ordenanças do Regimento de Pamplona, e, em 1802, era mencionado entre os mais importantes subordinados à Vila de São José. Nas memórias do General Cunha Matos, quando passou por Oliveira em 1823, o mesmo o classificou como aprazível, mencionando “além da igreja dedicada a N. S^a de Oliveira, outra numa baixada, no princípio do arraial, dedicada ao Senhor dos Passos; e refere-se ainda a outra, em construção na época, em honra de N. S^a do Rosário”.⁹⁷

⁹⁵ FONSECA, 1961, p. 81: “Era uma larga avenida fusiforme, com a dupla ou talvez tripla largura da avenida Amazonas, em Belo Horizonte. Mais tarde, vamos ver aparecerem os quarteirões de casas e quintais que a vão encher, incluindo os atuais prédios da Prefeitura, teatro municipal, hoje Cine Municipal, distribuidora, nova matriz, ‘Oliveira Clube’ e outros”.

⁹⁶ FONSECA, 1971, p. 75.

⁹⁷ BARBOSA, 1971, p.325-6.

A ocupação do cume, com capela suntuosa, apesar de inacabada, cercada por um adro longo e casario baixo, rarefeito, impressionou os forasteiros que passavam pela “picada de Goiás”.

Ao percorrer o Brasil, de 1816 a 1822, Saint-Hilaire registrou suas impressões sobre o povoado de Oliveira no livro “Viagem às nascentes do rio São Francisco e pela província de Goiás”:

A villa d'Oliveira está situada, no meio de morros, sobre o dorso de uma collina cujo cume é muito achatado. Compõe-se de duas ruas da qual a principal é muito larga. A maior parte de casas que a marginam não tem mais do que o rez do chão, mas são bastante grandes para o paiz, e cobertas de telhas. Em geral são caiadas e têm portas e janelas pintadas de amarello com uma moldura rósea, o que, no meio de paredes brancas, produz um effeito muito agradável [12- As casas de Oliveira não são palácios; mas vê-se, pelo que aqui deixo dito, que ellas não merecem o nome de choças]. Grande parte dessas casas, e mesmo das mais bonitas, só são habitadas no domingo; pertencem a proprietários que passam a vida nas suas fazendas não vão à villa sinão nos dias de missa obrigatória. [SAINT-HILAIRE, 1937, p. 136-7]

Em sua breve parada em 1819, Saint-Hilaire revelou variado comércio e prestadores de serviço, estabelecimentos espalhados entre o largo e a rua de baixo:

Vêm-se em Oliveira diversas lojas de fazendas e mercearia que são bem sortidas, tavernas, uma pharmacia e dois albergues, cada qual com seu rancho. Há ahi também alfaiates, cardoeiros, serralheiros, etc. [SAINT-HILAIRE, 1937, p. 137]

Também chamou sua atenção o capricho da construção da igreja, comentando o uso e a beleza da pedra-sabão da região, ciente do relato do viajante Pohl:

Oliveira possui duas igrejas, das quaes a principal foi construída no cume da collina, no meio da rua larga e a igual distância das duas ordens de casas; é bastante bela no interior. Empregaram, para orná-la, uma pedra de um bello verde-maçã, que o mineralogista Pohl afirma ser, talvez, talco endurecido. [SAINT-HILAIRE, 1937, p. 137]

Sobre o mineralogista citado, Johann Emanuel Pohl nasceu na Bohemia em 1782 e veio para o Brasil em 1817, com a comissão científica composta por Von Spix, Von Martius, Tomas Ender e Buchberger, entre outros. Saiu do Rio de Janeiro em

setembro de 1818, passando por Oliveira em 22 de outubro. Suas impressões não foram das mais animadoras, muito menos simpática em sua divulgação, como foram as de Saint-Hilaire.⁹⁸ Mesmo assim, Pohl admirou-se da qualidade do material utilizado na igreja, pedra-sabão e quartzito:

O Arraial de Nossa Senhora da Oliveira consta de uns 200 casebres de barro, que formam uma única rua larga, inteiramente esburacada pelas chuvas, e fica sobre uma colina, cujo topo é coroado por uma igreja ainda inacabada. O portão, o púlpito e o altar são formados de um talco endurecido verde-maçã, que parece acorrer a umas duas léguas e meia ao oeste [aprox. 12 km]. Um amontoado de pedra calcária, trazidos de nove léguas de distância [aprox. 43 km], ofereceu-me belas variações listradas em forma de fita. (POHL, 1976, p. 90)

O bispo de Mariana, Dom Frei José da Santíssima Trindade, esteve em visita pastoral por duas vezes no arraial de Oliveira. Na primeira visita, em 1825, registrou as seguintes impressões e recomendações:

“Visitamos pessoalmente a capela curada de N. S^a da Oliveira, no dia 2 de julho (1825). Louvamos o muito zelo dos que começaram o edifício do Santuário, mas não podemos deixar de estranhar gravemente a frouxidão... Portanto, ordenamos gravemente ao capelão e a seus aplicados promovam as obras da capela com a maior brevidade e em especial a sacristia.” (Livro de Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade, Arquivo Eclesiástico de Mariana; cit. BARBOSA, 1971, p. 324)

Na segunda visita, “anos mais tarde”, o mesmo bispo descreve o estado da capela e também a construção de outras menores na localidade:

A capela de N. S^a de Oliveira “é toda de pedra, com duas torres e os portais e o presbitério, de pedra mármore [sic] e as torres por acabar... No mesmo (arraial), fazendo frente à capela, tem a de N. S^a do Rosário acabada de próximo e, perto da subida, tem uma ermida do Senhor dos Passos e, a um lado, em alguma distância, fabrica-se outra ermida, para colocarem a Senhora Mãe dos Homens”. (Livro de Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade, Arquivo Eclesiástico de Mariana; cit. BARBOSA, 1971, p. 324)

⁹⁸ Os cronistas-historiadores de Oliveira pouco comentam as impressões de Pohl, pois denotam depreciação de seus moradores e forte preconceito racial: “A flora dos arredores é escassa. Os moradores do lugar, mulatos e negros, parecem-me espírito curiosos, mas limitados. Em toda parte, só se via necessidade e pobreza; entretanto me vi cercado por eles o dia inteiro; preferiram o *dolce far niente* a se dedicarem ao trabalho, ao qual só era possível movê-los em caso de necessidade, a troco de muita súplica e bastante dinheiro.” (Johann Emanuel POHL, 1976, p. 90)

A capela de Nossa Senhora do Rosário foi construída pelos escravos, com ajuda de seus senhores, de 1823 a 1825, datas confirmadas nos relatos de Cunha Matos e do bispo de Mariana. Implantada na outra extremidade do cume da “praça longa”, com fachada voltada para a capela de Nossa Senhora de Oliveira, teve sua implantação invertida em meados do século XIX, voltando-se a fachada para o riacho do Maracanã, provavelmente se adaptando à ocupação em quarteirões dos trechos afunilados.⁹⁹

A Capela do Rosário recebeu algumas reformas e acréscimos durante o século XIX. Porém, no início do século seguinte, encontrava-se em estado bastante precário. Necessitando de reformas e aumento da “Velha” Matriz de Oliveira, decidiram pela construção de uma “Nova” no lugar do Rosário, a qual foi demolida em 1929. A construção da “Nova” Matriz, em estilo neorromânico, teve várias interrupções e alguns avanços, sendo finalizada como Igreja Catedral de Nossa Senhora de Oliveira em 2014.

O arraial de Oliveira foi elevado à categoria de freguesia em 1832, com paróquia instituída no ano seguinte. Poucos anos depois, foi elevada à vila, através da lei provincial nº 134, de 16 de março de 1839. Passados 20 anos, foi elevada à categoria de cidade, através da lei provincial nº 1.102, de 19 de setembro de 1861.¹⁰⁰

Sobre o processo construtivo da capela de Nossa Senhora de Oliveira, as informações documentais são raras antes de se tornar paróquia, e mesmo após, lembrando a falta de cuidado dos párocos no registro nos livros tombos. Só temos informações mais seguras após criação da Irmandade do Santíssimo, em 1848, a qual ficou responsável pelo prosseguimento das obras, que vinham se arrastando há décadas. Segundo as pesquisas de Luís Gonzaga da Fonseca, esta irmandade foi responsável por completar as torres, sendo a última concluída em 1856; a instalar dois grandes sinos, fundidos em Oliveira nos anos 1861 e 1884; a construir o consistório e capela do Santíssimo; a conservar e reparar o frontispício; a providenciar a pintura do

⁹⁹ FONSECA, 1961, p. 319.

¹⁰⁰ BARBOSA, 1971, p. 326.

forro da capela-mor, em 1854; a reconstruir o arco cruzeiro, em 1880, que ameaçava arruinar.¹⁰¹

Pelo estado final da construção, percebe que as obras não desviaram, em momento algum, dos riscos originais do arquiteto, que atribuímos a Francisco de Lima Cerqueira, os quais podemos datar de 1785. Como em outras empreitadas, Lima Cerqueira também foi responsável por todos os elementos em pedra entalhada existente neste prédio, seja em pedra-sabão ou quartzito, como molduras, frontões, portada de entrada, todos os portais, janelas, óculo do coro, seteiras e pináculos das torres, soleiras em geral, pia batismal, pias de água benta, base dos púlpitos, arco cruzeiro, escadaria da capela-mor. Acredita-se que muitas dessas peças eram pré-produzidas durante o período de contratação, para serem instaladas nas longas etapas de construção. Daí a harmonia e integralidade deste monumento, que não foge de sua proposta original.

A fachada de linha rococó da Matriz de Oliveira, de torres circulares recuadas do frontispício, é um modelo mais simples que Lima Cerqueira havia experimentado na famosa Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis em Ouro Preto, faltando-lhe apenas um artista do gabarito de Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, para a elaboração de uma artística portada em pedra-sabão.

Esta tipologia adapta-se perfeitamente à ambiência do adro, nas articulações da fachada e na visão da “praça longa”, relacionando-se perfeitamente ao casario e ao percurso das vias laterais. Lima Cerqueira também repete o frontão mistilíneo quebrado, borrominiano, de outros exemplares realizados no território mineiro. Neste frontão, em especial, cria um “capricho” em pedra, de própria fatura, interrompendo a cornija com duas volutas em onda. Na capela de Senhor Bom Jesus do Matosinho, em Campo Belo, Lima Cerqueira termina em três volutas, em onda, a cada lado do frontão.

¹⁰¹ FONSECA, 1961, p. 315.

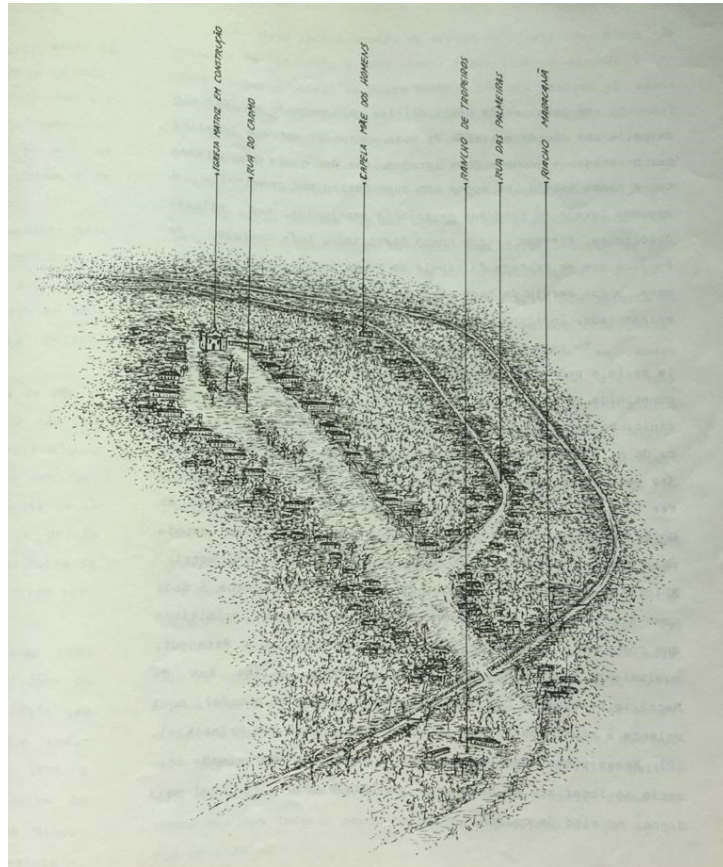


Figura 75. Reconstrução da “Praça Longa” do Arraial de Oliveira, no início do século XIX, a partir da interpretação de dados históricos, por Heraldo Tadeu Laranjo Mendonça. Fonte: MENDONÇA, 1987, p. 25



Figura 76. Oliveira, Largo de Nossa Senhora de Oliveira, atual Praça XV de Novembro. No topo da colina, estendeu-se um novo caminho, para assentar a capela e seu generoso adro, que serviu de cemitério. Fonte: Museu Histórico de Oliveira



Figura 77. Oliveira, Largo Nossa Senhora de Oliveira, atual Praça XV de Novembro, em foto do final do século XIX. As torres recuadas e arredondadas da igreja ajudam na fluidez do grande espaço vazio. Obra atribuída ao arquiteto e mestre em cantaria Francisco de Lima Cerqueira. Fonte: Museu Histórico de Oliveira

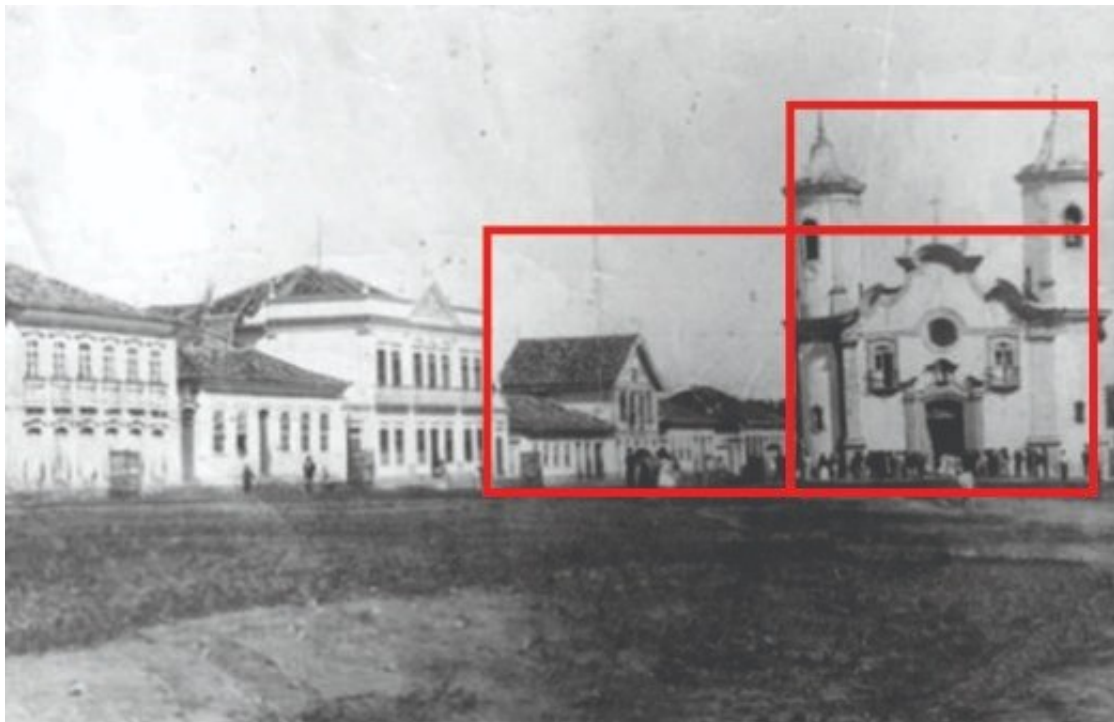


Figura 78. Teoria da Proporção de Fachadas, resgatada por Figueiredo Seixas do Tratado de Alberti, aplicada na edificação da Igreja Matriz de Oliveira. Fonte: Elaborado pelo autor

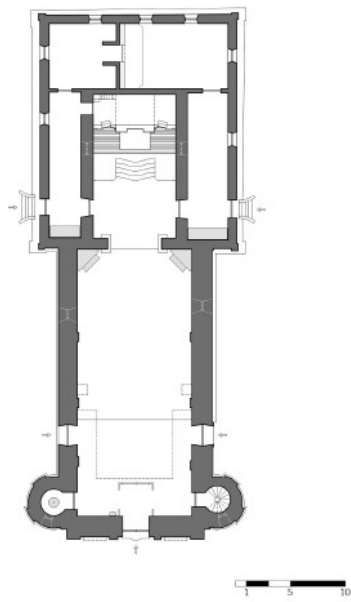


Figura 79. Oliveira. Igreja Matriz Nossa Senhora de Oliveira. Planta e desenho da fachada. Fonte: Levantamento do autor

3.4. Campo Belo

Praça Longa: Largo da Matriz

(atuais praças Expedicionários, Cônego Ulisses, Minote D'Áurea)

A partir de 1785



Figura 80. Praça Longa da Paixão, em Campo Belo. Fonte: Elaborada pelo autor a partir de imagens de satélite

Durante todo o século XVIII e XIX, o território do município de Campo Belo pertencia a São Bento do Tamanduá, atual Itapeçerica (MG), cuja capela dependia de Santo Antonio da Vila de São José do Rio das Mortes, atual cidade de Tiradentes. A “Casa da Casca do Tamanduá” tornou-se povoado em 1736, Paróquia encomendada em 1757 e Paróquia colada em 1769.¹⁰²

¹⁰² PAIVA, 2018, p. 42.

O primeiro núcleo habitacional de Campo Belo é apontado, por tradição, onde hoje se localiza a Matriz Velha, provável Bairro da Feira, ou seja, uma antiga feira de gado promovida pelas caravanas que circulavam pela Picada de Goiás.¹⁰³

O topônimo Senhor Bom Jesus do Campo Belo aparece em documentos de sesmarias concedidas desde 1777. Já a expressão “Campo Belo” é atribuída ao sertanista Romão Fagundes do Amaral, por volta de 1770. Vindo de Perdões, passando pela região e acampando nas proximidades do córrego Lava-Pés, Romão exclamou no alto do morro: “Que Campo Belo!”.¹⁰⁴

Catharina Maria de Jesus, mais conhecida como Catharina Parreira, foi considerada pelos primeiros historiadores como “fundadora” de Campo Belo, porém, os documentos registram que ela chegou por volta de 1786, anos após outros sesmeiros terem requerido licença ao bispo de Mariana para a construção de uma ermida, isto em 1783.¹⁰⁵

Entretanto, Catharina Parreira teve um importante papel para a consolidação e desenvolvimento do arraial de Bom Jesus do Campo Belo. Filha de portugueses, ela era natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Congonhas do Campo. Viúva na ocasião, veio acompanhada de três filhos e muitos escravos, para cuidar da sesmaria denominada Águas Claras.

Catharina foi matriarca de forte influência na região, destacando-se na liderança e, principalmente, na gestão dos negócios da família. Suas propriedades estavam voltadas exclusivamente à criação de gado. Em 1808, Catharina enviou uma boiada para o Rio de Janeiro, para contribuir com os gastos da chegada da família real ao Brasil, a pedido do Governador da Capitania, através do Ouvidor de São João del-Rei, Dr. Pedro Maria Xavier. Catharina enviou o presente “em seu nome, em nome de seus filhos e em nome da população de Campo Belo”.¹⁰⁶

¹⁰³ Campo Belo até hoje é famosa pelo comércio de gado de abate.

¹⁰⁴ PAIVA, 2018, p. 46.

¹⁰⁵ Os sesmeiros mais antigos de Campo Belo seriam Domingos Vasquez Garcia (1770), Dona Angélica Rosaura do Amaral (1775), José Gomes do Aguiar, Tomás José de Araújo e Antonio Lemes da Silva (1777). PAIVA, 2018, p. 49.

¹⁰⁶ Documento assinado em Vila Rica, 13 de fevereiro de 1808, que se encontra no Arquivo Público Mineiro, Cód. Col. 315, cit. PAIVA, 2018, p. 57.

Quando Catharina chegou à localidade, em 1786, já havia sinais de uma ermida desde 1774, como atestam os registros de batismos encontrados na Cúria da Diocese de Divinópolis, além do início de uma povoação, da construção de uma nova capela e da permissão para um cemitério em seu adro frontal. É possível que o terreno deste patrimônio religioso não tenha sido doado por Catharina, mas a sua grande devoção ao Senhor Bom Jesus do Matosinhos, provinda de sua terra natal, contribuiu no empenho na construção de um grande templo em Campo Belo, ao modelo do santuário de Congonhas do Campo.

No testamento de Catharina Parreiras, conservado no Museu Regional de São João del Rei, demonstra claramente o seu papel fundamental na formação do povoado e sua estreita ligação com a Igreja. Neste testamento, datado de 11 de dezembro de 1802, na Vila de São Bento do Tamanduá, Comarca do Rio das Mortes, Catharina declara que:

falecendo eu na Aplicação do Campo Belo, meu corpo será amortalhado no hábito de São Francisco de quem sou terceira, e me acompanhará o reverendo vigário e mais oito clérigos, [...] e serei sepultada no adro da dita capela, defronte a porta principal; [...] Declaro que meu testamenteiro o assistirá com a cera que for preciso para o meu enterro e ofício, e me mandará dizer, pela minha alma cinquenta missas de esmola cada uma, [...], as quais serão ditas no altar privilegiado do senhor de Matozinhos de Congonhas do Campo; [...] (Testamento de Catharina Maria de Jesus, Arquivo Municipal e Regional de São João del-Rei, caixa 64, cit. PAIVA, 2018, p. 55)

Catharina foi a segunda pessoa a ser sepultada no cemitério do adro de Campo Belo, em 1809, tudo conforme recomendado em seu testamento. O sepultamento foi registrado no Livro de Óbitos que se encontra na Cúria da Diocese de Divinópolis, com o seguinte teor:

Aos dezesseis dias [16] do mês de novembro de mil oitocentos e nove [1809], no adro da capela do Senhor Bom Jesus do Campo Belo, filial desta Matriz de São Bento do Tamanduá, foi sepultada D. Catharina Maria de Jesus. Faleceu com os Sacramentos da Penitência e Eucaristia e com solene testamento. (PAIVA, 2018, p. 56)

Na última restauração da Matriz Velha de Bom Jesus do Campo Belo, foi encontrada uma estela em granito, que provavelmente marcava a sepultura de Catharina Maria de Jesus no antigo cemitério do adro da capela. A peça estava sob o

assoalho de madeira da capela do Santíssimo Sacramento. Bastante desgastada, ela apresenta, em cavo, uma cruz dividida pelas iniciais C M e o ano em dezenas 18 09.

A provisão para a capela e para o cemitério de Campo Belo foi assinada em Mariana no dia 17 de dezembro de 1783, com o seguinte teor (trecho):

Faço saber que atendendo ao que por sua petição retro enviarão a dizer a Sua Excia. Revma. os moradores da freguesia, digo, moradores do Ribeirão de São João, da freguesia de São Bento do Tamanduá que o mesmo Snr. foi servido cometer me, hei por bem de lhe mandar passar a presente Provisão pela qual lhe concedo a licença para erigirem uma Ermida com a invocação do Snr. de Matosinhos na dita paragem, e lugar que elegerem, e assinalar o Revmo. Pároco, sendo edificada com formalidade de Capela, tendo porta franca para a rua totalmente separada das casas de vivenda, livre de comunicações profanas, e uso domésticos, com o seu Altar proporcionado para nele se poder decentemente celebrar o Santo Sacrifício da Missa, tendo Pedra d'Ara de Segredo de suficiente grandeza, todos os paramentos necessários e ornamentos das quatro cores de que usa a Igreja, e determinam Revmo. Pároco a visitará e achando-a perfeitamente acabada, e decentemente paramentada a aprovará por um termo escrito nas costas desta [...] (Documento transcrito pelo escrivão da Cúria de Mariana, em 1935, cit. PAIVA, 2018, p. 67)

No mesmo dia da Provisão para a construção da ermida, 17 de dezembro de 1783, também foi concedida a Provisão para a construção do cemitério:

Faço saber que atendendo ao que por petição enviaram a dizer os moradores do Ribeirão de São João Freguesia de São Bento do Tamanduá, hei por bem lhes mandar passar a presente provisão para o seu Revmo. Pároco demarcar lugar separado da Ermida que pretendem erigir na dita paragem decente e proporcionado para Cemitério o qual depois de cercado em dforma que nele não entrem animais, será pelo mesmo Revmo. Pároco bento, para nele se sepultarem os corpos dos que falecerem, vista a necessidade que é constante haver na dita paragem de Pasto Espiritual, segundo consta das atestações de Revmo. Vigário da Vara, e Igreja a que se deve dar proposta providência e será registrada onde pretender. [...] (Documento transcrito pelo escrivão da Cúria de Mariana, em 1935, cit. PAIVA, 2018, p. 67-8)

Este cemitério corresponderia ao adro frontal da capela, sendo utilizado até 1854, quando foi inaugurado um novo cemitério em terreno mais à frente. Este último foi demolido em 1930, para a construção da Matriz Nova.

Em 24 de julho de 1802, foi concedida a “Provisão para ser usada a ermida de Bom Jesus do Campo Belo”, levando a crer que esta seja a data de conclusão construtiva.

Diante o pedido dos moradores de Candeias e Cristais para se tonar paróquia, o Governador da Capitania, D. Manoel de Portugal e Castro, pediu ao Capitão-Mor em Tamanduá, João Quintino de Oliveira, que fizesse um elenco com as distâncias da matriz a cada uma das dez capelas filiais. Sua resposta foi encaminhada em maio de 1815, concluindo que a Capela do Senhor Bom Jesus do Campo Belo, com 11 léguas, era “mais central e suficiente para ser Paróquia, pois, posto que não seja população tão abundante como a de São Vicente Ferrer de Formiga, convindo, contudo, melhor a comodidade destes Povos”, e que ela, sim, “deveria merecer a maior contemplação”. O Governador enviou o parecer para o Rio de Janeiro, que teve aprovação do Procurador da Mesa, concordando com a criação da Paróquia em Campo Belo e também sugerindo outras, como a de Formiga, Santo Antonio do Monte e Dores do Indaiá. Quanto à origem do pedido, Candeias, ficou de fora.¹⁰⁷

O processo demorou mais de três anos e, em 24 de setembro de 1818, Dom João VI assinou o Alvará que criava a “Freguesia Colada a Capela do Senhor Bom Jesus do Campo Belo, desmembrando-a da Freguesia de São Bento do Tamanduá, do Bispado de Mariana”.¹⁰⁸

Em 23 de agosto de 1820, os moradores de Campo Belo fizeram pedido a Dom Pedro I para a ereção de uma capela dedicada à Nossa Senhora do Rosário. O pedido tinha a aprovação do vigário, Padre Francisco Barbosa, que o completou: “na Freguesia têm os homens pretos em número suficiente e não há outra Capela na região com esta devoção”. A provisão de autorização foi assinada pelo Príncipe Real em 6 de junho de 1821. A Capela do Rosário foi logo construída, em pau-a-pique, em frente ao antigo cemitério. Em 1939, foi demolida, para dar espaço à urbanização entre a atual Praça dos Expedicionários e a Avenida Afonso Pena.¹⁰⁹

Na quinta visita pastoral do bispo de Mariana, Dom Frei José da Santíssima Trindade, entrou na freguesia de Campo Belo no dia 13 de julho de 1825, passando pela Matriz do Senhor do Bom Jesus do dia 16 a 22 de julho. Na ocasião, a freguesia distava 56 léguas de Mariana e 85 da Corte do Rio de Janeiro, e contava com 7.520

¹⁰⁷ PAIVA, 2018, p. 88-9.

¹⁰⁸ Arquivo Nacional no Rio de Janeiro. Fundo/Coleção Mesa da Consciência e Ordens – Códice 27, vol. 10, cit. PAIVA, 2018, p. 91-3.

¹⁰⁹ PAIVA, 2018, p. 102.

almas de toda a idade e de rendimento cobrável com a cônica de 1:000\$000. Segue o relato:

Esta freguesia foi desmembrada da de São Bento da Vila do Tamanduá no ano de 1819 [o correto é 1818], à qual ficaram pertencendo as capelas filiais e curadas de Santana do Jacaré, a do Senhor Bom Jesus de Matozinhos ou da Cana Verde, a de Nossa Senhora da Ajuda dos Cristais, a de Nossa Senhora das Candeias e a de São Francisco de Paula. A igreja matriz é toda de pedra, dentro de um adro todo fechado e agradável, como também o arraial, que se pode fazer ainda mais agradável com mais edifícios. Tem três altares muito pobres, pequenos, e em madeira com pia batismal de pedra e vasos dos santos óleos de vidro; na sacristia só tem um cálice e dois ornamentos para as quatro cores e esses usados e nada mais, e a única coisa melhor que tem esta igreja é a imagem que deu um devoto do Senhor Bom Jesus no trono, o qual prometeu fazer o mesmo trono à sua custa. Este povo é satisfeito com o pároco. Fazem tem 1.700 aplicados e crismaram-se 2.149 pessoas. (PAIVA, 2018, p. 108)

No Provimento à Freguesia do Senhor Bom Jesus de Campo Belo, Dom Frei José fez o seguinte comentário:

Fazemos saber que no dia 18 de julho do corrente ano visitamos pessoalmente a igreja paroquial do Senhor Bom Jesus do Campo Belo na presença do seu Reverendo Pároco Colado Francisco Barbosa da Cunha, sacerdotes, irmandades e povo e observamos todo o disposto pelo Pontifical. / Louvamos o zelo com que os paroquianos concorrem para levantarem o edifício do templo de pedra, mas não podemos deixar de estranhar mui gravemente a falta de ornamentos e alfaias indispensavelmente necessárias para a celebração dos divinos ofícios e conservação do sacrário. [...] (PAIVA, 2018, p.108)

Apesar de não apresentar riquezas minerais, a região de Campo Belo estava longe de ser considerada pobre, pois servia como entreposto no abastecimento das regiões mineradoras, com forte pecuária e agricultura. O resultado desta economia foi a construção de uma capela visando dimensão de igreja paroquial, em material durável – alvenaria de pedra, com ótima estrutura e espaços generosos. Porém, mais tarde, não apresentava a riqueza em seus adornos, altares, imagens e demais objetos litúrgicos, sem correspondência à sua arquitetura, como comentou Dom Frei José.

A Matriz do Senhor Bom Jesus estaria completamente ornamentada por volta de 1840, com altar-mor e altares laterais da nave, em madeira; várias imagens de santos e uma nova do padroeiro; e três forros em painéis pintados ao gosto rococó, representado a Santíssima Trindade (nicho do padroeiro), Ascensão do Senhor

(capela-mor) e Assunção de Maria (nave), os dois últimos, perdidos por xilófagos e goteiras. Todas essas obras ornamentais são atribuídas a um só artista, Francisco Gorgonio de Menezes, originário de Coqueiral (MG) e morador de Campo Belo, que deu continuidade à “arte mineira” ao gosto rococó, em toda região.

A condição de freguesia de Campo Belo perdurou por muito tempo, desde sua criação pelo Alvará Régio de 1818. Em 1848, a Lei Imperial elevou o Distrito à categoria de Vila. Porém outra Lei de 1850, revogou a anterior e a Vila retornou à situação de Arraial. Somente em 1876, a Lei Provincial recompôs a categoria de Vila, já com o nome de Campo Belo, implantada anos mais tarde, em 1879. Foi finalmente elevada à categoria de cidade em 1884.¹¹⁰

Não há notícia se a matriz fora construída em terreno de patrimônio religioso do Senhor do Bom Jesus, e se esse patrimônio excedia o perímetro construído da praça envoltória. Tudo indica que sim, pois da Capela dos Passos até a Capela do Rosário era território de domínio da Igreja.¹¹¹

Nesta longa praça, correspondente às atuais praças Menotti D’Auria, Cônego Ulysses e Expedicionários, havia três templos até o início do século XX: a Matriz, que se mantém como Matriz Velha; o Rosário, demolido em 1939, onde hoje se localiza o monumento ao expedicionário; e a Capela dos Passos, na parte mais alta da praça.

Nada foi encontrado sobre sua construção, patrimônio ou Irmandade da Capela dos Passos, somente que se encontrava em plena ruína em 1933 e que deveria ser demolida, o que realmente se fez. Ela era usada especialmente na Semana Santa, para onde era levada a imagem do Senhor dos Passos em procissão do depósito, deixada na capela para a procissão do encontro para a grande paraliturgia do encontro com a imagem de Nossa Senhora das Dores.

Parte do terreno deixado pela demolição da Capela do Rosário seria usada para a construção da nova Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus de Campo Belo, com projeto do arquiteto José Braga Jordão, executado pelo engenheiro Maurício Ferreira

¹¹⁰ PAIVA, 2018, p. 57, e BARBOSA, 1971, p. 100.

¹¹¹ PAIVA, 2018, p. 80.

Barros, ambos de Varginha (MG), com obras iniciadas em 1952 e mais de uma década para ser completamente finalizada.

Campo Belo se apresenta como uma das mais harmônicas “Praças Longas” de Minas Gerais. Adaptado a um platô de suave declividade, sua morfogênese baseia-se num suposto “bolsão” de caminho de tropas, onde tradicionalmente ocorria o Bairro da Feira, ou melhor, a feira de gado.

Há notícia da existência de uma ermida, desde 1774, mas não sobre a sua exata localização. Suspeita-se que este pequeno templo estivesse no terreno onde fora construída, mais tarde, a Capela do Rosário, atual Praça do Expedicionário. E que este mesmo terreno fosse a destinação da nova capela provisionada em 1783.

Por esta ocasião, mais precisamente 1786, deu-se a instalação da matriarca Catharina Maria de Jesus, ou Catharina Parreira, em sua sesmaria Águas Claras. De origem e procedência de Congonhas do Campo, Catharina foi declarada devota do Senhor Bom Jesus do Matosinhos, ficando óbvia sua intervenção e patrocínio para a construção da capela de Campo Belo. De uma simples capela, tornou-se a edificação própria de uma igreja paroquial, em cantaria de pedra e com espaços generosos.

Usando de suas relações e contatos, Catharina deve ter buscado a indicação de arquiteto que fosse capaz de projetar um complexo semelhante ao que presenciou no Santuário de Congonhas do Campo. Se nossa hipótese estiver correta, este profissional, do próprio Santuário, estaria a serviço na capela da Aplicação de Oliveira desde 1785: o arquiteto e mestre de cantaria Francisco de Lima Cerqueira

As características da Matriz Campo Belo denotam os estilemos de Lima Cerqueira na arte da cantaria em pedra-sabão, como a escadaria da capela-mor, o arco cruzeiro, a voluta de suporte dos púlpitos, a pia batismal e as pias de água benta. Nesta capela de construção contínua, conforme determinado no projeto, se destaca um lavatório na sacristia, em pedra-sabão, com sinuoso frontão em moldura, ao estilo marcante de Lima Cerqueira.

A composição da fachada não repete a da Matriz de Oliveira, mas torna-se original pela sobreposição de torre circular sobre base quadrada, talvez se adaptando à tipologia de fachada do Santuário do Matosinhos, em Portugal. A proporção clássica

entre a igreja e as duas ruas laterais, a mesma largura da fachada principal, segue corretamente as lições de edificar e de arruar de José de Figueiredo Seixas. Destaque para a cantaria em granito, como a portada, as janelas do coro, o óculo de formato rococó, frontão mistilíneo quebrado, com moldura interrompida por três ondas, uma a mais que a Matriz de Oliveira. Completando os caprichos das fachadas, coruchéus pelas torres, no frontão cercando a cruz e se repetindo sobre a parede do cruzeiro. Todos estes elementos próprios do repertório de Lima Cerqueira. Se o mesmo não teve tempo para acompanhar a prolongada obra, pois estava comprometido com diversas encomendas na região, ao menos forneceu os riscos para melhor direcionamento da construção e se incumbiu na produção das peças mais importantes em pedra, deixando-as em algum depósito.

A organização do adro e da extensa praça também denota o cuidado prévio do arquiteto Lima Cerqueira. Podemos supor que estaria disponível para construção de capelas dos Passos de Cristo, semelhante ao Santuário do Matosinhos, em Portugal, ou os sacro-montes de Braga e de Congonhas do Campo. Mas percebe-se que este plano não se efetivou, talvez pelo falecimento de Catharina Parreira, em 1809, sua principal financiadora.

Esta “praça longa” foi pensada para uma vila e não para a ocupação rarefeita do arraial de Campo Belo, situação que, aliás, perdurou até meados do século XIX. A impressão do bispo Dom Frei da Santíssima Trindade, em 1825, denuncia tal fato: “A igreja matriz é toda de pedra, dentro de um adro todo fechado e agradável, como também o arraial, que se pode fazer ainda mais agradável com mais edifícios”.

No início do século XX, as margens da “praça longa” de Campo Belo estavam praticamente preenchidas com o casario térreo. Porém, a falta de reconhecimento deste patrimônio arquitetônico e urbano levou à demolição de duas antigas capelas, a do Rosário e do Senhor dos Passos, e logo depois, de quase todo casario, sendo substituído por altos edifícios residenciais.



Figura 81. Campo Belo, Praças Minote Áurea, Cônego Ulisses e Rui Barbosa. Uma das “Praças Longas” mais belas de Minas Gerais, Campo Belo ainda preserva a Igreja Matriz “Velha”, que motivou a regularização deste espaço, ainda em época de arraial. Fonte: Museu e Arquivo de Campo Belo



Figura 82. Campo Belo, Praça Cônego Ulisses, nos anos 1930. O ajardinamento deste longo adro camufla o original terreno, ou campo, utilizado como feira de gado em meados do século XVIII. Fonte: Museu e Arquivo de Campo Belo



Figura 83 Campo Belo, Praça Cônego Ulisses, antiga Praça da Matriz, no final dos anos 1930. Fonte: Acervo Museu e Arquivo de Campo Belo.



Figura 84. Campo Belo, Praça Cônego Ulisses, anos 2000. Alameda de pau-ferro, que remanesce do antigo ajardinamento, conduz à Igreja Matriz “Velha” do Senhor Bom Jesus, obra atribuída ao arquiteto e mestre em cantaria Francisco de Lima Cerqueira. Fonte: Foto do Autor

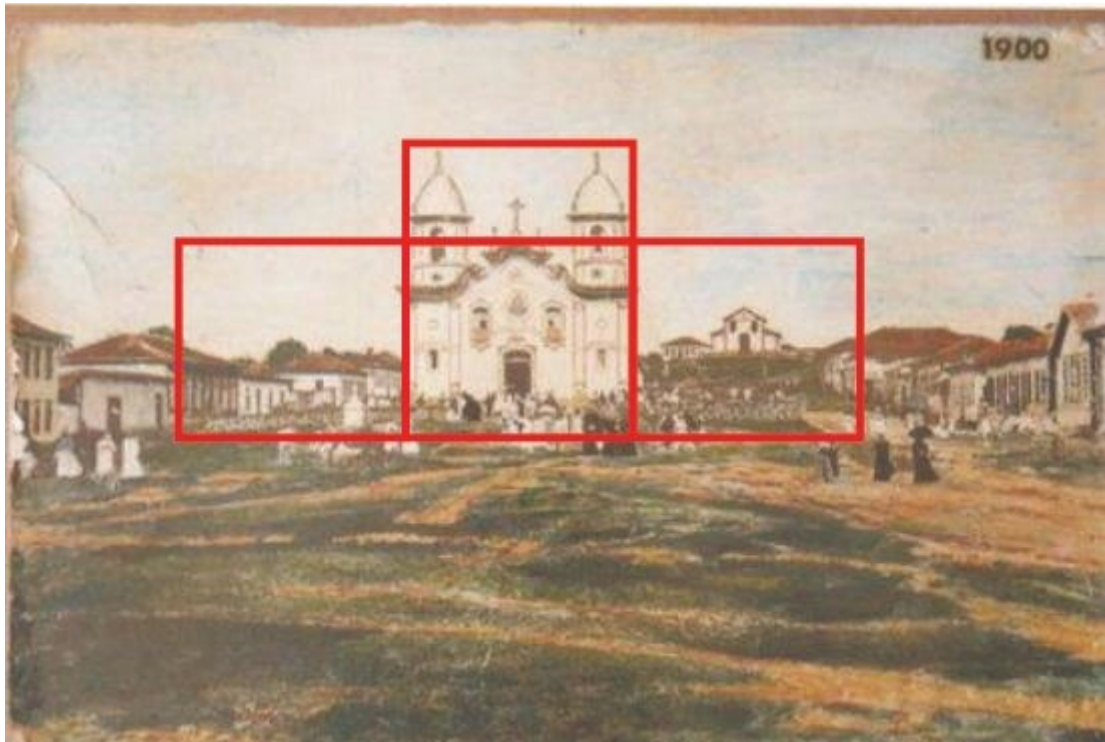


Figura 85. Teoria da Proporção de Fachadas, resgatada por Figueiredo Seixas do Tratado de Alberti, aplicada na edificação da Igreja Matriz de Campo Belo. Fonte: Elaborado pelo autor

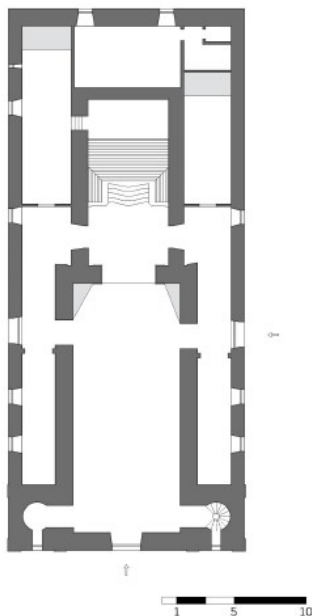


Figura 86. Campo Belo. Igreja Matriz Velha do Senhor Bom Jesus, Campo Belo. Planta e desenho da fachada. Fonte: Levantamento do autor

3.5. Lavras

*Praça Longa: Largo da Matriz / Praça Central / Jardim Municipal
(atuais praças Dr. Augusto Silva, Leonardo Venerando Pereira)*

A partir de 1760



Figura 87. Praça Longa da Paixão, em Lavras. Fonte: Elaborado pelo autor a partir de imagens de satélite

O povoamento de Lavras do Funil teve início por volta de 1729, conforme se desprende na concessão de uma sesmaria em 1737, onde os requerentes afirmavam ter posse e feitorias “há mais de sete anos no Funil do Rio Grande”.¹¹² Alguns cronistas-historiadores recuam a data de ocupação a 1720, justificando-se pela remota origem do nome da localidade: “Funil”, pela existência de uma grande queda d’água, denominada Cachoeira do Funil, e “Lavras”, pelo garimpo estabelecido pelos primeiros habitantes da região.

A mineração logo entrou em decadência, seja pelo baixo teor aurífero encontrado ou pelo esgotamento rápido de seus filões de ouro, deixando vestígios significativos no território, como grandes desmontes, desvios de curso d’água, betas de extensas dimensões e cascalho lavado.¹¹³ Os mineradores migraram para as

¹¹² BARBOSA, 1971, p.264.

¹¹³ FERREIRA, 1958, vol. 25, p. 443.

minas mais promissoras de São João del-Rei, e os que ficaram, investiram nas atividades agrícolas e pastoris na extensa área de campos e matas, levando à prosperidade de Lavras do Funil durante todo o século XIX.

Pertencentes à freguesia de Carrancas, os moradores de Lavras do Funil obtiveram licença para erigir uma capela em honra à Senhora Santana, através da provisão de 18 de setembro de 1751. Para patrimônio religioso, Luís Gomes de Moraes Salgado doou “umas capoeiras nas vizinhanças da referida capela”, conforme sentença de aceitação datada de 21 de abril de 1753. A inauguração da capela ocorreu no ano de 1754, benta pelo padre Manoel Martins.

O arraial cresceu rapidamente e o número de seus moradores ultrapassou a própria sede da freguesia, provocando a transferência da Igreja Matriz de Carrancas para a Aplicação de Santana, em 1760:

O juiz das diligências do Bispado de Mariana, Pe. Dr. José Soares Aranha Brandão, visitando a matriz de Carrancas e capelas filiais, mostrou a necessidade de nova matriz, pois a que havia em Carrancas pertencia a particular, não tinha adro, nem comodidade para procissões. Ciente do fato, os moradores da Aplicação da capela de Santana das Lavras do Funil dirigiram um apelo ao sr. Bispo, pedindo a transferência da sede da paróquia de Carrancas para a capela de Santana; alegaram que estavam construindo novo corpo da igreja, ficando a parte antiga como capela-mor. O requerimento foi remetido ao vigário de Carrancas, Pe. Manoel Martins, que deu parecer favorável, alegando, entre outras cousas, que Carrancas tinha uns 500 moradores, enquanto a Aplicação de Santana tinha mais de mil. A provisão de Dom Frei Manoel da Cruz, primeiro bispo de Mariana, datada de 21 de novembro de 1760, determinava fosse a capela de Santana das Lavras do Funil erigida em Matriz da paróquia “que até agora se intitulava das Carrancas”. (BARBOSA, 1971, p, 265)

A capela de Santana tornou-se o núcleo principal de desenvolvimento do povoado, desde sua inauguração em 1754. A primeira edificação, correspondente à área da capela-mor, foi instalada às margens de um caminho de tropas, na extremidade de uma extensa colina. O adro fronteiro da primitiva capela foi utilizado para ampliação da nave, em 1760. Para a formação do novo adro, também destinado ao cemitério do povoado, foi necessária a extensão frontal do terreno, na transversal do caminho. A adequação do novo adro ao caminho levou ao alargamento colina abaixo, em formato cônico, transformando-se num dos espaços mais peculiares da tipologia “praça longa”.

A Igreja Matriz de Santana só foi concluída em 1810, pelo empenho da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Em 1904, com a construção de uma nova Matriz de Santana, a velha passou a denominar-se Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em compensação à demolição da capela da irmandade no topo da praça.

A povoação de Santana das Lavras do Funil foi erigida à vila por Resolução de 13 de outubro de 1831, instalada no ano seguinte, recebendo a denominação de Lavras do Funil. O pelourinho foi levantado no Largo da Matriz, “fronteiro ao beco que desce a fonte”. Lavras foi elevada à categoria de cidade pela Lei 1.510, de 20 de julho de 1868.¹¹⁴

O caminho original do núcleo recebeu o nome de Rua Direita, no início do século XIX, concentrando os mais importantes sobrados e casas comerciais, fazendo a ligação dos principais prédios públicos e religiosos. Por ser a artéria mais transitada da cidade, a Rua Direita foi a segunda do município a ser pavimentada com pedras tipo “pé-de-moleque”, em julho de 1836.

Segundo relatos de antigos moradores, foi necessária a retirada de terra da praça para a construção das casas em seu entorno. Foram feitas escavações do centro desta para o sentido da subida da rua, o que explica o desnível existente entre a praça e as ruas adjacentes. Nas reformas empreendidas no início do século XX, houve a tentativa de recolocação de terra, porém, não foi suficiente para manter o nível de toda praça em relação às ruas.¹¹⁵

No *Almanach Sul-Mineiro para 1874*, Bernardo Saturnino da Veiga faz uma descrição crítica da cidade de Lavras, principalmente da desarmonia entre sua praça central e as ruas marginais:

Extensa de um quarto de légua seguramente, não corresponde a largura da cidade ao seu comprimento – havendo apenas, lateraes à sua praça central, duas ruas, uma das quaes estreita e pouco ornada de habitações. / Antes, porém, e em continuação d’aquella praça, existem muitas ruas bem providas de prédios, sendo as principaes delas as da Misericordia e de Santa Anna. Outras apresentam tortuosidades, que vão desaparecendo à esforços da câmara municipal e de alguns cidadãos prestimosos. (VEIGA, 1874, p. 185)

¹¹⁴ BARBOSA, 1971, p. 266.

¹¹⁵ SILVA, 2008, p. 26.

O aspecto romântico e pitoresco da praça se destaca entre as várias cidades do Sul de Minas visitadas por Veiga, chamando sua atenção a arborização de casuarinas:

A parte mais importante e formosa da cidade é sem dúvida o centro, a extensíssima praça de Sant'Anna, toda sombreada por belas e grandes arvores que dão-lhe, especialmente em noites de brilhante luar, um aspecto verdadeiramente pitoresco, poético e agradável, embora melancólico. Essa arborização é melhoramento que já conta mais de vinte anos e que se deve ao ilustrado Sr. Dr. José Jorge da Silva. (VEIGA, 1874, p. 185)

Lavras era uma velha cidade do período colonial, que se originou de uma única rua que se estendia em ziguezague pela colina, com cerca de quatro quilômetros de extensão, terminando no Alto do Cruzeiro, sintetizou Dr. Samuel Rhea Gammon, antes de descrever a praça e seu rico casario em 1892:

Na praça central, grande e deserta, onde se erguia a Igreja Matriz, havia certo número de sobrados, onde vivia a elite. Essas casas, em estilo colonial, eram bem mobiliadas e adornadas com pinturas e revestimento caprichoso, refletindo o luxo e a riqueza de dias prósperos. Nos arredores da cidade, porém, se amontoavam os casebres cobertos de capim, atestando a maior pobreza. Eram assim as cidades antigas do interior de Minas. Hoje, as ruas foram endireitadas, pavimentadas e dotadas de passeios. As praças se transformaram em parques e jardins. (Apud SILVA, 2008, p. 17)

A “praça longa” de Lavras também sofreu ameaças de redução, como vimos anteriormente o mesmo fato na cidade de Oliveira, cuja extensa praça foi interrompida por uma grande quadra de residências, em meados do século XIX.

O jornal carioca *Imprensa Industrial* publicou, em 25 de junho de 1877, uma matéria sob o título “Justiça de capitães mores”, narrando o grande conflito na Praça Municipal de Lavras, por volta de 1850:

Há em Lavras, [...] uma praça de grandes dimensões, hoje toda arborizada e gramada, [...].

Alguns moradores do lugar, entendendo que podiam a seu bel-prazer diminuir as dimensões da praça, traçaram dentro dela uma rua e começaram a edificar casas sem outra licença que não fosse a de suas vontades.

Com razão representaram dois capitães mores a fazendeiros das circunvizinhanças à Câmara Municipal de São João Del Rey contra o esbulho do logradouro público, a Câmara, porém, pensando de modo diverso dos representantes, achou que os esbulhadores faziam bem em edificar na praça pública. Vendo-se por tal modo desatendidos, os dois ponteados, levados

mais pelo desejo da desafronta que pela manutenção do direito, resolveram arrasar às casas em construção, anunciando previamente, por bandos, que em tal dia executariam a sentença que em seus tribunais de mandões havia decretado. [...]

Não contentes de arrasarem às casas, mandaram carrear todo o material e despeja-lo a uma légua distante, ficando ambos os capitães mores de pé no lugar dos destroços com um troço de negros armados de foice até o amanhecer do dia, [...]

Despertos os moradores por tais brados e vendo o arrasamento praticado durante à noite, tomaram o partido de se deixarem ficar trancados até os dois mandões se retirarem. Tentaram mais tarde alguns dos prejudicados processar os demolidores, mas a primeira ameaça dos capitães mores de manda-los surrar, retiraram as suas queixas e a praça ficou desde então livre de novas invasões. (Apud SILVA, 2008, p. 18)

A “praça longa” de Lavras teve várias denominações, iniciando por Largo da Matriz, Praça Central, Jardim Municipal e, finalmente, Praça Dr. Augusto Silva. Antes da construção do Jardim Municipal, o espaço foi utilizado como cemitério, campo de futebol e terreiro para instalação de parques e circos, que passavam pela cidade.

A primeira arborização da cidade foi realizada justamente no Jardim Municipal, em 1853, pelo Dr. José Jorge da Silva (pai do Dr. Augusto Silva), atendendo pedidos da população por áreas verdes na cidade. Esta arborização era composta basicamente da espécie casuarina (*Casuarina sp*), escolhida na intenção de dissecar as poças d’águas que formavam nas depressões artificiais da praça. Em 1905, por iniciativa do Dr. Gustavo Penna, foram plantadas palmeiras imperiais, completadas em 1907 por aleias de magnólias.¹¹⁶

O Jardim Municipal foi completamente refeito a partir de 1904, com projeto de Bernardino Maceira, administrador de obras municipais. Para maior extensão da praça, foi recomendada a demolição da capela de Nossa Senhora do Rosários dos Pretos, irmandade instituída em 1810, construída no alto da praça em 1818. A demolição ocorreu no dia 9 de agosto de 1904, causando manifestações de protestos da comunidade negra do município. Em seu lugar, formou-se a atual Praça Leonardo Venerando Pereira.¹¹⁷

¹¹⁶ SILVA, 2008, p. 29.

¹¹⁷ SILVA, 2008, p. 26.

O município de Lavras teve grande desenvolvimento econômico entre 1907 e 1917, refletindo nos investimentos de seus espaços públicos e chegando a inaugurar, em 1911, uma linha de bonde no centro da cidade. A inauguração oficial do novo jardim ocorreu em 29 de novembro de 1908, quando o local passou a chamar Praça Dr. Augusto José Silva, em homenagem ao benemérito médico lavrense, falecido em 1905.¹¹⁸

Outras reformas e adaptações vieram durante o século XX, além da complementação de sua arborização com tipuanas e ipês, transformando as duas praças, Dr. Augusto Silva e Leonardo Venerando, numa grande ilha verde de altas copas.

Apesar da demolição de praticamente todo casario do século XIX, na extremidade da praça ainda se mantém a Igreja Nossa Senhora do Rosário, antiga Matriz de Santana (1754), tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1948, diante ameaça de sua demolição, com parecer técnico de Lúcio Costa para a preservação de sua ornamentação interna, como os entalhes do português José Maria da Silva (1784) e as pinturas do sanjoanense Joaquim José da Natividade (c.1805).

¹¹⁸ SILVA, 2008, p. 23.



Figura 88. Lavras, Praça Central, atual Praça Dr. Augusto Silva, final do século XIX. A grande “Praça Longa”, com suas casuarinas para dissecação do solo, teve sua área invadida irregularmente por aqueles que achavam desperdício tanta área pública. A Câmara mandou demolir as novas edificações. Fonte: Coletânea de Renato Libeck



Figura 89. Lavras, Praça Dr. Augusto Silva, antiga Praça Central. A estrada se alarga em frente à Igreja Matriz de Sant’Ana, atual Nossa Senhora do Rosário, formando um grande adro de chegada. A arborização de um século garante o oásis no centro da cidade. Fonte: Prefeitura Municipal de Lavras

3.6. Pouso Alegre

Praça Longa: Largo da Matriz

(atuais Avenida Dr. Lisboa, Praça da Catedral, Praça Dr. Garcia Coutinho)

A partir de 1811

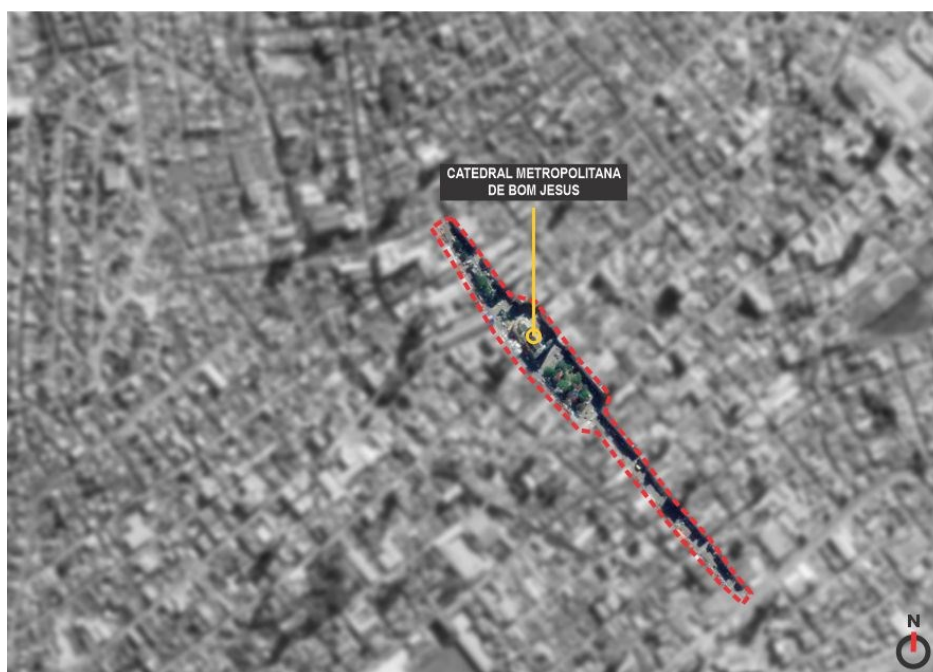


Figura 90. Praça Longa da Paixão, em Pouso Alegre. Fonte: Elaborado pelo autor a partir de imagens de satélite

Pouso Alegre, antigo Arraial do Bom Jesus de Matosinhos do Mandú, situa-se às margens do rio Mandú, afluente do Sapucaí. Mandú, em tupi-guarani, vem da corruptela de mandi-yu, significando peixe-amarelo.¹¹⁹

Segundo a tradição, registrada por Veiga no *Almanach Sul-Mineiro para 1874*, em meados do século XVIII, um “homem de espírito aventureiro”, chamado João da Silva, teria erguido sua casa às margens do rio Mandú, formando uma propriedade agrícola e lançando o primeiro marco da povoação de Pouso Alegre. Prosperando sua lavoura, João da Silva fez a doação do terreno necessário para edificação de uma

¹¹⁹ FERREIRA, 1958, vol. 26, p. 415.

capela dedicada ao Senhor Bom Jesus do Matosinhos, construída com auxílio de alguns moradores vizinhos, inaugurando-a por volta de 1795.¹²⁰

Pesquisas posteriores revelaram documentos mais precisos sobre a fundação da capela, não encontrando o morador João da Silva, talvez confundido com João da Silva Pereira, o qual recebeu carta de sesmaria datada de 14 de junho de 1785, firmando propriedade adquirida há mais de 30 anos de Antonio de Araujo Lobato e Félix Francisco. Lobato seria o pioneiro, cuja mesma carta de sesmaria o classifica como primeiro povoador daquele “sertão”. Outros estabeleceram-se nas proximidades do Mandú, como Antonio José Machado, que comprou as terras de Carlos Araújo em 9 de julho de 1747, mais tarde doadas ao patrimônio da capela.¹²¹

Por volta de 1755, o Governador da Capitania de Minas Gerais criou um registro ou posto fiscal no pouso de Mandú, para cobrança dos direitos sobre produtos que por ali passavam. Segundo Veiga, o nome “Pouso Alegre” deriva de um encontro, em 1798, do Governador D. Bernardo José de Lorena, Conde de Sarzedas, transferido de São Paulo para a Capitania de Minas Gerais, com o Juiz de Fora de Campanha, Dr. José Joaquim Carneiro de Miranda. Passando pelo povoado, ficaram “encantados pelo sumptuoso panorama que se desenrolava a seus olhos e pelos vastos e límpidos horizontes que os cercavam “. Um destes cidadãos dissera que não deveria chamar Mandú, mas sim, Pouso Alegre, e daí veio a denominação “que o povo e a lei posteriormente sancionaram”.¹²²

Crescendo o número de habitantes, o povoado ressentia pela dificuldade de assistência religiosa da freguesia de Santana do Sapucaí¹²³, distante cerca de seis léguas. Angelo Gomes Moreira, zelador da imagem do Senhor Bom Jesus do Matosinhos, obtida através do Vigário de Santana, fez, “junto a outros devotos”, a primeira petição de ereção de uma capela ao Bispo de São Paulo, D. Manuel da Ressurreição, em 22 de setembro de 1789.

Havendo necessidade de um patrimônio para a ereção de Capela, este foi constituído em terras, “de matos e campos de criar”, doadas por Antonio José

¹²⁰ VIEIRA, 1874, p. 221

¹²¹ PERLATTO, 2000, p. 12.

¹²² VIEIRA, 1874, p. 222.

¹²³ Freguesia de Santana do Sapucaí é atual Silvianópolis, MG.

Machado e sua esposa Leonor Maria, com escritura confirmada por seu filho Manoel José Machado, registrada na Vila de Lorena (SP), em 29 de agosto de 1796. Nesta escritura, o doador declarava que possuía as terras por herança e que fazia a doação “por ser em primeiro lugar feita pelo falecido seu pai”, dando-se a descrição do patrimônio:

[...] cujas terras tem princípio e testada no rio chamado Mandú, correndo pela estrada adiante, que segue para dita freguesia de Santa Anna até o Morro chamado o Palmital, as braças que tiver de Sul a Norte, correndo o Rumo para o Certam de Leste e Oeste, ou como melhor for a arrumação dos ventos entre os vizinhos, distancia de um quarto de légua de uma banda e outra do caminho. (Apud PERLATTO, 2000, p. 13)¹²⁴

Após cumprir todas as exigências, o zelador Alferes José Antonio Correa dirigiu nova petição ao Prelado de São Paulo, D. Mateus de Abreu Pereira, em fevereiro de 1799, recebendo despacho favorável no dia 28 do mesmo mês, com a seguinte recomendação:

[...] poder erigir a Sobred^a Capella do Snr Bom Jezus, cujo Lugar será assignalado pelo Parocho, Será em lugar alto, desviado de humidade, de lugares Sordidos, imundos, com a clauzula depois definida a mesma, não se poderá nella Celebrar sem faculd.e nossa. (“Autos de Ereções...”, vol. II, f. 127)

Em 8 de abril de 1802, o bispo deu licença ao Padre Francisco de Andrade Mello, substituto do Vigário da Vara de Santana do Sapucaí, para que benzesse a nova capela, embora não totalmente concluída, e a abrisse ao culto público.¹²⁵

Desde então, Padre Francisco Mello tornou-se o capelão do povoado do Mandú, que foi aos poucos adotando a denominação de Pouso Alegre. A população continuou a crescer consideravelmente, tornando-se difícil a assistência religiosa por um padre que não residisse no local. A partir de 1805, os moradores enviaram

¹²⁴ Nos “Autos de Ereções e Patrimônio de Capelas”, vol. II, f. 124: “a testada no dito Rio Mandu, correndo pela Estrada adiante para a dita freguezia até o Morro chamado Palmital, as braças, que tiver de Sul a Norte, correndo rumo para o Sertão de Leste a Oeste, ou Como melhor for a arremação dos Ventos entre os vizinhos, distancia de hum quarto de Legoa de hua banda e outra do Caminho”.

¹²⁵ Arquivo Arquidiocesano Metropolitano de São Paulo: “Autos de Ereção de Capella do Senhor Bom Jesus de Mattosinhos no lugar chamado Mandú da Freguesia de Santa Ana de Sapucahy 1789”, “Autos de Ereções e Patrimônio de Capelas”, vol. II, f. 86-127.

representação ao Prelado Diocesano, para a criação de uma nova paróquia desmembrada de Santana.

A causa teve o apoio do seminarista José Bento Leite Ferreira de Melo, jovem nascido em Campanha da Princesa em 1785, morando em São Paulo desde 1807. José Bento era muito próximo ao bispo D. Mateus, o qual cuidava pessoalmente de sua formação sacerdotal. Ordenado padre em 1809, ele pleiteava uma paróquia próxima à sua terra natal.

Apenas oito anos após a inauguração, a capela do Mandú foi elevada à categoria de Freguesia Colada do Senhor Bom Jesus de Pouso Alegre, pelo Alvará Régio de 6 de novembro de 1810, assinado pelo Príncipe Dom João VI. Logo em seguida, foi aberto concurso para provimento da nova freguesia, apresentando-se como único concorrente Padre José Bento, o qual tomou posse como Vigário Colado em 20 de fevereiro de 1811 e Vigário da Vara em 4 de fevereiro de 1819.

Além das funções da paróquia, Padre José Bento investiu no desenvolvimento de Pouso Alegre, procurando melhorar as condições de vida dos seus moradores, atraindo parentes e amigos da região e dirigindo pessoalmente os trabalhos de alinhamento das ruas da nascente freguesia.

Por seus trabalhos em Pouso Alegre e por sua atuação política no Partido Liberal, Padre José Bento recebeu a nomeação de Cônego Honorário de São Paulo, em 1820; foi nomeado eleitor de Pouso Alegre nas eleições de 1820 às Côrtes Portuguesas; eleito membro da Junta do Governo Provisório da Província, por ocasião do golpe de 20 de setembro de 1821; membro do Conselho Geral da Província de Minas, sendo deputado geral em três legislaturas, de 1826 a 1834; e, em 1834, senador do Império escolhido pelo Regente.¹²⁶

Com a influência política do agora Cônego José Bento, Pouso Alegre foi elevada rapidamente à Vila, por lei provincial de 13 de outubro de 1831. A Câmara de Vereadores, que se reunia em prédios provisórios, instalou o símbolo de emancipação municipal, o pelourinho, no largo da Alegria, em frente à antiga Capela do Rosário (1846-1878). Com os poderes municipais, foram tomadas as providências possíveis

¹²⁶ FERREIRA, 1958, vol. 26, p. 415.

para atender às necessidades públicas, como a canalização de água potável e aberturas de valas de drenagem nas baixadas da vila.

Perante a renúncia de Feijó ao cargo de Regente e a consequente mudança política no País, em 1837 foi organizado o partido conservador em Pouso Alegre, composto por pessoas que discordavam do Senador José Bento. No começo de 1842, agravaram-se as lutas políticas entre os partidos conservador e liberal, culminando na Revolução de 42, nas províncias de Minas Gerais e São Paulo, sufocada pelo Duque de Caxias. O rancor e o desejo de vingança dos políticos levaram a um trágico desfecho: na tarde de 8 de fevereiro de 1844, quando seguia a cavalo da vila para a sua fazenda, o Senador José Bento foi assassinado com dois tiros de garrucha.¹²⁷

Após a morte do Senador José Bento, Pouso Alegre entrou em profunda depressão, mudando-se muita gente e os que ficaram, retraíram-se, pelo ambiente político pesado entre os dois partidos. Entretanto, anos mais tarde, um fato reanimou a população: a elevação de Pouso Alegre à categoria de Cidade, pela Lei Provincial 433, de 19 de outubro de 1848.

No final de 1849, deu-se o início das obras da nova Matriz, atrás da antiga, com construção dirigida pelo Cel. José Garcia Machado. A velha igreja foi sendo demolida durante as obras e o serviço paroquial foi transferido para a Capela do Rosário, até a inauguração ocorrida em 1857. A Matriz recebeu novas reformas em 1888, para correção de problemas na cobertura, e de 1900 a 1908, para se adequar como sede da recém-criada Diocese de Pouso Alegre. Essa igreja foi completamente demolida em 1947, para em seu lugar construir a atual Catedral do Senhor Bom Jesus, no estilo neorromânico, a qual foi parcialmente inaugurada em 1952 e finalmente sagrada no dia 3 de agosto de 1980.¹²⁸

A configuração urbana do centro de Pouso Alegre ainda mantém o traçado original proposto por José Bento, a partir de 1811, constituída por uma larga rua de entrada, atual Avenida Dr. Lisboa, a desembocar no adro ou largo da Matriz, atual Praça Dr. Garcia Coutinho. Apesar da diferença topográfica, esta disposição lembra

¹²⁷ PERLATTO, 2000, p. 15.

¹²⁸ PERLATTO, 2000, p. 134-5.

muito Campanha da Princesa, terra natal de José Bento, com a Rua Direita a desembocar diretamente na longa praça, que foi ampliada a partir 1785.

O planejamento da avenida de Pouso Alegre era algo incomum para a época, relativizando sua grande dimensão ao incipiente núcleo da freguesia. Para garantir a ocupação ideal do traçado, Padre José Bento adquiriu terrenos do patrimônio religioso e construiu nas duas alas do largo. Destas propriedades, sabemos sobre o solar vendido à primeira Câmara Municipal em 1832, terreno atualmente ocupado pelo Clube Literário e Recreativo, e o primeiro sobrado de Pouso Alegre, sua residência, demolido no início do século XX para a construção do Grupo Escolar “Monsenhor José Paulino”.

A “praça longa” de Pouso Alegre impressionou os viajantes que por ela passavam no século XIX, valorizada pela paisagem pitoresca do vale do Rio Mandú. Este terreiro, pisoteado por cavalos e carros-de boi, foi cercado por um longo casario de taipa, entremeados por algumas capelas dos Passos. Importantes edifícios públicos vieram em seguida, como a Cadeia Pública (1874), numa praça aberta ao lado da avenida; o Theatro Municipal (1875), no meio da avenida; o Mercado Municipal (1893), ao lado do Largo da Matriz; e a Estação Ferroviária (1895), na entrada da avenida.

Da arquitetura de taipa, nada mais resistiu, e das construções de alvenaria de tijolos, algumas poucas se mantêm espalhadas pela avenida e pela praça. Os altos edifícios foram e estão substituindo os sobrados residenciais e comerciais, concorrendo e sufocando as torres da Igreja Catedral.

A Avenida Doutor Lisboa, a velha “praça longa” de Pouso Alegre, tornou-se uma via exclusiva de automóveis, impermeabilizada por asfalto e de difícil travessia pelos pedestres.

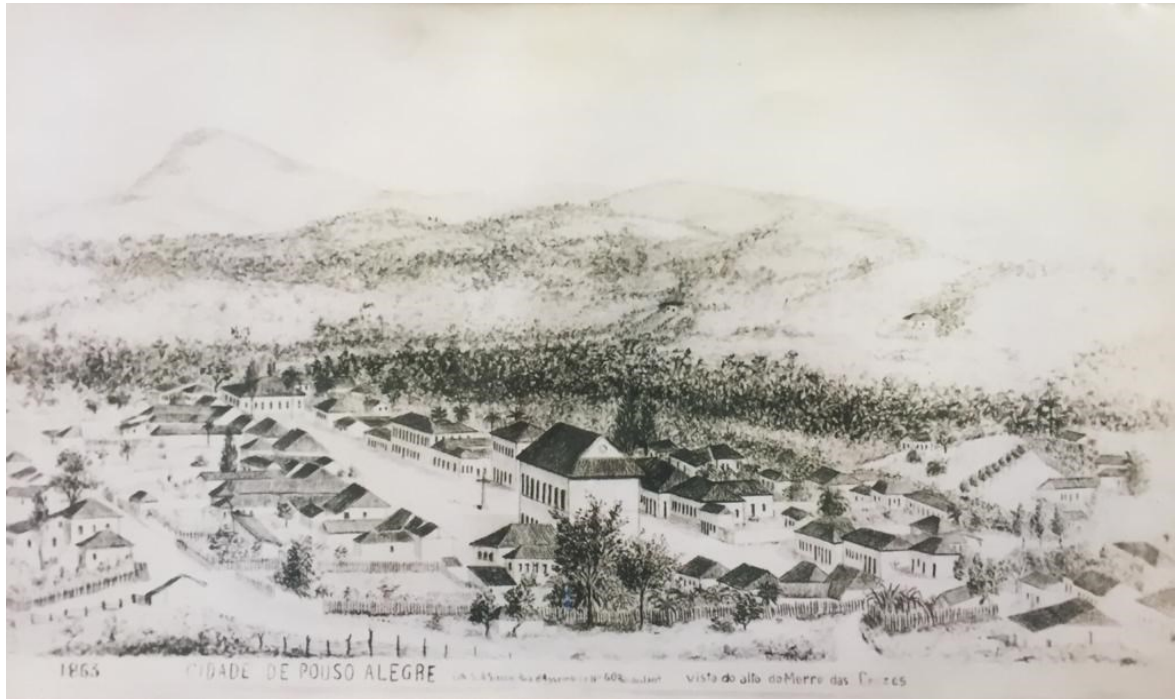


Figura 91. Pouso Alegre, litogravura de Sebastien Auguste Sisson, datada de 1863. A “Praça Longa” e seu casario se destaca no vale do Mandú, por entre morros cobertos de mata nativa. A igreja Matriz era um prédio de taipa mal construído, cujas imperfeições eram alertadas nas visitas pastorais dos bispos. Fonte: Museu Histórico Municipal Tuany Toledo

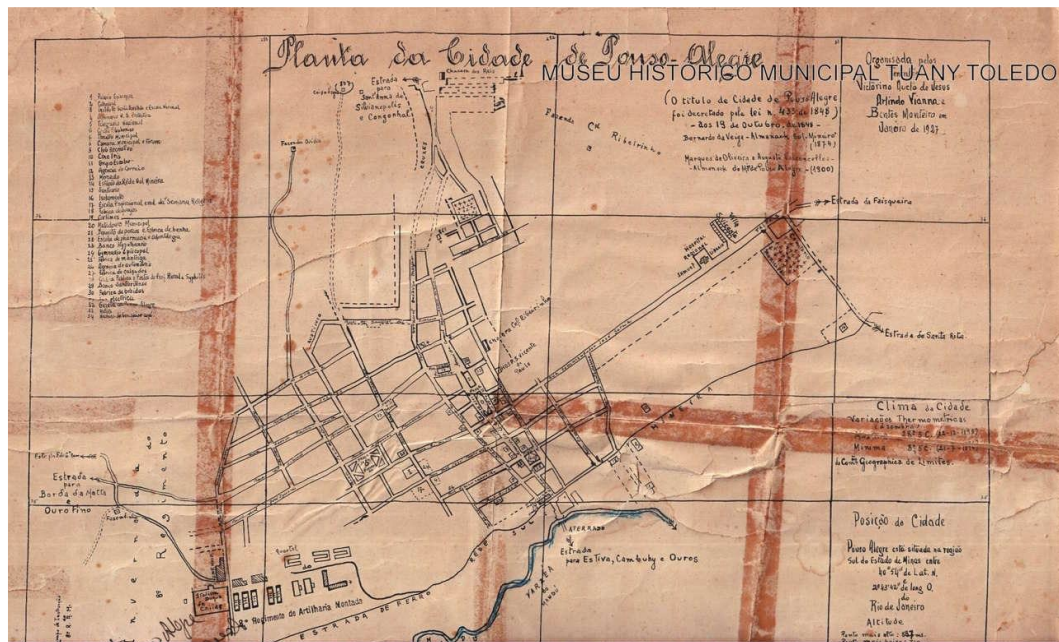


Figura 92. Pouso Alegre, Planta da Cidade em 1927. O caminho dos tropeiros, em desvio das enchentes do Rio Mandú, foi eixo indutor da freguesia comandada pelo Padre José Bento, futuro senador do Império, no início do século XIX. Fonte: Museu Histórico Municipal Tuany Toledo



Figura 93. Pouso Alegre, Largo da Matriz, atual Avenida Dr. Lisboa, final do século XIX. A Igreja Matriz reformada, o teatro e o sobrado de José Bento, do lado esquerdo. Do lado direito, um solário senhorial, com sua capela dos Passos em anexo. Fonte: Museu Histórico Municipal Tuany Toledo



Figura 94. Pouso Alegre, Largo da Matriz, atual Avenida Dr. Lisboa, início do século XX. Os postes de iluminação e a arborização, fora das calçadas, induziriam o seu prolongamento. Fonte: Museu Histórico Municipal Tuany Toledo



Figura 95. Pouso Alegre, Largo da Matriz, vista aérea da Avenida Dr. Lisboa, anos 1960. A monumental Igreja Catedral manteve, por décadas, sua condição de marco visual da cidade. Fonte: Museu Histórico Municipal Tuany Toledo



Figura 96. Pouso Alegre, Avenida Dr. Lisboa, anos 2000. Totalmente asfaltada e sinalizada, esta avenida se tornou a artéria mais importante da cidade, com trânsito caótico e vagas de estacionamento lotadas. Fonte: Museu Histórico Municipal Tuany Toledo

3.7. Caldas

Praça Longa: Largo da Câmara e Cadeia (atual Praça Paulino Figueiredo),

Largo da Matriz (atuais Praça Melo Viana e Dr. Paiva de Oliveira),

Largo do Rosário (atual Praça Joaquim Amarante)

A partir de 1813

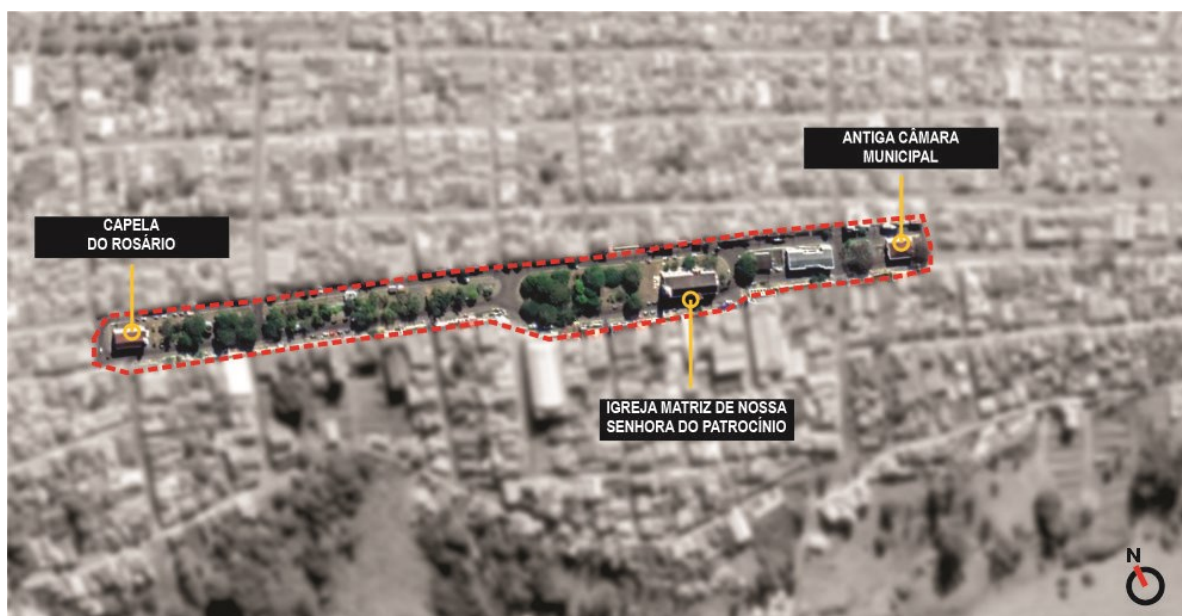


Figura 97. Praça Longa da Paixão, em Caldas. Fonte: Elaborado pelo autor a partir de imagens de satélite

A origem de Caldas está numa fazenda fundada pelo Capitão de Ordenanças Antonio Gomes de Freitas, na “Paragem dos Bugres”, a oeste do Rio Pardo, adquirida em 1776 por compra ou por posse. Ele não foi atraído pelo ouro, mas, sim, pela existência de pastagens naturais, abrindo o “ciclo pastoril” na região do Planalto da Pedra Branca. A propriedade ficou conhecida como Fazenda dos Bugres do Rio Verde das Caldas, núcleo do futuro arraial.¹²⁹

Antes de se mudar, Antonio Gomes formou família em Aiuruoca, no sul de Minas Gerais. Era português, nascido em 1725 em Santa Maria dos Infiéis, freguesia

¹²⁹ PIMENTA, 1998, p. 113. O nome “Caldas” deve-se aos poços de águas termais sulfurosas, localizados a seis léguas de distância, muito semelhantes às Caldas da Rainha, em Portugal. Trata-se da origem de Poços de Caldas, que foi distrito de Caldas até o final do século XIX.

situada perto de Guimarães, no Arcebispado de Braga. Como ele, quase todos os povoadores de Caldas tinham sua origem no norte de Portugal.

Distando nove léguas da Matriz de São Francisco de Paulo do Ouro Fino, Antonio Gomes decidiu instalar um cemitério na Paragem dos Bugres, em 1782, para facilitar os sepultamentos dos habitantes do Planalto da Pedra Branca. Escolheu para a construção, o início de uma extensa colina, a beira do caminho de tropeiros, já prevendo a constituição de um arraial.

Por volta de 1805, Antonio Gomes fez a doação de 12 alqueires à Nossa Senhora do Patrocínio, a partir do cemitério, começando a erguer as primeiras casas no ano seguinte.¹³⁰

Aumentando o número de habitantes em volta do cemitério, decidiram pela construção da singela “Capella dos Bugres”. As obras foram iniciadas em 1810, em pau-a-pique, coberta por colmado de folhas de palmeira, ficando quase pronta em 1811. A capela ficava ao lado do velho cemitério, no meio da estrada, alargando-se a via à esquerda de quem subia a ladeira. Em 1812, foi elevada à “Capella Curada”, tendo como capelão Curado o Padre Antonio de Carvalho Pinto.¹³¹

Logo em seguida, os moradores fizeram petição com abaixo-assinado para a “separação da freguesia de Caldas da de Ouro Fino”:

“Dizemos nos abaixo assinados que tendo obtido Licença de V. Ex.ca R.ma para erigirmos uma Capela com a invocação da Snra. Patrocinio, neste lugar denominado o Rio Verde das Caldas, em cujo lugar se acha um Cemiterio, único jazigo nosso onde se achão sepultados muitos corpos, e tendo conseguido a fatura da dita Capela, ansiamos dos últimos desejos de termos a administração dos Sacramentos, fazendo-se nos muito dificultoso, procurarmos a Freguezia de Ouro Fino, pela grande distancia e maus caminhos suplicamos e rogamos a V. Ex.ca R.ma para que na pessoa do Reverendo Padre Antonio de Carvalho Pinto, ou outro qualquer do agrado de V. Ex.ca R.ma nos haja de conferir Paroquial no lugar denominado, pois as razões ponderadas nascidas dos desejos e grande necessidade de

¹³⁰ Na pasta de Documentos Avulsos de Caldas, do Arquivo Arquidiocesano Metropolitano de São Paulo, existe uma transcrição de escritura de doação do patrimônio à Nossa Senhora do Patrocínio por um outro personagem, Ignacio Pereira da Silva, registrada no Cartório do Escrivão de Juízo de Paz da Vila de Caldas em 31 de março de 1863, com a seguinte declaração: “sou possuidor de um terreno de posse que fis no lugar denominado Pedra Branca, do qual faço duação de um pedaço de terras de um quarto de légua, em quadra, para se levantar uma Capella para Nossa Senhora do Patrocínio e para um patrimônio, cujas terras dou de minha livre e espontânea vontade, sem constrangimento de pessoa alguma: [...]” Não conseguimos localizar informações de tal Ignacio, na história local ou regional. A transcrição foi feita em 16 de maio de 1878, destinada à Cúria Diocesana, provável confirmação patrimonial para direitos de foros e laudêmos.

¹³¹ PIMENTA, 1998, p. 119.

salvamos as nossas almas: [...] 1º de Abril de 1812.” (Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, setor de Documentação da Mesa de Consciência. Apud PIMENTA, 1998, p. 203-6)

A “Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio do rio Verde das Caldas” foi concedida pelo príncipe regente D. João VI, em 27 de março de 1813. A partir de então, os fazendeiros e moradores fizeram festas e quermesses, doações em dinheiro, para deixar mais digna a modesta capela. Em 1822, ela vai estar em obra, substituindo a cobertura de folhas de palmeira por telhas de barro, e todo seu interior forrado de taquara, no sempre lembrado “mutirão das esteiras”. Em 1826, o Capitão João de Freitas mandou pintar o altar de Nossa Senhora das Dores. As obras de reforma e ampliação finalizaram em 1836, quando suas paredes externas foram todas caiadas de branco.¹³²

A Freguesia de Caldas foi elevada à categoria de Vila pela Lei Providencial 134, de 16 de março de 1839.¹³³ Mas a aparência da Matriz ainda não condizia com o progresso da recém-criada vila. Em 1840, houve a “Festa da Reforma”, angariando-se algum dinheiro. Porém, os moradores queriam praticamente reedificá-la, pedindo-se loterias ao Governo Provincial. Em 1854, foi organizada uma comissão para “tratar da construção da nova Matriz”, entretanto, em 1856, ainda não se tinha principiado, mesmo com a avultada verba de “hum conto de réis” doada por João Antonio dos Reis, o João Mendes.

Encontrando muita dificuldade em tocar a construção, em 1857, a comissão opinou pelo conserto da velha Matriz, adicionando-lhe novo frontispício com duas torres (não de pedra, como queriam) e aumentando a capela-mor. Para prolongar aos fundos o corpo da igreja, destinado à capela-mor, o presidente da Câmara autorizou a desapropriação da casa de Antonio Gonçalves Pereira.¹³⁴

No esboço do Largo da Matriz, feito pelo naturalista sueco Gustaf A. Lindberg em 1856, registra o estado da igreja na época, com fachadas ainda incompleta, sem

¹³² PIMENTA, 1998, p. 133.

¹³³ BARBOSA, 1971, p. 95. A sede da vila foi transferida para Cabo Verde, em 26 de março de 1846, sendo restaurada para Caldas, em 20 de outubro de 1849.

¹³⁴ PIMENTA, 1998, p. 133.

as torres, um cruzeiro no grande adro e a casa do Pereira aos fundos, do lado direito do templo, desapropriada e demolida no ano seguinte.

Ampliou e reformou-se a Igreja Matriz em 1858, embelezando-a com duas torres: uma vazia, outra com o velho sino, o qual antes ficava adaptado na empena central da fachada. Tudo estava pronto para a elevação de Caldas à categoria de Cidade, ocorrida em 2 de junho de 1859, pela Lei Provincial 973. A Igreja Matriz manteve a mesma configuração até o início do século XX, com mínimas reformas de manutenção.

Parte do velho cemitério, de 1782, ficou anexo à parede norte da Igreja Matriz, com apenas quatro metros de frente, fechado por muros de pedra. Ali eram inumados os pobres e os escravos, ficando reservado o interior do templo aos ricos e poderosos. Com a lei imperial de 1828, proibindo sepultamentos no interior de igrejas, adros e laterais, e recomendando a construção de cemitérios afastados de aglomerações, a Câmara Municipal de Pouso Alegre enviou o fiscal de Freguesia, Antonio José Ribeiro, em 1832, para fazer a demarcação de um novo cemitério para Caldas: “na parte norte, com o tamanho de dez braças em quadra e distante da Povoação 300 braças”. Mesmo assim, demorou-se o empenho, ficando para os missionários capuchinhos a construção do novo cemitério no mesmo local indicado, em 1850, ampliando-se o projeto e levantando grossos muros de pedra.¹³⁵

Antes da construção da capela, o viajante que viesse do Leste, entrava pelo arraial avistando o primitivo cemitério praticamente de frente, em rampa. Mais tarde, avistava o templo de costas, cuja fachada voltava-se para a grande esplanada da colina. Sua disposição cardeal, coincidentemente, respeitava as legislações da Igreja, orientando seu altar-mor para o sol nascente.

A impressão de Bernardo Saturnino de Veiga, em seu “Almanach Sul-Mineiro para 1874”, era de uma cidade perfeitamente encaixada numa paisagem pitoresca:

A cidade de Caldas está colocada no dorso de uma pitoresca collina junto à serra do Maranhão, que quase em linha recta se estende – grande e majestosa – por um lado da povoação. [...] A quem a procura ella se mostra de longe com suas casas alvejando sobre verde campina; [...] Pouco adiante

¹³⁵ PIMENTA, 1998, p. 170

da cadeia encontra-se a igreja matriz consagrada à N. S. do Patrocínio; possui duas torres regulares, e dá a frente para o mais importante largo da cidade, em cuja extremidade oposta está a igreja do Rosario. (VEIGA, 1874, p. 364)

O adro da Igreja Matriz prolongou-se pela velha estrada, em largura avantajada, até encontrar o adro da Capela do Rosário, esta construída nos anos de 1830. Desta maneira, formou-se em Caldas, uma das “praças longas” mais harmônicas do Sul de Minas Gerais. Sua tipologia espelha-se na de Pouso Alegre, coordenada pelo Padre José Bento, com uma década de diferença.

Para erguer uma casa no largo, o “posseiro” deveria comprar o terreno de Nossa Senhora do Patrocínio (do patrimônio religioso), conforme ditava a representação da Câmara Municipal de 1844:

No começo “cada indivíduo”... “por imemorial costume”... “quando se propunha a edificar uma casa” se apossa de “um certo número de palmos de terreno”... “mediante a esmola de 20 rs. correspondente a cada palmo que demarcar”, a qual oferecia “à Padroeira da Freguezia de quem constitue patrimônio todo o terreno”. Acontecia, porém, que alguns espertos se apossavam das áreas melhores, mais do que necessitavam, “privando os demaes de aproveita-las”. (PIMENTA, 1998, p. 155: Representação da Câmara Municipal, 1844, Livro 1º de Registro de Portarias da Câmara de Caldas)

Num depoimento colhido por João Amarante, a velha negra Esperança testemunhou o princípio do arraial de Caldas: “Eu já era grandinha quando levantaram as duas primeiras casas de alinhamento desta cidade. Foi a casa do Seu Pedro Comissão e do Seu Villasboas. Lá para as bandas do cortume, já tinha umas casinhas ruinzinhas e no Largo estavam pondo umas madeiras, aqui, ali, mas não havia serviço nenhum”.¹³⁶

Paralela ao grande largo, uma nova via se abriu, chamada Rua Debaixo, mais tarde, Rua do Comércio. Para acessar as duas longas vias, estavam as travessas estreitas, eficientes ao escoamento das águas pluviais. Originalmente, o largo era formado por coqueiros (ou palmeiras), salpicados por pinheiros (araucárias), que

¹³⁶ PIMENTA, 1998, p. 155: “Testemunho da preta Esperança”, falecida na antiga Santa Casa em 1934, “nesta época (1920) com 128 annos” (sic).

cobriam todo o morro. As palmeiras foram cortadas e utilizadas no travamento das taipas e ripamento dos telhados, e as centenárias araucárias, nas estruturas do piso, ripamentos do assolho e forro. O centro da “praça longa” se manteve como um amplo terreiro, quase plano, servindo para encontros, procissões e quermesses, circos de cavaleiros e as memoráveis cavalhadas, a batalha entre mouros e cristãos.

O núcleo se desenvolveu de maneira acelerada, enchendo a crista do morro e se esparramando pela ladeira baixo, com travessas e becos em declive. A configuração desta “praça longa” completou-se em 1855, começando pelo Largo da Cadeia, na rampa do antigo arraial, chamada Praça da Constituição, passando pelo Largo da Matriz, prolongando-se na praça em frente ao antigo Mercado, até encontrar o Largo do Rosário.¹³⁷

A sofisticação dos solares construídos representava o sucesso econômico do “ciclo do pastoril”, cuja produção era encaminhada por tropas até a corte no Rio de Janeiro. As mesmas tropas traziam de volta tudo o que pudesse condizer com a elegância e o requinte, para preencher estes solares. Da capital da província, Ouro Preto, e das mais importantes vilas do Sul de Minas, como Pouso Alegre e Campanha da Princesa, também provinham pessoas de cultura refinada, como ricos comerciantes, magistrados, intelectuais e jornalistas.¹³⁸

No final do século XIX, Caldas já tinha perdido sua importância regional, migrando boa parte da população para outras cidades em desenvolvimento, principalmente a estância hidrotermal de Poços de Caldas, outrora seu distrito. A estagnação do município levou ao abandono dos casarões e de seus espaços públicos, recuperando, com muita lentidão, durante o século XX.

O terreiro áspero da “praça longa” se revestiu de casuarina no princípio do século, para dissecar as poças de águas que insistiam a sangrar o seu solo. Nos anos 1920, plantaram-se extensas alamedas de magnólia, perfumando a cidade e

¹³⁷ PIMENTA, 1998, p. 158.

¹³⁸ PIMENTA, 1998, p. 161. Vindo a convite do cônsul da Suécia, Lourenço Westin, o médico Dr. André Regnell se instalou em Caldas, em 1841, montando sua casa-laboratório na rua do Comércio, atendendo sua clientela por toda redondeza e fazendo suas coletas e pesquisas sobre a botânica local. Recebeu amigos cientistas e fotógrafos ligados à Universidade de Upsala, Estocolmo.

reduzindo a poeira provocada pelos cavalos e os primeiros automóveis. Nos anos 1940, houve a reestruturação das praças, agora de pleno uso público, com passeios pavimentados, canteiros floridos e muitos bancos de estar.

Quanto ao patrimônio arquitetônico, muito se perdeu. Os casarões foram sendo reformados e quase todos, demolidos. As únicas estruturas resistentes ao desaparecimento continuam sendo as duas igrejas principais, Patrocínio e Rosário, e a configuração urbana de sua “praça longa”, formada pela junção das atuais praças Paulino Figueiredo, Melo Viana, Dr. Paiva de Oliveira e Joaquim Amarante.



Figura 98. A “praça longa” de Caldas, em desenho do naturalista sueco Gustaf A. Lindberg, de 1856. A fachada da Igreja Matriz inacabada, sem as torres, e a presença da casa do Pereira aos fundos, desapropriada e demolida no ano seguinte. Fonte: Seção de Mapas e Fotos da Universidade de Uppsala, Suécia.



Figura 99. Caldas, Largo do Rosário em direção ao largo da Matriz. O terreiro não resistia às enxurradas constantes e o crescimento de gramíneas, que eram consumidas pelas tropas de muars. Fonte: Arquivo Público Mineiro



Figura 100. Caldas, Largo do Rosário, foto de Salomon Henschen, 1868. Numa das extremidades da “Praça Longa” de Caldas, a capela com seu cruzeiro faz frente à Matriz, a quase meio quilômetro de distância. Fonte: Universidade de Uppsala, Suécia

3.8. Cabo Verde

Praça Longa: Largo da Matriz (atual Avenida Oscar Ornelas)

A partir de 1839, reformada a partir de 1910

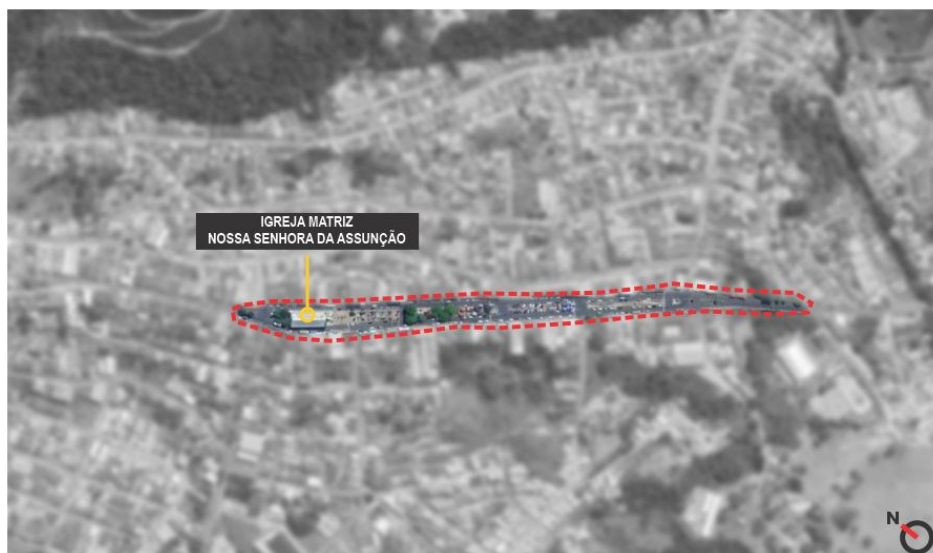


Figura 101. Praça Longa da Paixão, em Cabo Verde. Fonte: Elaborado pelo autor a partir de imagens de satélite

Cabo Verde tem sua origem na mineração do ouro de faisqueira. Sua descoberta é atribuída ao português Veríssimo João de Carvalho.¹³⁹ Ele foi o primeiro a descer de Ouro Fino para a região das cabeceiras do Rio Pardo, isso em 1759, implantando sua fazenda na serra da “Gineta”, de criação de gado e de mineração.¹⁴⁰ A partir de sua fazenda, Veríssimo fazia incursões para o norte, à procura de córregos auríferos. Numa dessas entradas pelo sertão, encontrou a região do rio Cabo Verde, descobrindo ouro no riacho da Assunção, em 1762. Logo em seguida, mudou-se com a família, esposa e filho, no “novo descoberto de Cabo Verde”. E marcando a data do descobrimento, 15 de agosto, dia de Nossa Senhora da Assunção, Veríssimo João nomeou o riacho que iria dar origem ao povoado.¹⁴¹

¹³⁹ Veríssimo João de Carvalho nasceu em 1709 na Freguesia de São Salvador, Conselho de Ribeira de Pena, Arcebispado de Braga, Portugal.

¹⁴⁰ “Suas terras começavam no ‘alto do dito morro até um corgo no caminho que veio do Cabo Verde para o Ouro Fino nas cabeceiras do Rio Pardo, que terá huma legoa de comprimento pella outra largura”, apud CARVALHO, 1998, p. 74.

¹⁴¹ CARVALHO, 1998, p. 74.

A notícia se espalhou rapidamente. Em primeiro momento, houve imigração intensa de parte da população de Ouro Fino, Santana e Jacuí, através das picadas abertas no mato, em direção ao riacho aos pés da “Serra da Assunção”. Logo depois, vieram os faiscadores de lugares mais distantes, como Aiuruoca, Baependi, Taubaté, Pindamonhangaba, São Paulo, São João do Atibaia, São João del-Rei, Sabará, além dos “Pretos Cabo-Verde” da Bahia, através de Ibituruna.¹⁴²

A origem do nome “Cabo Verde” está relacionada a esta população de mineradores baianos, mestiços de negros e com índios, resultando numa aparência física muito próxima aos negros do Cabo Verde, de pele bem escura, traços delicados e cabelos lisos. A presença dos “Pretos Cabo-Verde” na região é comprovada através de documentos paroquiais desde 1780.¹⁴³

Logo após o “descoberto”, com população de mineradores aumentando progressivamente, providenciaram a criação de uma nova paróquia, com a transferência desta do Arraial do Ouro Fino para o novo Arraial de Nossa Senhora da Assunção do Cabo Verde. Não há referência documental sobre este ato de criação e nem da transferência. O que se conhece, realmente, é que em 1764, o vigário de Ouro Fino, Joaquim Pedroso de Almeida, já estava em Cabo Verde como seu primeiro vigário.¹⁴⁴

O documento mais antigo que comprove o primeiro passo para a elevação da capela é a provisão do bispo de São Paulo, D. Frei Antonio da Madre de Deus Galvão, enviada em 26 de agosto de 1762 ao vigário de Ouro Fino, determinando levantar altar portátil, administrar sacramentos e benzer cemitérios, em Camanducaya e “novos descubertos” (Cabo Verde):

Estimamos muito que essa freguesia esteja em paz e que aparecem esses córrigos de ouro com tão boa pinta, e lhe louvamos muito a diligencia que fez de ir pessoalmente examinar a paragem, tomando-lhe posse, como diz e como consideramos que nestes actos possessórios hé preciso levantar altar, dizer missa, e administrar sacramentos; concedemos-lhe esta faculdade para todas as vezes que for ou mandar apossar algum território, ... nos limites da nossa jurisdição. Também lhe concedemos faculdades para benzer os cemitérios que julgar forem precisos para se enterrar os corpos dos defuntos que pelas distancias não poderem vir à igreja Matriz, tanto no Camanducaya como no dito descoberto ou em outra parte dessa Freguesia, que tiver a

¹⁴² CARVALHO, 1998, p. 31.

¹⁴³ CARVALHO, 1998, p. 33.

¹⁴⁴ CARVALHO, 1998, p. 31.

mesma necessidade. [...] (Apud CARVALHO, 1988, p. 35: Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, pesquisa Wanderlei dos Santos)

O primeiro cemitério autorizado pelo Bispo de São Paulo foi construído no adro da capela do arraial, local sobre onde assentou-se a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção. Nada foi encontrado sobre a construção da capela, iniciada em 1762 e curada em 1766. Pouco tempo depois, entre 1767 e 1769, a capela curada foi elevada à Paróquia.¹⁴⁵ A freguesia foi criada em 1839, pela Lei 134, ano em que a capela foi reformada e ampliada para se tornar Igreja Matriz, graças, principalmente, aos 400 mil réis deixados pelo finado vigário Ignácio Ribeiro do Prado.¹⁴⁶

Além da Igreja Matriz, Cabo Verde também teve a capela da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, organizada pelos “Pretos Cabo-Verde”, erguida a partir da provisão do bispo, datada de 1º de fevereiro de 1766. Este templo foi destruído por um vendaval por volta de 1884, não sendo mais reconstruído. Seu antigo “Largo do Rosário” permaneceu vazio até metade do século XX, quando foi ocupado pelo atual Parque Infantil “Ataliba Navarro”. Atrás desta antiga capela, constituiu-se o segundo cemitério de Cabo Verde, descrito nos antigos livros de óbitos como “Cemitério do Rosário”.¹⁴⁷

A capela e o cemitério do Rosário se localizavam no final da atual Avenida Dr. Antonio de Souza Melo, antiga Rua Rosário, o que corresponderia à primitiva estrada de entrada de Cabo Verde, alargando-se o determinado trecho numa ilha em forma de barco. Seguindo em frente, após leve curva, subia suavemente em direção ao outeiro da Matriz. Chegava-se, então, no antigo “Largo das Paineiras”, bem atrás da igreja, onde, por muito tempo, foi o centro social e comercial mais importante de Cabo Verde. Acredita-se que este local, entre a Matriz e o Rosário, foi onde se iniciou o povoado logo após o abandono das cabanas mineradoras às margens do Riacho Assunção.¹⁴⁸

Por estar fora da capela e devidamente murado, o cemitério do Rosário permaneceu em funcionamento até meados do século XIX. Quanto ao cemitério da

¹⁴⁵ ALMEIDA, 2019, p. 159.

¹⁴⁶ CARVALHO, 1998, p. 187.

¹⁴⁷ CARVALHO, 1998, p. 207.

¹⁴⁸ CARVALHO, 1998, p. 223.

capela da Assunção, não comportando mais sepultamentos em seu interior e adro, e perante a legislação imperial, deveria ser desativado e trasladado para fora da povoação. Nos anos 1830, o arraial recebeu a provisão do Bispado de São Paulo, para a “construção do cemitério da irmandade” (sem especificar qual das irmandades), no alto do morro que existia em frente ao “Largo da Matriz”. Após a construção do “Cemitério do Morro”, o hábito de sepultamento no interior da Matriz continuou até 1879, entre os poderosos e ricos, quando foi contestado pela Câmara Municipal, com pesada multa. Em 1878, a Câmara providenciou a construção do atual Cemitério Municipal, desativando os cemitérios do Rosário e do Morro.¹⁴⁹

A topografia acidentada, onde se implantou o povoado de Cabo Verde, com características típicas dos arraiais mineradores, permitiu a formação de uma modesta “Praça Longa” até o desmonte do “Morro do Cemitério”. No início do século XX, esta praça foi duplicada em sua extensão, dando origem à larga Avenida Oscar Ornelas.

O ouro foi encontrado nos barrancos que ladeavam o riacho “Assunção”, espremido entre duas serras contíguas, no bairro da “Praia Formosa”. A notícia do “Novo Descoberto” atraiu mineradores de diversas regiões do país, os quais montavam taperas provisórias às margens do riacho, na “linha de várzea”, enquanto durassem as lavras. A continuidade desta mineração acabou formando uma população fixa, que procurou construir casas mais resistentes no alto da colina, ao longo da linha de cumeada. Requereram o cemitério bento e a capela curada, a partir de 1762. A capela tornou-se o marco principal do povoado, cujo adro frontal acompanhava o traçado longitudinal da via principal, e foi sendo ocupado por casas caiadas de branco e dois grandes sobrados.

Após a criação da freguesia, em 1839, reformou-se completamente o templo, mas nada se investiu nas demandas urbanas. Cheia de morros e depressões, o casario acompanhava a ondulação do terreno, ocasionando a formação de ruas tortuosas e de larguras variadas. Na ocasião, Cabo Verde não contava mais com a mineração e sua economia estava voltada à criação de gado e produção agrícola variada. Sua importância reduziu consideravelmente na região, frustrando duas tentativas de emancipação, em 1846 e 1849/1850. A Vila de Cabo Verde foi

¹⁴⁹ CARVALHO, 1998, p. 213.

restaurada pela Lei Provincial 2.416, de 30 de outubro de 1866, instalando-se o município a 22 de abril de 1867.¹⁵⁰

Após a criação da vila, a Câmara Municipal vai se dedicar a organizar e melhorar o aspecto do antigo arraial, como as obras de alinhamento e remoção de barrancos nas “ruas de baixo”, ou seja, as ruas Sete de Setembro e Treze de Maio, executadas em 1893.¹⁵¹

A grande transformação do centro de Cabo Verde vai ocorrer a partir de 1910, quando o Agente Executivo (Prefeito) Oscar Ornelas promoveu o desaterro do morro do velho cemitério, que limitava a Praça da Matriz, em frente o atual Colégio Pedro Saturnino. A terra tirada deste morro serviu para formar o grande aterro da extensão desta praça, além da correção da velha Praça Major Pedro de Melo e do caminho do Cemitério Municipal. As obras se arrastaram por uma década, concluída em 1920, resultando numa “praça longa” de grande efeito estético. Em reconhecimento à dedicação e empenho de Oscar Ornelas, a Câmara Municipal decidiu dar seu nome ao logradouro, agora tratado como “avenida”, pois mantinha o formato de um grande terreno, antes da implantação dos canteiros centrais da praça.¹⁵²

Pela topografia acidentada de Cabo Verde, o velho “Largo da Matriz” não se tornou modelo na região, até a sua ampliação a partir de 1910. As antigas capelas filiadas à Paróquia de Nossa Senhora da Assunção formaram as melhores derivações das “praças longas” do Sul de Minas Gerais, seguindo o modelo de Caldas, Pouso Alegre e Campanha da Princesa. São elas: a Capela de São José e Dores dos Alfenas, antiga ermida da Pedra Branca, a partir do patrimônio doado em 1805; a Capela de São José dos Botelhos, com patrimônio doado em meados do século XIX; a Capela dos Figueiredo – Conceição da Boa Vista, atual Divisa Nova, com provisão de ereção da capela, em 1861; e São José da Boa Vista, atual Muzambinho, também com provisão de ereção da capela, em 1861.

¹⁵⁰ BARBOSA, 1971, p. 89: “Em 1846, foi criado o município de Cabo Verde, com a lei nº 290, de 26 de março, que transferiu a sede da vila de Caldas para o povoado de Cabo Verde, com a denominação de Vila Nova de Cabo Verde. Mas, em 1849, foi Caldas novamente elevada a vila e, pela lei provincial nº 472, de 31 de maio de 1850, suprimida a vila de Cabo Verde. Só veio a ser restaurada pela lei mineira nº 1.290, de 30 de outubro de 1866, sendo instalado o município a 22 de abril de 1867. A lei provincial nº 2.416, de 5 de novembro de 1877, deu a Cabo Verde os foros de cidade”.

¹⁵¹ Atuais Avenida Luís Ornelas Podestá e Rua Doze de Outubro.

¹⁵² CARVALHO, 1998, p. 227.



Figura 102. Cabo Verde, antigo Largo da Matriz, atual Avenida Oscar Ornelas, início do século XX. Apesar da antiguidade da vila, sua “praça longa” não se encontra em sua gênese, como localidade mineradora, bastante montanhosa. Em frente à Igreja Matriz, a iniciativa do administrador Oscar Ornelas foi arrasar os obstáculos e aplinar a longa e larga avenida, a partir de 1910. Fonte: Arquivo Público Mineiro



Figura 103. Cabo Verde. Avenida Oscar Ornelas, já urbanizada, em 1922. Fonte: CARVALHO, 1998, p.225

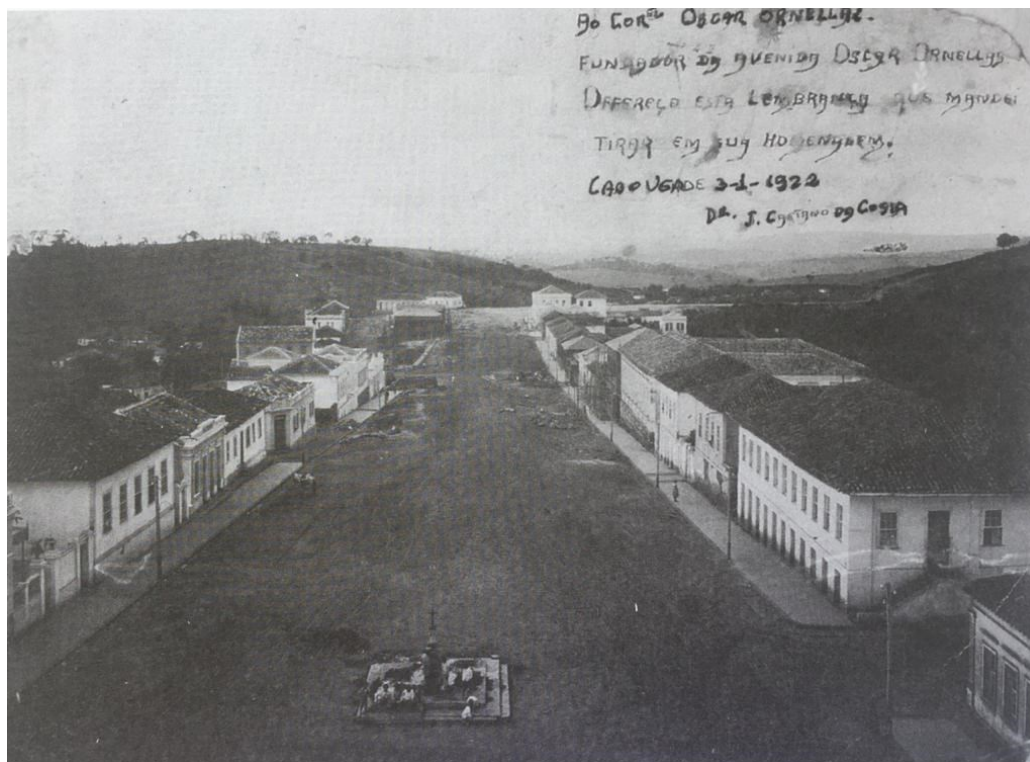


Figura 104. Cabo Verde. Vista da Avenida Oscar Ornelas, em 1922, a partir da torre da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção. Fonte: CARVALHO, 1998, p. 226



Figura 105. Cabo Verde, vista aérea da cidade, anos 2000. A estagnação econômica do município acabou preservando sua configuração urbana do início do século XX. Sua fundação recua ao século XVIII, concorrendo com Caldas o título de vila. Fonte: Prefeitura Municipal de Cabo Verde.

3.9. Varginha

Praça Longa: Largo da Matriz (atual Praça Dom Pedro II) e atual Avenida Rio Branco

A partir de 1831, ampliada em 1845



Figura 106. Praça Longa da Paixão, em Varginha. Fonte: Elaborado pelo autor a partir de imagens de satélite

Um documento episcopal de 1763 registrou a existência de uma Ermida de Santo Antonio na antiga estrada que ligava Três Pontas a Campanha da Princesa, sendo esta, a referência mais antiga da origem das paragens das Catanduvras.¹⁵³

Os primeiros povoadores do primitivo arraial provinham de Campanha da Princesa, conforme conclusão do historiador Monsenhor Lefort: Joaquim Vitoriano de Andrade e membros de sua família teriam sido os primeiros moradores do lugar, em 1795, ano em que surgiu a primitiva capela do Divino Espírito Santo das Catanduvras, filial da matriz de Santa Ana das Lavras do Funil. De 1795 a 1803, mais de 70 famílias estabeleceram-se em Catanduvras, mostrando o rápido crescimento do arraial.¹⁵⁴

¹⁵³ “Catanduvras”, palavra de origem tupi, significa “mato espinhoso e rasteiro”, comum nas terras com solo argiloso e pouco fértil.

¹⁵⁴ Mons. José do Patrocínio LEFORT, *Varginha, Monografia Histórico-Geográfico e Estatístico Religiosa, pelo centenário da paróquia a 1º de junho de 1950* / Apud BARBOSA, 1971, p. 532.

Por provisão do Bispado de Mariana, de 18 de janeiro de 1801, foi criado o curato, e um ano depois, cogitou-se a formação do patrimônio. O procurador dos povos aplicados, Alferes Manoel Francisco de Oliveira, adquiriu uma “sorte de terras, para patrimônio”, conforme escritura lavrada em 12 de novembro de 1806. Pela tradição, estas terras foram doadas pelo Cel. Francisco Alves da Sila e sua esposa, Tereza Clara Rasa, suficiente para o terreno exigido ao patrimônio distrital.¹⁵⁵ A denominação “Espírito Santo da Varginha” apareceu, pela primeira vez, em 1816.¹⁵⁶

Em 1831, o mestre de obras Francisco Simões Pereira deu início à construção da nova Capela do Divino Espírito Santo, no mesmo local da antiga capela de Catanduvas. O curato do Espírito Santo da Varginha foi elevado a paróquia pela Lei 471, de 1º de junho de 1850.

Varginha tornou-se entreposto importante no caminho dos tropeiros que faziam o trajeto entre Campanha da Princesa, Formosa de Formiga e os portos da Corte e Magaratiba. As tropas estacionavam no Largo da Matriz, onde acontecia movimentado comércio de muares e serviços de arreamentos. Mais tarde, esta “feira” foi ocupando o extenso largo formado atrás da Matriz.

Entre 1850 e 1880, a Freguesia de Varginha teve um crescimento vertiginoso, impulsionado principalmente pela pecuária. Domingos de Paula Teixeira de Carvalho e João Gonzaga Branquinho construíram escola e cadeia, às suas custas, doando-as ao Governo, além de promover o alinhamento dos principais logradouros da freguesia.¹⁵⁷ Os fazendeiros queriam ter sua casa na cidade, para as reuniões políticas e religiosas, as missas de domingos, as festas e procissões nos dias santos. Ao redor do adro da Matriz, preencheu-se de casas, tendo que se estender o casario colina acima, alargando-se a antiga estrada de tropeiros até encontrar o adro da Capela do Rosário, esta erigida em 1845.

¹⁵⁵ BARBOSA, 1971, p. 532 / FERREIRA, 1958, vol. 27, p. 410.

¹⁵⁶ O nome “Varginha” relacionava-se a uma antiga ocupação de várzea a certa distância do arraial. VEIGA, 1874, p. 174: “O lugar com propriedade denominado – Varginha – fica cerca de dois quilômetros afastado da povoação, e embora seja ainda um êrmo já pode emprestar seu nome ao centro da florescente parochia.”

¹⁵⁷ FERREIRA, 1958, vol. 27, p. 410.

O Largo da Matriz corresponde atualmente à Praça Dom Pedro II. Quanto à “praça longa” de Varginha, resultante do alargamento da estrada de tropeiros, corresponde atualmente à Avenida Rio Branco, que finalizava no adro da Capela do Rosário, demolida em 1913, para dar amplitude à entrada da cidade. A Rua Direita, atual Avenida Antonio Carlos, é outra via importante da época da freguesia, tradicionalmente ocupada pelo comércio e ainda ligada à Avenida Rio Branco por travessas estreitas.

Segundo o “Almanach Sul-Mineiro para 1874”, a Freguesia de Varginha compunha-se de 288 casas, das quais 10 eram sobrados, formando-se 10 ruas, cinco praças, e vários becos e travessas, “que se achão geralmente bem tratados”. Contavam com vários templos: as igrejas Matriz e São Sebastião, as capelas do Rosário, São Miguel e Pretório, estando em construção a de Santa Cruz. O espírito religioso da população levava às “concorridíssimas e magnificas festas” consagradas aos padroeiros das igrejas e capelas. E por décadas aconteciam as impressionantes solenidades da Semana Santa, que costumavam atrair fiéis de toda região, para a encenação urbana dos “mysterios da sacratíssima Paixão e morte do Redemptor”, encerrando com a procissão triunfal do *Corpus Christi*.¹⁵⁸

Varginha foi elevada à Vila pela Lei 2.785, de 22 de setembro de 1881; e à categoria de Cidade no ano seguinte, pela Lei 2.950, de 7 de outubro de 1882. A Igreja Matriz foi demolida a partir de 1889, para em seu lugar ser erguido um novo templo de alvenaria de tijolos, com torre sineira única, sagrando-se 19 anos depois, em 7 de setembro de 1908. Ela foi reformada, novamente, em 1928, adequando seu interior e elevando a torre sineira. Mas sua antiguidade não conseguiu resistir ao “progresso” da cidade, sendo completamente demolida em 1974, para em seu lugar edificar uma igreja moderna, inaugurada em 1980. A fachada desta nova Matriz foi rotacionada para a Avenida Rio Branco, ficando seus fundos voltados para a Praça Dom Pedro II, antigo Largo da Matriz.

A Estação Ferroviária de Varginha, pertencente à Companhia Mogiana, foi inaugurada em 28 de maio de 1892, tornando-se um novo marco de desenvolvimento da cidade, comercial e industrial. Já no século XX, Varginha foi uma das primeiras

¹⁵⁸ VEIGA, 1874, p. 175-6.

idades de Minas Gerais a ter iluminação pública: a gás de acetileno, inaugurada em 1902, e a elétrica, em 1914.¹⁵⁹

Também, a partir de 1914, significativas intervenções urbanas vão ocorrer no centro de Varginha, como a transformação do Largo da Matriz em Jardim Municipal, atual Praça Dom Pedro II, com canteiros de flores e árvores, cercado por grades; a demolição da Capela do Rosário, para desobstrução da vista da “praça longa”; a transferência do Cemitério Municipal, que ficava atrás do Rosário, atual Praça da Fonte; e a primeira arborização da “praça longa”, atual Avenida Rio Branco, na época que já anunciava o automóvel. Nos anos 1920, a Avenida Rio Branco será toda “urbanizada”, seja em seu leito pavimentado, como o ajardinamento dos canteiros centrais, nova arborização, calçamento, espelho d’água e fonte, e bancos, para o deleite dos moradores e visitantes.

A partir do final do século XX, os casarões e sobrados às margens da Avenida Rio Branco não resistiram à pressão imobiliária. Muitos foram demolidos para dar espaço a altos edifícios residenciais, sem recuo suficiente. Esta permissão de ocupação e uso do solo, ao longo da avenida, acabou reduzindo a magnificência desta peculiar “praça longa” de Varginha, ficando apenas registrada em fotos e na memória de velhas gerações.

¹⁵⁹ BARBOSA, 1971, p. 532 / FERREIRA, 1958, vol. 27, p. 410.



Figura 107. Varginha, Avenida Rio Branco, final do século XIX. A Igreja do Rosário, aos fundos, dava entrada à grande “praça longa” de Varginha, moldada durante todo o século XIX, com melhores casarões e sobrados da Freguesia. Fonte: Coleção Nico Vital



Figura 108. Varginha, Praça Governador Benedito Valadares, com vista da antiga Igreja Matriz, 1935. No extremo abaixo da grande avenida, com sua própria praça, ficava a Igreja Matriz do Espírito Santo, dando costas à colina acima. Ela passou por diversas reformas e demolições, desfigurando sua condição de marco urbano. Fonte: Coleção Nico Vital



Figura 109. Varginha, Avenida Rio Branco, 1916. A arborização do início do século dava ares de passeio público, mas também funcionava com sombreamento aos transeuntes e filtragem da poeira. Fonte: Coleção Nico Vital



Figura 110. Varginha, Avenida Rio Branco, anos 1930. A generosa largura desta avenida foi suficiente para criar uma praça ajardinada e iluminada, com esculturas e fontes, frequentada principalmente pelos jovens da época. Fonte: Coleção Nico Vital

3.10. Muzambinho

Praça Longa: Largo da Matriz (atuais avenidas Dr. Américo Luz e Frei Fiorentino)

A partir de 1857



Figura 111. Praça Longa da Paixão, em Muzambinho. Fonte: Elaborado pelo autor a partir de imagens de satélite

Muzambinho é uma das poucas localidades de Minas Gerais que partem do desejo de se implantar numa bela e salubre paisagem. Esta motivação foi narrada pelos próprios fundadores, como nesta versão contada por Falcucci:

No dia 19 de março de 1852, o fazendeiro cabo-verdense Pedro de Alcântara Magalhães cavalgava no cimo de uma montanha quando resolveu descansar debaixo de uma árvore. Passou por um cochilo e quando despertou, ficou deslumbrado com a beleza do pôr do sol visto daquele lugar. Decidiu que ali queria morar. Era proprietário de grande extensão de terra nas Fazendas São Pedro, Muzambo e na paragem denominada Cachoeira, herança de sua sogra. Pode-se deduzir que onde se instalou ou eram terras de sua propriedade ou devolutas. (FALCUCI, 2010, s/p)

O topo desta montanha é hoje a grande Avenida Dr. Américo Luz, que está a 1.036 metros acima do nível do mar. Em 1857, Pedro de Alcântara Magalhães construiu uma capela, cujo adro foi cercado por residências de famílias de outras localidades. O povoado foi batizado de “São José da Boa Vista de Cabo Verde”, justificando-se pela data de sua “descoberta”, 19 de março, dia de São José, e pela vista espetacular tomada de seu cume.

O povoado se formou rapidamente, e logo foi elevado a Distrito de Paz, pela Lei 1.095, em 08 de outubro de 1860; criada a Paróquia, em 12 de fevereiro de

1861,¹⁶⁰ cujo primeiro pároco foi o italiano Próspero Paoliello; tornou-se Freguesia, pela Lei 1.277, em 2 de janeiro de 1866; elevado à categoria de Vila, pela Lei 2.500, em 12 de novembro de 1878, mudando a denominação para Muzambinho; e à Cidade e Comarca, mediante a Lei 2.687, de 30 de novembro de 1880. O fundador Pedro de Alcântara Magalhães não viveria para ver o povoado transformado em cidade. Morreu três anos antes, no dia 18 de fevereiro de 1877, aos 78 anos, sepultado dentro da capela que havia construído.¹⁶¹

Outros benfeitores ampliaram o patrimônio religioso de São José da Boa Vista, chegando a 40 alqueires de terras, como as doações feitas pelos fazendeiros João Vieira Homem, sua esposa Maria Benedita Vieira, José Vieira Braga e Ingrácia Destarte. A fertilidade de seu solo, a beleza do local e o clima agradável atraíram gente de toda província de Minas Gerais.¹⁶²

Sobre a mudança do nome São José da Boa Vista para Muzambinho, conforme a tradição local, estaria associada ao rio Muzambo, que dava o nome à propriedade do fundador Pedro de Alcântara Magalhães. Vem da palavra “mocambo”, ou “mocambinho”, que significa moradia de negros escravos foragidos das fazendas. A região teria sido habitada pelos referidos negros, dando origem ao nome do rio, passando à propriedade e, finalmente, resgatado para a Vila.¹⁶³ O ato provincial também levou em consideração a constante confusão que se fazia com o município paulista São João da Boa Vista, mais antigo e muito próximo a São José da Boa Vista.

¹⁶⁰ Provisão da antiga capela de São José da Boa Vista: “Fazemos saber que atendendo nos ao que por sua petição nos representaram os moradores da Capela de Sam José da Boa Vista filial a Matriz da Freguesia de Cabo Verde, deste Bispado. Havemos por bem pelo presente declarar curada dita capela e desmembrada da referida freguesia e mais limítrofes, [...]. Dada em a câmara episcopal de S. Paulo sob selo das nossas armas e signal do nosso Mto. Rdo. P. provisor e vigário geral, aos 12 de fevereiro de 1861. E eu o Conego Antonio Augusto de Araujo Muniz. Escrivão da câmara episcopal a subscrevi. Sam Paulo 12/02/1861”. (CARVALHO, 1988, p. 169)

¹⁶¹ FALCUCCI, 2010, s/p.

¹⁶² “Muzambinho e seus arredores eram de propriedade das famílias de Pedro de Alcântara Magalhães, Antonio Joaquim Pereira de Magalhães, José Garcia da Ressureição, José Joaquim Machado e as famílias Bueno Matias, Correia e Araujo. Essas famílias uniram-se para a construção da primitiva capela consagrada a São José, que teve o seu relógio doado pelo Sr. Frederico Junqueira. Posteriormente concorreram na formação da localidade, as famílias Paoliello, Coimbra, Luz e Navarro.” (CARVALHO, 1988, p. 168)

¹⁶³ FERREIRA, 1958, vol. 26, p. 168.

A “praça longa” de Muzambinho, formada atualmente pela extensão total da Avenida Dr. Américo Luz, e pela continuidade atrás da Matriz da Avenida Frei Fiorentino, é a maior e mais regular de todas as praças aqui estudadas. Sua origem está na formação do povoado, a partir de 1852, regulada e controlada por seu fundador, conforme se dava a construção das moradias. A capela, apesar de modesta proporção, foi o marco inicial de toda ocupação do extenso largo.

Entusiasmado com a beleza da freguesia, Bernardo Saturnino da Veiga comparou São José da Boa Vista às montanhas da Suíça:

Às montanhas da Suíça não tem scenas mais encantadoras, nem sítios mais pitorescos, que os que se vê em muitos pontos do sul de Minas. / Visitai a freguesia de S. José da Boa-Vista, colocada no alto de um monte, cercada de majestosos pinheiros [araucárias], tendo aos pés vales profundos, imensas quebradas e lindas planícies, e vereis que naquela parte da Europa não há lugares que causem maior admiração. / Como toda povoação que está situada no cume de um monte esta freguesia é vista de longe, e portanto gozão seus habitantes do espectáculo grandioso que oferecem horizontes sem fim, serras e vales que parece se acabão junto do céu. (VEIGA, 1874, p. 390)

Na ocasião, Veiga comentou sobre “o extenso largo em que está a igreja matriz, consagrada a S. José”, além das “9 ruas perfeitamente alinhadas”, com “110 casas, sendo uma de sobrado”.¹⁶⁴ E após dez anos, então Vila de Muzambinho, Veiga registrou “cerca de 200 casas, uma cadeia [...], uma casa de instrução, e um cemitério ainda não concluído”.¹⁶⁵

A Igreja Matriz só vai harmonizar com este “extenso largo” a partir de 1883, quando o Cônego Antonio Camilo Esaú dos Santos, após assumir a paróquia em 1877, idealizou a construção de uma nova igreja para substituir a pequena capela. Ele gastou boa parte de sua herança na construção do templo e na compra dos terrenos para a nova casa paroquial e a Escola “Frei Fiorentino”. Cônego Esaú teve apoio técnico e incentivo de Cesário Cecílio de Assis Coimbra, que foi presidente da Câmara e Agente Executivo (Prefeito) de Cabo Verde e Muzambinho.¹⁶⁶

¹⁶⁴ VEIGA, 1874, p. 390.

¹⁶⁵ VEIGA, 1884, p. 352.

¹⁶⁶ “Um dos grandes beneméritos de Muzambinho foi o Cel. Cezário Coimbra, natural de Cabo Verde. A ele deve-se a elevação de Muzambinho a distrito, vila, município, cidade e comarca. Exerceu, durante

A construção da monumental igreja começou em setembro de 1888, com a benção da pedra fundamental, terminando dois anos depois. Em 1890, a população de Muzambinho chegava a 2.950 habitantes em 532 moradias, quase todas construções em taipa-de-mão (pau-a-pique). Como Cônego Esaú teve que montar uma olaria para a construção da Matriz, o excedente da produção foi vendido à população, que rapidamente substituiu as velhas casas por construções em alvenaria.¹⁶⁷

Abrindo o século XX, Muzambinho continuou atraindo uma população seleta de profissionais liberais, entre médicos, engenheiros, advogados, professores, poetas e jornalistas, provindos principalmente de Campanha, a cidade que possuía os melhores e mais disputados colégios da região. Por este contingente de profissionais e pelas qualidades urbano-ambientais de Muzambinho, em 1901, criaram o Lyceu Municipal, que começou a funcionar a partir de 1902, recebendo estudantes de todo país. Em 1908, o Lyceu chegou a ser equiparado ao Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, tornando-se o orgulho de Muzambinho, a qual foi aclamada por intelectuais como “Athenas Sul Mineira”. A Estrada de Ferro da Companhia Mogyana chegou à cidade em 1913, trazendo certo entusiasmo e progresso material. Em 1929, o Lyceu Municipal foi transformado em Ginásio Estadual, nomeado Ginásio Mineiro de Muzambinho. Nesta nova fase, a cidade recebeu o honroso título de “Rainha da Intelectualidade do Sul de Minas”. Porém, os vários desentendimentos políticos e partidários acabaram levando o Governador Benedito Valladares a extinguir o Ginásio de Muzambinho, em 1937, e transferi-lo para sua cidade natal, Pará de Minas. Mesmo recebendo e reformando os Colégios Estaduais, que desta maneira, mantinha a contratação dos professores do antigo Ginásio, a área de educação e cultura em Muzambinho não conseguiu recuperar o apogeu que teve entre 1900 e 1937.¹⁶⁸

A era vertiginosa de Muzambinho já estava praticamente no fim. Sua economia, calcada exclusivamente na produção cafeeira, sucumbiu às crises mundiais entre as grandes guerras. A estagnação e o declínio foram inevitáveis, mas

muitos anos, o cargo de presidente da câmara de Cabo Verde e de Muzambinho.” (CARVALHO, 1988, p. 168)

¹⁶⁷ FALCUCCI, 2010, s/p. O tijolo produzido na olaria de Cônego Esaú era de grande dimensão, personalizado com um cálice eucarístico, em cavidade.

¹⁶⁸ FALCUCCI, 2010, s/p.

seu patrimônio arquitetônico-urbano sobreviveu intocável até os anos 1980, tal como outras cidades da região.

Apesar das reformas e demolições de vários prédios que margeiam a “praça longa” de Muzambinho, ela ainda preserva a mesma escala e proporção idealizada por seu fundador, destacando-se a monumental Igreja Matriz com seu alto cruzeiro de pedra.



Figura 112. Muzambinho, Avenida Dr. Américo Luz, anos 1930. Suas margens foram lentamente ocupadas por moradia e comércio mais importante da localidade, destacando a monumental Igreja Matriz e seu cruzeiro, para jus à escala da praça. Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Muzambinho



Figura 113. Muzambinho, Praça da Matriz, atuais avenidas Dr. Américo Luz e Frei Florentino, anos 1930. O canteiro central dividiu a “praça longa” em duas avenidas, deixando ainda bastante generosa em suas dimensões. Fonte: Acervo do autor



Figura 114. Muzambinho, Avenida Américo Luz, anos 1950. O ajardinamento da longa praça começou de forma sutil, não deixando perder a monumental perspectiva de quem entrava na cidade. Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Muzambinho.



Figura 115. Muzambinho, Largo da Matriz, anos 2000. A Igreja Matriz de São José (da Boa Vista) passou por várias reformas e ampliações, tentando se adequar às proporções da “Praça Longa”, antecedida pelo alto cruzeiro de granito e mosaico de espelho. Fonte: Foto Olinto Cristo



Figura 116. Vista aérea de Muzambinho, anos 2000. A junção das extensas avenidas Dr. Américo Luz e Frei Florentino divide a cidade em duas partes harmônicas. Fonte: Prefeitura Municipal de Muzambinho

CONCLUSÃO

Durante a pesquisa, não encontramos referências sobre o termo “praça longa”, apenas uma menção traduzida do francês nas impressões do viajante Saint’Hilaire, referindo-se ao grande adro da Igreja Matriz de Congonhas do Campo: “A maior parte das casas se acha sobre o morro que fica à margem direita do riacho, e é no alto desse morro, no meio de uma *praça alongada*, que se acha a igreja paroquial, notável por seu tamanho”.¹⁶⁹ Metade desta “longa” praça foi ocupada por uma quadra de residências no início do século XX. Semelhante situação ocorreu em Oliveira, que perdeu um terço de sua praça com sobrados construídos a partir de meados do século XIX.

A origem desta tipologia pode não estar ligada apenas à função cultural religiosa, lembrando a sua condição primordial de passagem pública e parada para trocas comerciais, como foram outrora as ágoras gregas, os fóruns romanos ou *as-suqs* árabes. Percebemos, nos estudos de casos, que muitas vezes a formação de um grande largo está proporcionada à instalação de um futuro grande templo religioso, refletindo em suas dimensões as ambições locais quanto à emancipação política da comunidade.

A escolha do terreno mais adequado para construção das capelas, mesmo condicionada às exigências da legislação eclesiástica, recaiu quase sempre nos bolsões destes caminhos pioneiros, ajudados pelos párocos ou vigários de visão, ou tendo a colaboração de profissionais da área, como foi o requisitado arquiteto português Francisco de Lima Cerqueira.

Diferente foi a situação dos arraiais mineradores, que não contavam com terrenos naturalmente planos, mas que nem por isso deixaram de criar espaços artificiais tão magníficos, como a Praça Tiradentes na atual Ouro Preto. Investiram pesadamente em desaterros, aterros e arrimos, para assentar monumentos refinados de nossa melhor arquitetura do período colonial.

¹⁶⁹ SAINT-HILAIRE, 1974, p. 89

As extensas praças centrais, espalhadas harmonicamente nas regiões Sul e Sudoeste de Minas Gerais, chamam nossa atenção e curiosidade, tratando-se de uma peculiaridade pouco estudada ou divulgada. Sua constituição formal começou na transição dos séculos XVIII e XIX, em pleno ciclo pastoril, passando por funções variadas durante o século XX, promovidas por administrações públicas, conforme a necessidade de lazer e de representação social, ou as preocupações sanitaristas e ambientais. Os centros estão cada vez mais abarrotados de edificações, e antigas praças são um alívio, um oásis de esperança, espaços bastante estimados e usados por seus moradores.

A “Praça Longa da Paixão” não é reconhecida como elemento urbano único, apesar de sua clara evidência em mapas, vistas aéreas e de satélite. As historiografias brasileira e portuguesa sempre trataram estes espaços como mero alargamento de caminho ou a melhor conformação topográfica ao núcleo nascente.

Outrora largos de terra batida, contornados por casario de tradição colonial, muitos destes espaços foram modernizados e adaptados às funções públicas de lazer, divididos em praças e canteiros ajardinados, alguns fragmentados para construção de novos edifícios públicos ou transformados em grandiosa avenida asfaltada. Igrejas e capelas foram demolidas ou completamente reformadas, muitas vezes perdendo o seu significado simbólico no longo adro. E várias capelinhas dos Passos desapareceram, junto aos seus casarões zeladores, dando lugar a prédios comerciais e condomínios verticais, vocação dos centros de cidades brasileiras a partir dos anos 1960.

São João del-Rei é uma das poucas cidades mineiras que conseguiram preservar suas características arquitetônicas e urbanas, justamente por seu expressivo patrimônio barroco-rococó. Felizmente, é onde se encontra o mais antigo exemplar de “Praça Longa da Paixão”, a antiga Rua Direita.

Ainda são poucos estudos sobre a arquitetura mineira da segunda metade do século XVIII, e situação árida, também, no século seguinte, concentrando-se na clássica busca de confirmação das atribuições aos heróis da arte brasileira, como Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Mais difícil, ainda, é reconhecer o ato prévio

de fazer cidades em Minas Gerais, de propor espaços urbanos originais, que complementam e reforçam esta arquitetura monumental.

Durante a pesquisa, só pudemos reconhecer os elementos construtivos que nos levaram à atribuição ao arquiteto e mestre de cantaria Francisco de Lima Cerqueira, lançando possibilidades de pesquisa mais aprofundada na antiga documentação arrolada. Devemos, também, conectar esta pesquisa à região Norte de Portugal, onde muito se encontra em mistério ou em atribuições equivocadas.

As nossas viagens para reconhecimento deste patrimônio, as “praças longas”, resultaram outros questionamentos que já não poderíamos abordar em nossa tese. Talvez, a mais importante seja por qual razão as “praças longas” não se repetem com frequência no lado do Estado de São Paulo, nas cidades que fazem fronteira com Minas Gerais. Suas praças são quadriláteras previamente riscadas, assentadas em suaves encostas, tão belas quanto as de Minas, mas diferentes em sua concepção.

Precisamos inventariar sistematicamente estes espaços, tanto de Minas como de São Paulo, arrolar os dados básicos de sua morfogênese, contando com a colaboração de diversos cursos universitários existentes na região. Só assim estaremos garantindo a sua preservação cultural e ambiental, ou melhor, a sua qualidade exclusivamente pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arquivos e Bibliotecas

Belo Horizonte

Arquivo Público Mineiro

Mariana

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana

São João del-Rei

Acervos Eclesiásticos da Diocese de São João del-Rei

Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei

Campanha

Arquivo da Cúria Diocesana da Campanha

Arquivo Municipal “Monsenhor Lefort”

Oliveira

Arquivo da Diocese de Oliveira

Biblioteca da Igreja Nova Catedral de Nossa Senhora de Oliveira

Pouso Alegre

Arquivo Arquidiocesano “Dom Octavio Chagas de Miranda”

Arquivo do Museu Histórico Municipal “Tuany Toledo”

Guaxupé

Arquivo da Diocese de Guaxupé

São Paulo

Arquivo Arquidiocesano Metropolitano de São Paulo

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Livros e Artigos

ALMEIDA, Carolina Farnetani de. *A rede urbana a oeste do Rio Sapucaí em meados do século XVIII até 1833: conflito entre as Capitânicas, Províncias e Bispados de Minas Gerais e São Paulo*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Centro de Ciência Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2019. 188 p.

ALVARENGA, Luís de Melo. “Francisco de Lima Cerqueira”. *Vozes de Petrópolis*. Petrópolis, maio-junho 1947, p. 362-9.

ALVARENGA, Luís de Melo. “Francisco de Lima Cerqueira: o artista e suas obras”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei*. São João del-Rei, 1974-1975, VII, p. 43-71.

AZEREDO, Antonio Carlos de. *Guimarães*. Porto: Editora Caminhos Romanos, 2007. 144 p.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Edição comemorativa dos dois séculos e meio da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora SATERB, 1971. 549 p.

BASTOS, Rodrigo Almeida. *A maravilhosa fábrica de virtudes: o decoro na arquitetura religiosa de Vila Rica, Minas Gerais (1711-1822)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / FAPESP, 2013. 360 p.

BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1983. Vol. I, “Estudo histórico e morfológico”, 400 p.; vol. II, “Repertório monumental”, 178 p. + “Documentação Fotográfica”, 180 pr. + “Índice geral”, XLVI p. (Orig. *L’architecture religieuse baroque au Brésil*, 1956)

BAZIN, Germain. *O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora Record, 1963 (orig.). 391 p. (“O sacro monte”, pp. 219-56)

BRUNA, Gilda Collet. "Paradigmas urbanístico-ambientais das cidades luso-brasileiras". In Manuel da Costa LOBO & José Geraldo SIMÕES JUNIOR (organizadores). *Urbanismo de colina: uma tradição luso-brasileira*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mackpesquisa e IST Press, 2012. 457 p. il. (Coleção Academack; v.14). pp. 43-87.

CARITA, Helder. *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. 256p.

CARVALHO, Adilson de. *A freguesia de Nossa Senhora da Assumpção do Cabo Verde e sua história*. Cabo Verde: Adilson de Carvalho, 1998. 393p.

CLETO, Joel. *Senhor de Matosinhos: lenda, história, patrimônio*. Matosinhos: Comissão de Festas do Senhor de Matosinhos / Câmara Municipal de Matosinhos, 1995. 119 p.

COSTA, Antonio Gilberto (org.). *Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2005. 244 p.

COSTA, Antonio Gilberto (org.). *Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. 255 p.

CRUZ, Cícero Ferraz. *Cidade difusa: a construção do território na Vila de Campanha e seu termo, séculos XVIII-XIX*. Tese de Doutorado apresentado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016. 426 p.

DANGELO, André Guilherme Dornelles & BRASILEIRO, Vanessa. *O Aleijadinho arquiteto e outros ensaios sobre o tema*. Belo Horizonte: Escola de arquitetura da UFMG, 2008. 384 p.

DANTAS, Júlio. "A Era Manuelina". In: *História da colonização portuguesa do Brasil: edição monumental comemorativa do primeiro centenário da Independência do Brasil*.

Porto: Litografia Nacional, 1921. Vol. 1, pp. 3-24.

DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no Século XVIII*. Brasília: Ed. ALVA-CIORD, 1997, C1979. 124 p.

DIAS, Carlos & OHTAKE, Ricardo. *Jardim da Luz: um museu a céu aberto*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo / Edições SESC SP, 2011. 240 p.

DIAS, Pedro. *História da arte luso-brasileira: urbanização e fortificação*. Portugal: Almedina, 2004. 533 p.

FALCUCCI, Geraldo Vanderlei. *Caminhos de Muzambinho*. Poços de Caldas: Sulminas Gráfica e Editora, 2010. 244 p.

FERREIRA, Jurandyr Pires (coord.). *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1958. (Minas Gerais: vols. 24, 25, 26 e 27)

FONSECA, Cláudia Damasceno (École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris). "Autoridade régia e poder local: o controle e a regularização da forma urbana nas Minas Gerais Setecentistas", in TEIXEIRA, Manuel C. (coord.), *A construção da cidade brasileira*, Lisboa: Livros Horizonte, 2004, 367 p. (pp. 241-57)

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. 731 p.

FONSECA, Luiz Gonzaga da. *História de Oliveira*. Belo Horizonte: Editora Bernardo Álvares, 1961.

FRANCO, Hiansen Vieira. *O clero paulista no sul de Minas: 1801-1900*. Passos MG: Editora São Paulo, 2003. 164 p.

GOMES, Luís Miguel Martins. *Geometria dos traçados urbanos de fundação portuguesa: o Tratado da Ruação de José Figueiredo Seixas*. Dissertação (Mestrado em Desenho Urbano), orient.: Manuel C. Teixeira. Instituto Universitário de Lisboa, 2007. 352p. (<http://hdl.handle.net/10071/298>)

GUZOVSKY, Gabriel (trad.). *Terra Santa: a terra de Jesus*. Herzila, Israel: Palphot, 2014. 224 p.

IEPHA/MG (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais). *Inventário de proteção do acervo de bens móveis e integrados da Igreja Matriz de Nossa Senhora de Oliveira*. Belo Horizonte: Diretoria de Proteção e Memória / Gerência de Identificação, 2000.

KNOX, Paul (org.). *Atlas das cidades*. Prefácio de Richard Florida; tradução de André Botelho. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2016. 256 p.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004 (3ª ed.). 590 p.

LAMAS, José & COELHO, Carlos Dias (coordenadores); Faculdade de Arquitetura – Universidade Técnica de Lisboa. *A praça em Portugal: inventário de espaço público*. Portugal, Lisboa: DGOTDU, 2007. 3 vol. & 1 CD-Rom.

LEFORT, José do Patrocínio (Mons.). *Varginha, Monografia Histórico-Geográfico e Estatístico Religiosa, pelo centenário da paróquia a 1º de junho de 1950*. São Paulo: Gráfica São José, 1950.

LEMOS, Carlos A. C. *Como nasceram as cidades brasileiras*. São Paulo., Studio Nobel, 2016. 191 p.

LOBO, Manuel da Costa & SIMÕES JUNIOR, José Geraldo (organizadores). *Urbanismo de colina: uma tradição luso-brasileira*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mackpesquisa e IST Press, 2012. 457 p. (Coleção Academack; v.14)

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / Editora da Universidade de São Paulo, 1975. (1818)

MAGALHÃES, Fábio. *Aleijadinho e seu tempo: fé, engenho e arte*. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, p.25-37, 2006.

MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Revista do IPHAN, Rio de Janeiro, n. 27. T. I e II, 1974.

MARX, Murillo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. 219 p.

MARX, Murillo. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1991. 143 p. (Coleção Cidade Aberta)

MATA, Sérgio da. *Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil: séculos XVIII-XIX*. Tese de doutorado em História apresentada à Universidade de Colônia. Berlim, Alemanha, 2002. 311 p.

MELO FRANCO, Afonso Arinos de. O primeiro depoimento estrangeiro sobre o Aleijadinho. In: *Revista do Sphan*, n. 3. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Saúde, 1939, p. 175-8.

MENDONÇA, Heraldo Tadeu Laranjo. *Memória arquitetônica de Oliveira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

MORAES SILVA, Antonio de. *Dicionário da Língua Portuguesa / recopilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e*

muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro. / Offerecido ao muito alto, e muito poderoso Principe Regente N. Senhor. Lisboa: Typographia Lacérdina. 1813. Tomo I, 808 p. / Tomo II, 872 p. (Fac-símile, edição comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil, direção Laudelino Freire, Rio de Janeiro: Tipografia Fluminense, 1922)

MUSEU DA INCONFIDÊNCIA. *O Museu da Inconfidência (Ouro Preto, MG)*. São Paulo: Banco Safra, 1995. 351 p.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de. *Braga de André Soares*. V. N. Famalicão, Portugal: Centro Atlântico, 2014. 160 p.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de. *Estudos sobre André Soares, o rococó e o tardobarroco no Minho e no Norte de Portugal - vol.1*. Braga: Edição do Autor, 2016. 335 p.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de. *Estudos sobre André Soares, o rococó e o tardobarroco no Minho e no Norte de Portugal - vol.2*. Braga: Edição do Autor, 2017. 302 p.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *Aleijadinho: Passos e Profetas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2002. 73 p. (Reconquista do Brasil; 2ª Série; v. 231)

OLIVEIRA, Myriam Andrade. *O Aleijadinho e o Santuário de Congonhas*. Brasília, DF: SPHAN / MONUMENTA, 2006. 134 p. (Roteiros do Patrimônio; 1)

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *Os passos de Congonhas e suas restaurações*. Brasília, DF: IPHAN, 2011. 264 p. (Grandes Obras e Intervenções; 5)

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de & SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. *Barroco e Rococó nas igrejas de São João del-Rei e Tiradentes*. Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta, 2010. 204 p. il. / 160 p. (Roteiros do Patrimônio; 8; t. 1 e 2)

PAIVA, Gilberto. *Paróquia Senhor Bom Jesus de Campo Belo (MG): 200 anos semeando a fé*. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2018. 575 p.

PEREIRA, José Fernandes (dir.) & PEREIRA, Paulo (coord.). *Dicionário de Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

PERLATTO, Júlio (org.). *Pouso Alegre: Diocese Centenária, 1900 – 4 de agosto – 2000*. Pouso Alegre: Arquidiocese de Pouso Alegre / Editora Grafcenter, 2000. 182 p.

PIMENTA, Reynaldo de Oliveira. *O Povoamento do Planalto da Pedra Branca: Caldas e região*. São Paulo: s.ed., 1998. 288p.

POHL, Johann Emanuel. *Viagem no interior do Brasil*. São Paulo: Editora Itatiaia, 1976.

RAMALHO, Oyama de Alencar. *A rasura: Francisco de Lima Cerqueira e Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, ainda...* São João del-Rei, 2002, 190p.

RAMALHO, Oyama de Alencar; CHAVES, Miguel Pacheco e. *Francisco de Lima Cerqueira na Vila de São João del-Rei, Minas, Comarca do Rio das Mortes-1774-1808*. São João del-Rei, 2009, 548p.

REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Fapesp, 2000. 411p.

REIS, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720)*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Pini, 2000. 239 p.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goyaz*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. (Brasiliana / Bibliotheca Pedagogica Brasileira / Vol. 68 / Tomo I e II)

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelo Distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. São Paulo/Belo Horizonte: EDUSP/Itatiaia, 1974, p. 89 e 91-93. (1833)

SAINT-HILAIRE. Auguste de. *Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938 (1830) / Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

SANTOS, Paulo. *Formação de cidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001. 179 p.

SILVA, Alessandra Teixeira da & PAIVA, Patrícia Duarte de Oliveira. *Do romantismo à atualidade: Lavras, história de uma praça*. Lavras: Editora UFLA, 2008. 192p.

SMITH, Robert C. *Congonhas do Campo*. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1973. 127 p.

SOUZA, Wladimir Alves de Souza (coord./pesq.). *Guia dos bens tombados: Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1984. 447p.

TEIXEIRA, Manuel C. & VALLA, Margarida. *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII; Portugal-Brasil*. Portugal: Livros Horizonte, 1999. 334 p.

TEIXEIRA, Manuel C. (coord.), *A construção da cidade brasileira*, Lisboa: Livros Horizonte, 2004, 367 p.

TEIXEIRA, Manuel C. *A forma da cidade de origem portuguesa*. São Paulo: Editora Unesp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012. 203 p.

TOLEDO, Benedito Lima de. "Ouro Preto e Viana do Castelo: considerações a propósito da Praça Tiradentes em Ouro Preto". *Barroco*, II Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte, Ouro Preto 3-7.11.1992. Belo Horizonte: FAPEMIG/Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, 1996, v. 17, p. 189-90.

TRINDADE, Raimundo (cônego). *São Francisco de Assis de Ouro Preto: crônica narrada pelos documentos da ordem*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1951, Publicações da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 17, 497 p. + ilustrações s/p.

VALLADÃO, Alfredo. *Campanha da Princesa*. Rio de Janeiro: Leuzinger S.A., 1937. (V. I, 1737-1821; v. II, 1821-1909)

VALE, José Ribeiro do & VALE, Geraldo Ribeiro do. *Guaxupé: memória histórica: a terra e a gente*. São Paulo: Edição dos Autores, 1984. 609 p.

VAMOSH, Miriam Feinberg. *A vida diária no tempo de Jesus*. Braga, 2003. 104 p.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento – residências*. Biblioteca de Divulgação Cultural, VI. Rio de Janeiro: MEC/Instituto Nacional do Livro, 1956.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro para 1874; organizado, redigido e dictado por...* Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1874. 462 p.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanak Sul-Mineiro para 1884; organizado, redigido e dictado por...* Campanha da Princeza: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1884. 682 p.

VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia / feitas, e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011. XXXII+730 p. (Edições do Senado Federal; v. 79)

VIEGAS, Alúzio José. “A Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, de São João del-Rei e sua igreja”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei*. São João del-Rei, VI, p. 45-89 – 1988.

VILLELA, Clarisse Martins. *Hospícios da Terra Santa no Brasil*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. 220 p.

URIAS, Patrícia. *Edificar em Minas Gerais no século XVIII: a cultura das oficinas de construções religiosas luso-brasileiras*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – NPGAU, Belo Horizonte, 2013, 180 f.

URIAS, Patrícia. *Os novos atores sociais no cenário da arquitetura religiosa setecentista luso-brasileira*. In: COLÓQUIO DE ARQUITETURA RELIGIOSA, 2, 2013, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013, v.2.

URIAS, Patrícia. *Um mestre de obras português na Comarca do Rio das Mortes: Francisco de Lima Cerqueira e suas obras na Vila de São João del-Rei*. In: IX Colóquio

Luso-Brasileiro de História da Arte (homenagem aos 200 anos da morte de Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho), Belo Horizonte, 2-5 nov. 2014, 17p.

WAGNER, Robert & BANDEIRA, Júlio. *Viagem ao Brasil nas aquarelas de Thomas Ender: 1817-1818*. Petrópolis: Kapa Editorial, 2000. (3 tomos: total 983 p.)